



AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A.
Relatório e Contas 2022

Índice

Mensagem do Presidente, 5
Destaques do Ano 2022, 7

A Empresa

- Quem somos
 - A missão, a visão e valores, 15
 - Atividade, áreas de serviço, cadeia de valor e presença geográfica, 15
 - As nossas Pessoas, 17
 - Stakeholders, 25
- Organização
 - Estrutura acionista e Órgãos Sociais, 26
- o nosso Propósito
 - O propósito e os compromissos de Integridade e de Sustentabilidade, 27

Relatório de Gestão

- A Envolvente
 - Contexto Macro-económico, 30
 - O Setor 32
 - A energia no Grupo AdP, 37
 - Contexto Regulatório, 45
- Orientações Estratégicas
 - Linhas Estratégicas de actuação, 47
- O Negócio
 - Introdução, 50
 - Nos mercados prioritários, 51
 - Atividade Operacional, 57
 - Sucursais e subsidiárias, 76
- Risco e Controlo Interno
 - Sistema de Controlo Interno e Controlo do Risco, 79
 - Risco Financeiro, 84
- Desempenho Económico-financeiro
 - Análise Económica e Financeira, 90
- Eventos Subsequentes, 94
- Cumprimento das Orientações legais, 95
- Perspectivas futuras, 124
- Sucursais da Sociedade, 125
- Considerações Finais, 125
- Proposta de aplicação de Resultados, 126
- Anexo ao Relatório, 126
- Relatório dos Administradores não Executivos, 127

Demonstrações financeiras do Exercício de 2022

Contas Individuais, 128
Relatório e Parecer do Fiscal único, 128

128

Mensagem do Presidente



Cláudio Miguel André de Sousa Jesus

Presidente do Conselho de Administração

A atividade internacional do Grupo AdP é assegurada pela AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A., (AdP Internacional). Constituída em 2001, a empresa tem a missão de prestar serviços a nível internacional, e apoiar iniciativas de cooperação para o desenvolvimento no setor dos serviços de água e saneamento, de forma eficiente, sustentável e inovadora. Na sua ação, a AdP Internacional capitaliza o conhecimento, a experiência e as soluções tecnológicas do Grupo AdP, contribuindo assim para a projeção internacional do setor português da água, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030, em particular o ODS 6, relacionado com a água e o saneamento básico.

O ano de 2022 fica marcado pela extensão por mais um ano, dos dois maiores contratos de Assistência Técnica em Angola nas Províncias do Bengo e do Cunene, assim como pelo início pleno de um novo contrato de Assistência Técnica para a criação de uma Unidade de Gestão do Financiamento do Banco Europeu de Investimentos (BEI), também naquele país.

Em 2022, destaca-se ainda o reforço dos esforços comerciais e a expansão da presença internacional em novos mercados em África, na Ásia e na América Latina. Em relação a novos mercados, destaca-se o início de um contrato no Líbano, cujo objetivo passa pelo apoio às 4 empresas regionais de água e saneamento no país no sentido de definir e apoiar a implementação de estratégias operacionais capazes de as tornar mais resilientes face aos desafios que o país atualmente atravessa.

No que diz respeito à execução de contratos, destacam-se os seguintes acontecimentos:

- No mercado moçambicano, 2022 fica marcado pelo desenho do Reforço da Resiliência dos Sistemas de Produção de Água Potável em Moçambique aprovado para financiamento pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal. A situação de Pandemia Mundial por Sars-Cov-2, decretada a 11 de março de 2020 pela OMS – Organização Mundial de Saúde, obrigou a que as atividades passassem todas para o período 2022-24, assim que haja condições mínimas de segurança e possibilidades de deslocação a Maputo, Beira, Inhambane, Maxixe e Nampula. Ainda neste país, a AdP Internacional manteve em 2022 a sua atividade no consórcio liderado pela Castalia (EUA), prestando desde 2019 serviços de consultoria à AURA (Autoridade Reguladora de Água), no âmbito do projeto financiado pelo Banco Mundial, cujo objetivo assenta na definição do modelo tarifário para a AURA;



- Em Angola, a intervenção da AdP Internacional foi assegurada pelos contratos financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), de Assistência Técnica às Empresas de Água e Saneamento das Províncias do Bengo e do Cunene. A implementação destes contratos assegura a continuidade e a afirmação da AdP Internacional como agente de apoio ao desenvolvimento do sector da água em Angola em particular através do reforço de competências e meios técnicos que vem assegurando ao longo dos últimos anos. No mês de junho de 2021, teve início o Contrato 78NCI/HUILA/19 - Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água da Província da Huila. Este contrato tem como entidade contratante a Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola, é financiado pelo Banco Mundial, totalizando 6,3 milhões de dólares. Ainda neste país, iniciou-se em dezembro de 2021 o Contrato de Assistência Técnica para a criação de uma unidade de gestão do financiamento paralelo do Banco Europeu de Investimentos (BEI), num valor global de cerca de 3 milhões de euros;
- Em Cabo Verde, foram concluídos com sucesso os contratos dos projetos Reforço das Competências Existentes na Prevenção e Gestão de Conflitos nos Usos da Água, projeto Preparação do Roteiro de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água - Plano De Ação para a Reutilização de Águas Residuais Tratadas e o projeto Roadmap dos Resíduos Sólidos - Fase 5, correspondente ao Plano Operacional para a ilha de Santiago, que assegurou a continuação e conclusão do esforço de desenvolvimento de Planos de Ação para a totalidade do território nacional.

Em 2022 o arranque previsto para os três projetos incluídos no protocolo de cooperação ambiental que visam reforçar a sustentabilidade ambiental do arquipélago, foram adiados para o início de 2023: projeto Piloto de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água na ETAR de Santa Cruz - Reutilização de Água e Valorização de Recursos para Fins Agrícolas, projeto Elaboração do Plano Sanitário da Cidade de S. Filipe e o projeto Apoio à implementação do Plano Operacional Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos de S. Antão;

- O projeto de melhoria dos serviços de água e energia à EAGB (Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau), financiado pelo Banco Mundial e em consórcio com a EdP Internacional e a Leadership Business Consulting, esteve em produção plena em 2022, tendo as equipas focado a sua atividade na implementação das atividades de suporte às áreas da água e energia da EAGB;
- Na Tunísia, prosseguiram os projetos no âmbito da Convenção de Cooperação entre os Ministérios do Ambiente Português e Tunisino, patrocinados pelo Fundo Ambiental, através do contrato com a congénere Tunisina da AdP, a “Office National de l’Assainissement” (ONAS). Destaca-se ainda na Tunísia, a conquista de um Contrato de Concessão para a Gestão de Sistemas de Saneamento na Região Norte de Tunes, por um prazo de 10 anos e com financiamento do Banco Mundial, cujo arranque deverá ocorrer durante o 2º semestre de 2023.
- Na Costa do Marfim, estruturaram-se os 2 projetos financiados pelo Fundo Ambiental; Plano de Comunicação em Saneamento e Salubridade, a desenvolver para o Ministère de l’Assainissement et de la Salubrité (MINASS) e o projeto de Formação e Capacitação em Sistemas de Saneamento, cujos beneficiários serão os técnicos das diversas entidades tuteladas por aquele Ministério. Estes projetos terão o seu arranque no 2º trimestre de 2023;
- No Malawi, concluiu-se o projeto dos “Serviços de Consultoria de Preparação de uma Estratégia de Melhoria de Saneamento e Drenagem e Plano Diretor para a Cidade de Lilongwe”, que está a ser desenvolvido por um consórcio de empresas que inclui a AdP Internacional;
- Em Timor-Leste, o ano fica marcado pela execução dos projetos para os sistemas de abastecimento de água e saneamento em quatro capitais de Município: Baucau, Los Palos, Viqueque e Same. A AdP Timor-Leste apresentou-se em consórcio com a ENGIDRO - Estudos de Engenharia Lda. O contrato envolveu a prestação de serviços de assistência técnica visando o desenvolvimento de projetos naquelas quatro capitais de distrito timorenses, que irão servir mais de 145 mil pessoas. Foram ainda concluídos os Planos Diretores de Água e Saneamento para as capitais de Município de Ainaro, Bobonaro e Covalima;

- Na sequência da assinatura do Memorando de Entendimento (MoU) para Cooperação Técnica assinado entre o Governo de Goa (através do Departamento de Obras Públicas) e o Ministério do Ambiente da República Portuguesa (através da Águas de Portugal), assinado em 29 de setembro de 2018, estava previsto o arranque do projeto Assistência Técnica ao Departamento de Obras Públicas - PWD - Eficiência Operacional Dos Sistemas de Água de Goa, para março de 2020. A situação de Pandemia Mundial por Sars-Cov-2, decretada a 11 de março de 2020 pela OMS – Organização Mundial de Saúde, obrigou a que o arranque fosse adiado para novembro de 2022;
- É ainda de relevar a continuação do projeto financiado pelo Banco Mundial denominado "Utilities of the Future". A AdP Internacional, através dos seus técnicos, conferiu suporte especializado, com o objetivo de promover e implementar planos abrangentes e eficazes para transformar e preparar as concessionárias para novos desafios crescentes e para as mudanças climáticas, sociais e demográficas cada vez mais exigentes. O conceito subjacente à "Utilities of the Future - UoF" envolve não apenas a transformação digital e a modernização tecnológica, mas também novos processos de negócios, estruturas organizacionais inovadoras e mudanças culturais. Este contrato, embora de pequena dimensão financeira, é um sinal importante do reconhecimento do principal banco de desenvolvimento global sobre a mais-valia e competência da AdP Internacional.

O ano de 2022 significou um crescimento muito expressivo do volume de negócios da AdP Internacional – subiu para 8.138 milhões de euros, o que resultou num aumento de 30% em relação a 2021 e de 130% em relação a 2020.

No ano de 2022 é ainda de relevar a assinalável melhoria do EBITDA em 138% em comparação com o ano anterior, para 681 mil euros positivos, fruto de uma boa execução operacional dos contratos em curso. É de salientar ainda, como facto menos positivo, um aumento do endividamento bruto da AdP Internacional em 300 mil de euros, resultado de atrasos significativos no recebimento de verbas provenientes das instituições financiadoras dos projetos, o que resultou também num Resultado Financeiro negativo de 82 mil euros.

Assim, a recuperação económica da AdP Internacional evoluiu de forma muito positiva e sustentada, como resultado de uma política e de uma estratégia definidas pela administração nos últimos três anos.

Saliente-se ainda, o suporte permanente do acionista e da tutela que, apesar das dificuldades sentidas por todos ao longo do ano, sempre estiveram disponíveis para apoiar a atividade internacional do Grupo Águas de Portugal, sobretudo em matéria institucional e financeira.

Uma última nota sobre o excecional desempenho dos nossos colaboradores, em particular os expatriados, que sempre mantiveram uma postura de grande profissionalismo durante todo o ano de 2022. A todos, o nosso muito obrigado pelo vosso empenho.

Nos parágrafos seguintes é feita uma descrição detalhada dos principais acontecimentos ocorridos durante o ano de 2022.

Destaques do Ano 2022

O ano de 2022 fica marcado pela execução plena dos contratos em Angola, na Guiné-Bissau, em Moçambique, em Grenada e em Cabo Verde, mas também pelo arranque de novos contratos em Angola e no Líbano, o que originou um impacto significativo no volume de negócios da empresa.

Em relação ao contrato de Assistência Técnica aos Serviços de Água e Saneamento de Goa, houve a assunção comum de que o seu início deveria ser adiado para 2022, em virtude da situação pandémica que se vivia, o que veio acontecer no final do ano.

Em 2022, destaca-se ainda o reforço dos esforços comerciais, sobretudo na África Ocidental e a expansão da presença internacional em novos mercados no Médio Oriente, como foi o caso do Líbano.

Resumidamente, a nível interno, em 2022 consolidaram-se as seguintes medidas adotadas em 2017, no sentido do **aumento da eficiência operacional e da redução dos custos de estrutura** da empresa:

- Otimização das estruturas dirigentes e de suporte presentes nos mercados-chave, nomeadamente em Angola, na Guiné-Bissau e em Moçambique. Nestes 3 mercados foi eliminada a função de direção-geral em 2021, até que o volume de contratos em execução justifique uma alteração desta situação.
- Integração de funções de produção e de execução contratual na equipa especializada de sede da AdP Internacional. Para além das funções comerciais e de desenvolvimento de negócio, a equipa de sede assumiu funções de produção em vários contratos, a par da atividade comercial, o que contribuiu para a redução dos custos de estrutura da empresa.
- Implementação do processo de preenchimento de time-sheet e reforço do acompanhamento dos processos de contabilidade de gestão. Estas medidas estão a contribuir para a melhoria do acompanhamento da situação económica e financeira dos projetos e, conseqüentemente, da informação de gestão.

No que diz respeito à execução de contratos, destacam-se os seguintes acontecimentos:

- No mercado de **Moçambique**, 2022 fica marcado pela elaboração de 5 propostas de Projectos sob o financiamento do Fundo Ambiental. Dois deles têm como cliente final a Autoridade Reguladora de Águas (AURA-IP) e os restantes o Fundo de Investimento do Património de Água (FIPAG).
- Em **Angola** a AdP Internacional manteve a sua atividade de assistência técnica especializada às Empresas Provinciais de Água e Saneamento (EPAS) nas províncias de Bengo e de Cunene nos dois projetos financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento desde 2019. Em julho e agosto de 2022 a AdPI solicitou, para os dois contratos, a extensão para 12 meses adicionais de financiamento das actividades. Com a aprovação pela entidade adjudicante e com a autorização do financiador, ficaram reunidas as condições para que as equipas técnicas da AdP Internacional se mantenham em atividade em 2023.

Na Província da Huíla, sul de Angola, decorre o Contrato 78NCI/HUILA/19 - Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água da Província da Huíla, iniciado em junho de 2021. Este contrato tem como entidade contratante a Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola, é financiado pelo Banco Mundial e totaliza 6.3M USD. Trata-se de um Performance Base Contract, com a monitoria e avaliação de Indicadores de desempenho com metas anuais bem definidas.

Em 2022 foi iniciado o projeto para a elaboração dos Planos Diretores de Saneamento para as cidades de Luena, Huambo, Cuito e N'dalatando, desenvolvido pelo consórcio de empresas COBA/COBA Angola/Artelia/AdPI.

Ainda em 2022 a AdPI deu continuidade à implementação dos serviços de consultoria especializada à Direção Nacional de Águas (DNA) do Ministério de Energia e Águas (MINEA) de Angola para a implementação do financiamento paralelo do Banco Europeu de Investimento (BEI) ao Segundo Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector da Água (PDISA-2). A AdPI é responsável pela criação da Unidade de Gestão do Financiamento disponibilizando uma equipa técnica multidisciplinar responsável por assegurar todos os processos de procurement, de contratação e de fiscalização dos contratos que serão financiados pelo BEI para apoio ao desenvolvimento do sector da Água e Saneamento nas três províncias alvo do financiamento, nomeadamente, Luena, Lunda Sul e Namibe.

- Na **Guiné-Bissau**, mantem-se em execução o projeto de melhoria dos serviços de água e energia à EAGB (Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau), financiado pelo Banco Mundial e em parceria com a EdP Internacional (líder) e a Leadership consulting (parceiro);
- Em **Cabo Verde** a AdPI acompanhou as actividades do projecto PHOS-VALUE a ser implementado em parceria com a empresa AqualnSilico, uma start-up portuguesa criada no seio das equipas de investigação da Universidade NOVA School of Science and Technology. Este projecto que visa testar a tecnologia inovadora desenvolvida por esta empresa, levou em 2022 à realização de diversas missões técnicas de apoio às entidades que em Cabo Verde acompanham o projecto, nomeadamente a Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS) e a empresa AdS – Águas de Santiago que, atuando como parceiros locais, estão a beneficiar do apoio técnico e do fornecimento de equipamentos de análise laboratorial que permitam melhorar ou encontrar soluções para a reutilização e a recuperação de nutrientes nos efluentes tratados em estações de tratamento de águas residuais no país.

Em 2022 foram concluídos com sucesso os contratos dos Projetos Reforço das Competências Existentes em Cabo Verde na Prevenção e Gestão de Conflitos nos Usos da Água e o Projeto Preparação do Roteiro de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água em Cabo Verde - Plano De Ação para a Reutilização de Águas Residuais Tratadas aprovados para financiamento pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal.

No ano de 2022 foi ainda concluído com sucesso o projeto Roadmap dos Resíduos Sólidos em Cabo Verde - Fase 5, correspondente ao Plano Operacional para a ilha de Santiago, que assegurou a continuação e conclusão do esforço de desenvolvimento de Planos de Ação para a totalidade do território nacional.

Em 2022 o arranque previsto para os três projetos incluídos no protocolo de cooperação ambiental que visam reforçar a sustentabilidade ambiental do arquipélago, foram adiados para o início de 2023:

- Projeto Piloto de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água na ETAR de Santa Cruz - Reutilização de Água e Valorização de Recursos para Fins Agrícolas;
- Elaboração do Plano Sanitário da Cidade de S. Filipe;
- Apoio à Implementação do Plano Operacional Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos de S. Antão;

- Em **Grenada** nas Caraíbas, manteve-se em 2022 a execução do projeto iniciado em 2021, de consultoria G-CREWS, o qual prevê o apoio à GFA Consulting Group GmbH no que toca à gestão de recursos hídricos e de serviços de água com vista a uma maior resiliência face às alterações climáticas, tendo como financiador a GIZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit;
- Em março de 2022, a AdPI iniciou o projeto com a empresa DAI Global, LLC (EUA), com o objetivo de prestar apoio técnico no **Líbano** ao projeto "Lebanon - Water, Sanitation and Conservation (WSC)", o qual conta com financiamento da USAID (U.S. Agency for International Development). Este projeto tem como objetivo principal apoiar 4 empresas regionais de água e saneamento no Líbano no sentido de definir e apoiar a implementação de estratégias operacionais capazes de as tornar mais resilientes face aos desafios que o país atualmente atravessa.

O contrato, que foi assinado em março de 2022, deverá ter a duração de 3 anos (com dois de opção, adicionais). No entanto, por razões alheias à AdPI, o financiador decidiu a sua suspensão no final de julho de 2022, aguardando-se a sua retoma durante o ano de 2023;

- Na **Tunísia**, prosseguiram os projetos no âmbito da Convenção de Cooperação entre os Ministérios do Ambiente Português e Tunisino, patrocinados pelo Fundo Ambiental, através do contrato com a congénere Tunisina da AdP, a "Office National de l'Assainissement" (ONAS).

Destaca-se ainda na Tunísia a obtenção de um Contrato de Concessão para a Gestão de Sistemas de Saneamento na Região Norte de Tunes, por um prazo de 10 anos e com financiamento do Banco Mundial, cujo arranque deverá ocorrer durante o 2º semestre de 2023;

- No **Malawi**, concluiu-se o projeto dos "Serviços de Consultoria de Preparação de uma Estratégia de Melhoria de Saneamento e Drenagem e Plano Diretor para a Cidade de Lilongwe", que foi desenvolvido por um consórcio de empresas que inclui a AdP Internacional;
- Na **Costa do Marfim** preparam-se os 2 projetos financiados pelo Fundo Ambiental; Plano de Comunicação em Saneamento e Salubridade, a desenvolver para o Ministère de l'Assainissement et de la Salubrité (MINASS) e o projeto de Formação e Capacitação em Sistemas de Saneamento, cujos beneficiários serão os técnicos das diversas entidades tuteladas por aquele Ministério. Os projetos iniciar-se-ão no 2º trimestre de 2023;
- Na sequência da assinatura do Memorando de Entendimento (MoU) para Cooperação Técnica assinado entre o Governo de Goa (através do Departamento de Obras Públicas) e o Ministério do Ambiente da República Portuguesa (através da Águas de Portugal), assinado em 29 de setembro de 2018, arrancou em dezembro de 2022 (após quase dois anos de suspensão devido à Pandemia de COVID 19) o projeto Assistência Técnica ao Departamento de Obras Públicas-PWD - Eficiência Operacional Dos Sistemas de Água de Goa. Este projeto tem como objectivo o aumento da eficiência das principais ETAs de Goa, o apoio à conceção de sistemas de tratamento de águas residuais bem como ao suporte à redução de manganês numa das ETA's de Goa, representando o início de atividade da AdPI naquele país.
- Em **Timor-Leste**, o consórcio AdP Timor-Leste/Engidro concluiu em 2022 o contrato RFP039 - com o objetivo de desenvolver soluções, ao nível de projeto de execução, de sistemas de água e saneamento para as capitais de Município de Baucau, Lospalos, Same e Viqueque e ao contrato FBS19019 - com o objetivo de desenvolver Planos Diretores para o setor de água e saneamento para as capitais de município de Ainaro, Suai e Bobonaro.

No âmbito do projeto financiado pelo Banco Mundial denominado "Utilities of the Future - UoF", a AdP Internacional manteve em 2022 o apoio técnico ao Banco Mundial através de suporte especializados com o objetivo de promover e implementar planos abrangentes e eficazes para transformar e preparar as concessionárias para novos desafios crescentes e para as mudanças climáticas, sociais e demográficas cada vez mais exigentes. O conceito subjacente às UoF envolve não apenas a transformação digital e a modernização tecnológica, mas também novos processos de negócios, estruturas organizacionais inovadoras e mudanças culturais. Em 2022, destaca-se o suporte dado pelos técnicos da AdPI em duas concessionárias de água e saneamento, nomeadamente SEDAPAL - Servicio de Agua Potable y Alcantarillado de Lima (Perú), OTASS - Organismo Técnico de la Administración de los Servicios de Saneamiento (Perú).

Este contrato, embora de pequena dimensão financeira, é um sinal importante do reconhecimento do principal banco de desenvolvimento global sobre a mais-valia e competência da AdPI.

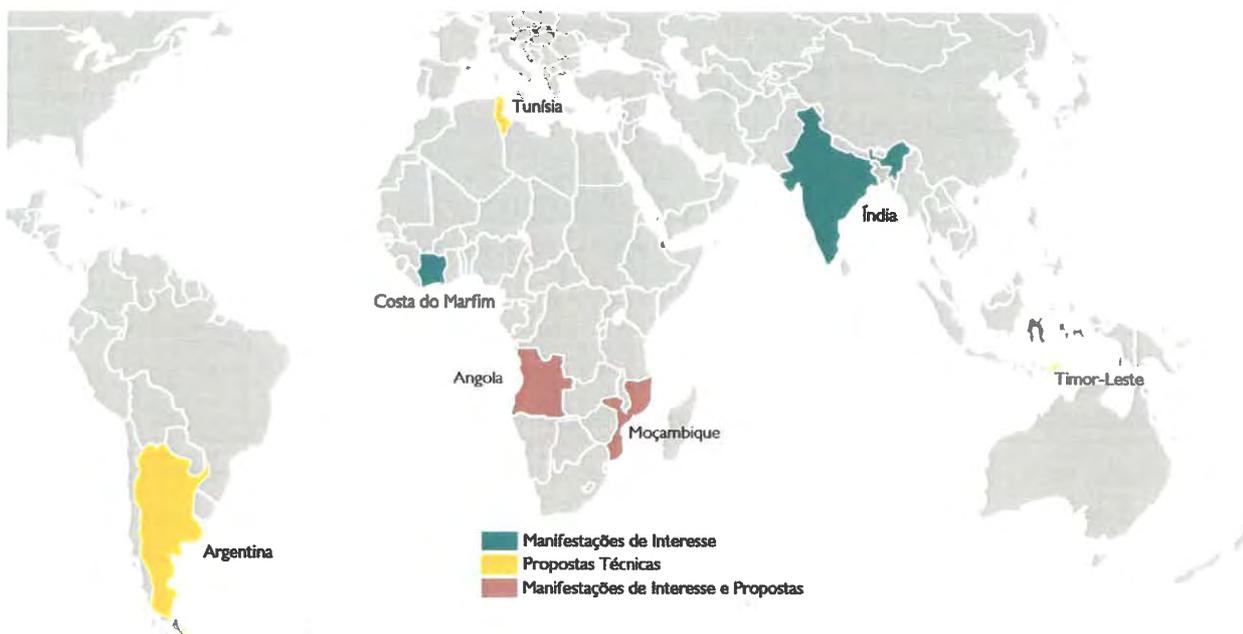
Actividade comercial

Em 2022, verificou-se uma forte atividade de desenvolvimento de negócio. Em linha com o plano estratégico da AdP Internacional, manteve-se a aposta nos mercados prioritários (lusófonos) bem como a procura de oportunidades em novas geografias, com particular enfoque na região da África Ocidental e da América Latina.

A atividade da AdP Internacional centrou-se na identificação de novas oportunidades no Sector de Abastecimento de Água e Saneamento, financiadas pelas principais instituições multilaterais, designadamente Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento e mais recentemente, a Corporação Andina de Fomento.

As manifestações de interesse e propostas desenvolvidas foram ao encontro das áreas de competência do Grupo AdP procurando utilizar os recursos e o conhecimento interno bem como as ferramentas tecnológicas na implementação dos serviços propostos. Os países lusófonos mantiveram destaque entre os países beneficiários, em particular no continente africano. Procurou-se ainda diversificar as regiões de intervenção identificando oportunidades de negócio noutros países, desenvolvendo contactos e sinergias com outras entidades com experiências complementares permitindo reunir competências técnicas em consórcios internacionais que assegurem a possibilidade de sucesso das propostas apresentadas.

O mapa abaixo resume as Manifestações de Interesse e Propostas desenvolvidas em 2022.



Manifestações de Interesse

Em 2022 foram preparadas 4 manifestações de interesse respondendo a concursos internacionais financiados por instituições financeiras internacionais e centrando-se maioritariamente no continente africano, conforme ilustrado no Quadro seguinte. Destas, 2 passaram à fase de proposta técnica e financeira e 2 aguardam ainda resposta:

Designação	Financiador	País
Consultancy for the Refining and Implementation of Asset Management Strategy"	FIPAG - Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água	Mozambique
Sustainable Urban Development and Service Delivery Program	Asian Development Bank (ADB)	India
Maitrise d'oeuvre d'un Plan de Reduction des Pertes du Reseau d'Eau Potable d'Abidjan	Banco Europeu de Investimentos (BEI)	Costa do Marfim
Develop and Align Action Plans for Sanitation Pilots Provincial Water and Sanitation Utilities	World Bank (WB)+ Agence Française de Développement (AFD)	Angola

Handwritten initials or signature in the bottom right corner.

Propostas Técnicas

Em 2022 foram preparadas 11 propostas técnicas e financeiras em sede de concurso internacional, conforme ilustrado no Quadro seguinte. Destas, 6 ainda estão a aguardar uma decisão e 1 foi adjudicada.

Designação	Financiador	País
Planos Diretores de Abastecimento de Água nos Municípios de Quelimane e Ilha de Moçambique	Fundo Ambiental	Moçambique
Programa de Capacitação Institucional do FIPAG	Fundo Ambiental	Moçambique
Estudos de Viabilidade para Desenvolvimento de Infraestruturas de Abastecimento de Água na Região Sul	Fundo Ambiental	Moçambique
Desenho de Quadros Regulatórios das Sociedades Comerciais e Respetivo Regime Sancionatório	Fundo Ambiental	Moçambique
Assistência Técnica Especializada no Âmbito da Regulação das Sociedades Comerciais	Fundo Ambiental	Moçambique
Technical Assistance for Establishment of (Northern and Central Regions) Water Utility	FIPAG - Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água	Moçambique
Technical Assistance for Establishment of (Southern and Maputo Metropolitan Regional)	FIPAG - Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água	Moçambique
Project Supervision Consultant of Water Supply and Sanitation Investment Project for Municipals Capitals of Lospalos, Same and Viqueque	Asian Development Bank (ADB)	Timor Leste
Asistencia Técnica Entre Operadores de Saneamiento de Portugal Y Argentina	CAF – Confederation Andina de Fomento	Argentina
Develop and Align Action Plans for Sanitation Pilots Provincial Water and Sanitation Utilities	World Bank (WB)+ Agence Française de Développement (AFD)	Angola
Programme d'Amélioration des Performances (PAP) pour l'Assistance Technique à la SONEDE	EU + KfW Development Bank	Tunisia

Parcerias e consórcios

O estabelecimento de parcerias e consórcios faz parte da estratégia de desenvolvimento da atividade comercial, sendo esse um dos pilares estratégicos “Sozinhos vamos mais rápidos, mas juntos vamos mais longe”.

A identificação de novas oportunidades de projetos passa também pelo estabelecimento de consórcios e parcerias que permitem chegar a outros geografias e potenciar as possibilidades de sucesso das propostas apresentadas.

As entidades parceiras dos projetos são, maioritariamente, empresas com experiência no sector da água e que atuam em áreas geográficas nas quais a AdP Internacional procurou associar-se para reunir competências técnicas e experiência local no país alvo da intervenção. Destacam-se como parceiros internacionais a GFA Consulting, empresa alemã de consultoria para o desenvolvimento económico e social, a ASPA Utilities, a empresa de consultoria francesa EGIS e a consultora americana, STANTEC.

Em 2022, destaca-se a continuação da parceria com diversas empresas portuguesas do sector, designadamente a COBA, Engidro e a RPG.

Em Portugal, entidades de outros sectores, como a investigação científica e tecnológica e o desenvolvimento social, associaram-se a projetos da AdP Internacional. Destaca-se o LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), a organização não-governamental portuguesa IMVF – Instituto Marquês de Vale Flor, com competências específicas e atividade em áreas complementares que valorizaram as propostas de projeto apresentadas.

A Empresa



S. B. f

A Empresa

Quem somos

A missão, a visão e valores

A AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. (AdP Internacional) é uma empresa pública que integra o Setor Empresarial do Estado nos termos do DL 133/2013 de 3 de outubro e detida a 100% pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A, criada em 2001, para concretizar a estratégia internacional do Grupo AdP.

A AdP Internacional tem como missão **prestar serviços a nível internacional** e apoiar iniciativas de cooperação para o desenvolvimento no setor dos serviços de águas, de forma eficiente, sustentável e inovadora, **capitalizando o conhecimento, a experiência e as soluções tecnológicas do Grupo AdP** e contribuindo para a projeção internacional do sector português da água, num quadro de ação em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030. Em linha com esta missão, a sua visão é ser reconhecida pelos clientes e parceiros internacionais como uma referência internacional na gestão de serviços de água e, nos mercados-chave onde atua, ser líder no setor do abastecimento de água e saneamento.

Em todas as linhas de atuação, a AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A adota os valores da holding AdP SGPS. Acrescem a estes, os valores nucleares da AdP Internacional, que são as fundações da sua atuação a nível internacional, junto de clientes, das entidades financiadoras, dos parceiros e das comunidades locais:

Atividade, áreas de serviço, cadeia de valor e presença geográfica



A AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, SA é responsável pela **gestão dos negócios internacionais do Grupo Águas de Portugal**, atuando como montra das capacidades do Grupo e veículo de disseminação das competências do Grupo nos mercados internacionais, constituindo-se como alavanca para a sua internacionalização.

A AdP Internacional **exerce a sua atividade num ambiente concorrencial** nos mercados onde está presente. Na sua maioria, os contratos em execução pela AdP Internacional resultaram de concursos internacionais financiados por instituições financiadoras internacionais, nomeadamente, Banco Mundial, Banco Africano Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento, União Europeia, entre outros.

No âmbito das suas intervenções, a AdP Internacional tem vindo também a assumir um **papel de relevo no domínio da execução de projetos de cooperação internacional**, uma vez que, na sustentação de algumas iniciativas, está subjacente uma perspetiva de cooperação e responsabilidade social em detrimento de uma lógica exclusivamente comercial. A sustentabilidade económica é, contudo, o eixo fundamental da atividade desenvolvida.

Handwritten initials or signature in the bottom right corner.

Para concretizar a sua missão, a AdP Internacional suporta-se essencialmente nas soluções, produtos e competências disponíveis nas empresas do Grupo e estabelece parcerias com outras entidades nacionais, contribuindo assim para o reforço da presença do setor português da água nos mercados internacionais. Assim, os serviços nucleares da AdP Internacional refletem a experiência e o saber das empresas do Grupo AdP, e estruturam-se nos seguintes tipos de atividades:



A cadeia de valor da empresa, consubstanciada nas áreas de serviço nucleares e nas competências distintivas, pode representar-se da seguinte forma:

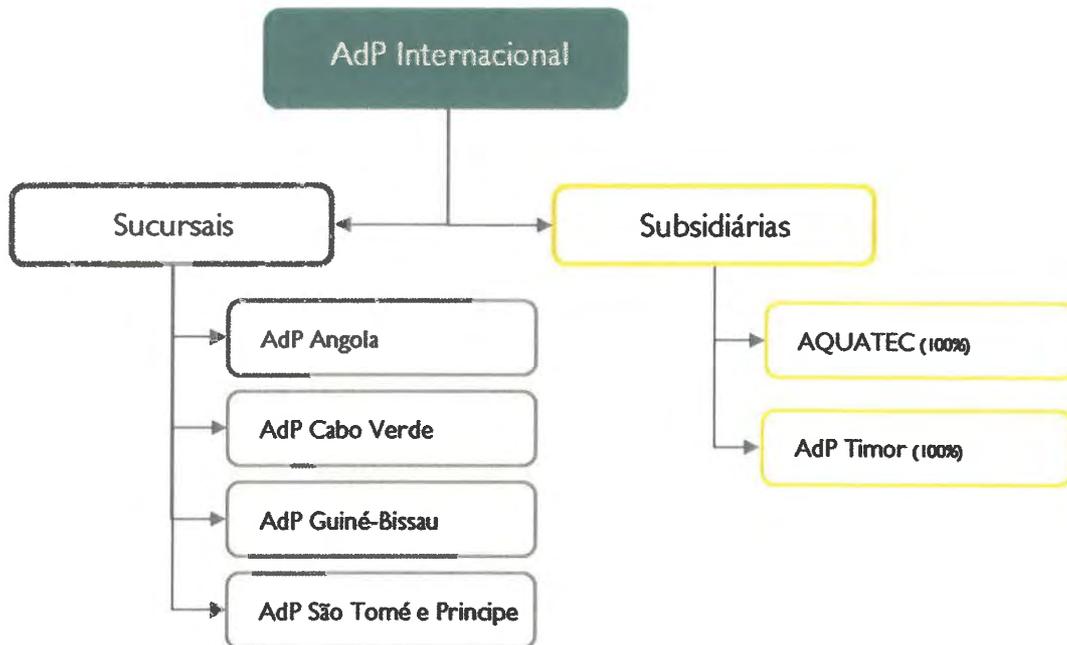


Atualmente, a AdP Internacional está presente localmente em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, através de sucursais, e é acionista de empresas em Moçambique e em Timor-Leste.

Ao longo dos últimos 9 anos, o enfoque da AdP Internacional nos países lusófonos e o volume de atividade que se tem desenvolvido, especialmente em Angola, levou à decisão de constituir sucursais em alguns mercados-chave. Em Timor-

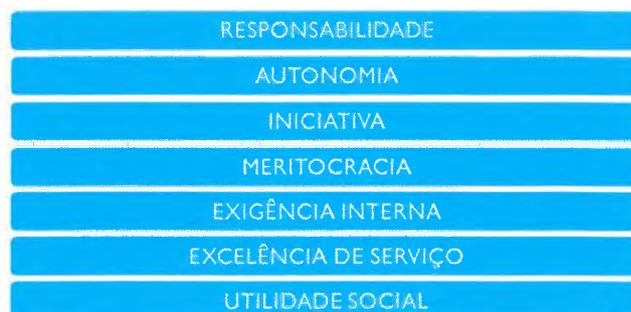


Leste e em Moçambique, entre 2002 e 2005, e devido a especificidades da atividade da AdP Internacional nesses mercados, foram constituídas empresas, detidas a 100% pela AdP Internacional, que se mantêm em atividade desde então.



As nossas Pessoas

O desenvolvimento estratégico, o crescimento sustentável e a aprendizagem ao longo da vida de todas as nossas Pessoas continua a ser um dos nossos eixos estratégicos, contribuindo para um crescente envolvimento e compromisso e para uma cultura sólida e alicerçada nos seguintes eixos:



Desta forma, visamos a promoção da sustentabilidade do Grupo AdP, numa equação que tem como principal variável as nossas Pessoas.

Os nossos grandes objetivos passam pela humanização do Grupo AdP e pela criação de uma estratégia de gestão de pessoas capaz de garantir o desenvolvimento do Grupo AdP, permitindo:

- Criar valor para o negócio, através da otimização, adequação e simplificação das políticas de recursos humanos, do controlo da sua execução e da tomada de **medidas corretivas**;
- Maximizar os resultados do negócio, criando **valor através das pessoas**;
- **Orientar as pessoas para os valores** considerados estratégicos para a organização;
- **Alinhar os objetivos** individuais com os objetivos e evolução do negócio e do setor;
- Ter as **pessoas certas nos lugares certos** e nos momentos certos;
- Motivar, reter e desenvolver competência críticas, **fidelizar talentos** e pessoas de elevado potencial;
- Distinguir e compensar os **bons desempenhos**; e
- Gerir cada pessoa em função da sua individualidade, num contexto de inclusão plena;
- **Integrar a dimensão social** na estratégia do Grupo AdP, pois é um dos nossos pilares.

Conscientes que o nosso maior ativo são as nossas Pessoas, realizámos um profundo diagnóstico a todo o ciclo de pessoas e com os resultados obtidos traçámos um plano efetivo de gestão da mudança para 2022 e 2023, incorporando iniciativas que se pretendem verdadeiramente transformacionais e impactantes, quer ao nível da digitalização da função de recursos humanos, quer ao nível da proposta de valor que disponibilizamos às nossas pessoas, não descurando a potenciação de uma liderança relevante, que seja devidamente capacitada e que possa liderar pelo exemplo.

De forma a dar resposta à nossa ambição, foi igualmente possível:

- Rever a estratégia, políticas e processos de recursos humanos de forma consistente com o propósito estabelecido para o **Grupo AdP**;
- Apostar nas competências das pessoas do Grupo AdP, na sua atração, na sua motivação e na sua retenção;
- Reforçar uma **cultura comum**; e
- Auscultar as nossas Pessoas enquanto **partes interessadas internas**, uma vez que acreditamos no poder de um bom diagnóstico para a construção do futuro e para a germinação de um clima de trabalho potenciador dos resultados, das equipas e das Pessoas a nível individual.

Assumimos como **missão na gestão de Pessoas** a capacidade de garantir o crescimento pessoal e profissional das nossas Pessoas, num clima de confiança, respeito, resiliência e agilidade, que promova o bem-estar de todas e de todos.

Paralelamente, temas como a motivação e a satisfação, a qualificação e a valorização do trabalho, a igualdade de oportunidades e a garantia das condições de trabalho, com grande enfoque na promoção da saúde e da segurança nunca deixam de ser desafios para o Grupo AdP.

Podemos hoje afirmar que a nossa visão para a gestão de pessoas tem uma palavra-chave – **humanização**.

Também no decurso do ano de 2022 o nosso compromisso de sustentabilidade alinou a sua estratégia com a ambição de trabalhar com propósito, valorizando a relação com as nossas Pessoas, encorajando a sua evolução profissional e pessoal e estabelecendo como metas que até 2030 40% dos cargos de decisão no Grupo AdP serão ocupados por mulheres e que 100% das empresas estarão certificadas em gestão da conciliação.

Foi, assim, o ano de 2022 um ano de implementação e consolidação de um conjunto de iniciativas e projetos, destacando-se o projeto de dimensionamento de recursos humanos, que avaliou e projetou a força de trabalho no Grupo AdP, com a criação de simulador para as áreas de operação e de manutenção de todas as empresas, permitindo dar suporte e fundamento às nossas necessidades de recursos humanos e respectivas competências, nomeadamente junto dos nossos acionistas.

Os últimos dois anos têm sido de transformação no Grupo AdP. Foi realizado um extenso trabalho de diagnóstico e organização, lançando projetos relevantes para promover e potenciar o trabalho com propósito, focado no desenvolvimento, bem-estar, motivação e felicidade das nossas Pessoas.

Efetuuou-se, paralelamente, o diagnóstico à qualidade da base de dados de recursos humanos do sistema SAP, primeiro passo na melhoria da qualidade e acesso à informação, que se pretende atualizada, oportuna e fiável, fator essencial para reporte e suporte à tomada de decisão, e para o robustecer de uma análise analítica preditiva. Trata-se de um primeiro passo para a implementação de uma solução cloud para gestão de Pessoas, que garante as melhores condições para a gestão de processos diários, desde o recrutamento de talentos até à integração dos mesmos na cultura da empresa, passando pela gestão de carreiras e por sistemas de gestão da aprendizagem, criando um envolvimento que melhora os resultados empresariais.

O sistema de avaliação de desempenho foi revisto e clarificado, mantendo-se o foco na melhoria contínua do processo, através de ações de formação que potenciaram uma mentalidade de crescimento e responsabilidade nas nossas pessoas, sensibilizando para os enviesamentos inconscientes de forma a tornar este processo cada vez mais robusto, objetivo e consequente.

O recrutamento interno, e respetivas mobilidades intra e inter empresas, continua a ser por nós encarado como uma das ferramentas de desenvolvimento pessoal e profissional das nossas Pessoas, possibilitando-lhes a exposição a novos contextos e desafios, que potenciem a aquisição de novas aprendizagens e competências.

Acreditamos que a procura interna de profissionais para alocar a projetos e/ou para suprir necessidades de conhecimento específico é um processo que acrescenta valor a todas as partes.

Nos nossos processos de recrutamento damos primazia a trabalhadores/as internos/as, mas não descuidamos o talento externo, promovendo diversas iniciativas de proximidade a potenciais candidatos/as, como forma de rejuvenescer os nossos quadros e/ou reforçar as competências existentes na organização.

Foi repensado e desenvolvido um novo manual e kit de acolhimento pretendendo-se introduzir a avaliação do processo e da experiência das Pessoas nos 6 meses após a entrada, algo inovador que promove uma cultura de análise e de avaliação de dados e que permitirá focar e corrigir a atuação para o que realmente é relevante e transformador.

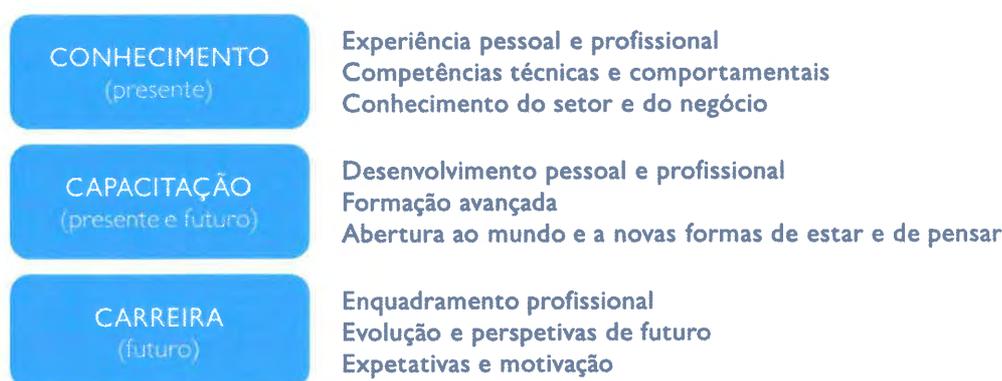
Iniciámos a criação de um pipeline de liderança com a ambição de sermos reconhecidos como uma referência em termos de liderança no setor público, uma escola de líderes, interna e externamente, reforçando a aposta evidente na aprendizagem, por via dos diversos programas da Academia das Águas Livres, como também pela concretização dos planos de desenvolvimento pessoal.

Manifesto para a liderança no Grupo AdP:

- **Somos o rosto e os/as amplificadores/as da visão estratégica do Grupo AdP** junto de todas as partes interessadas, inclusive junto das nossas equipas;

- **A nossa atitude e os nossos comportamentos inspiram**, somos agentes da cultura do Grupo AdP, e, dessa forma, construímos a base para atingirmos objetivos ambiciosos;
- **Não somos perfeitos/as, mas damos o exemplo**, porque todos os dias nos esforçamos mais e mais e mais, porque todos os dias chegamos mais longe;
- **Assumimos a nossa responsabilidade com sentido de missão** e demonstramo-la na prática e no dia-a-dia, somos protagonistas no caminho definido para o Grupo AdP;
- **Encaramos a confiança e a parceria como motores do sucesso**, pelo que as assumimos em tudo o que fazemos, dando para receber;
- **Construímos o futuro através do desenvolvimento das nossas pessoas**, fazendo emergir os seus talentos e criando, assim, um Grupo mais forte.

Desenvolvemos a nossa aposta na aprendizagem nas seguintes dimensões:



No que respeita aos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT), em 2022 já foi possível proceder à reclassificação dos/as trabalhadores/as em algumas das empresas do Grupo, cujos respetivos Planos de Atividades e Orçamentos foram aprovados.

Apostou-se muito significativamente no diálogo social, com reuniões e interação intensa com os parceiros sociais, encetando-se um novo ciclo de negociações, no enalce permanente da melhoria dos Acordos Coletivos de Trabalho existentes e da valorização salarial das nossas Pessoas, tendo sido aplicado, por decisão de gestão, um aumento geral de 1,2% no Grupo AdP em 2022.

Diversidade, igualdade e inclusão

No Grupo AdP promovemos a igualdade de oportunidades e o tratamento das pessoas independentemente do cariz político, social ou económico. Acreditamos que a diversidade cria valor e fortalece a cultura organizacional. No nosso compromisso de sustentabilidade para 2022-2025 assumimos os objetivos de “garantir a igualdade de oportunidades e promover a diversidade e a inclusão” e “promover o equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal”, estando contempladas quatro metas, a aplicar em todas as empresas do Grupo AdP.

Temos uma política sustentada da igualdade de género e um conjunto de outras políticas de recursos humanos não discriminatórias, como o próprio código de ética e conduta e as certificações nas normas de responsabilidade social SA 8000 e na norma da conciliação entre a vida pessoal profissional.

Somos membros, desde 2017, do iGen - Fórum Empresas para a Igualdade, reforçando o compromisso de promoção da igualdade de género e de melhoria ao nível da sustentabilidade, da justiça organizacional e da satisfação das nossas Pessoas.

Aderimos à Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão, criada para gerir e garantir a sustentabilidade e desenvolvimento da Carta Portuguesa para a Diversidade e Inclusão e ao GRACE – Associação Empresas Responsáveis.

Entre outros, participámos também no projeto "Divers@s e Ativ@s: Promoção da Diversidade e Não Discriminação no Âmbito Profissional", promovido pela APPDI, juntamente com as seguintes entidades parceiras: Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN); Clube Intercultural Europeu; KUN - Centre for Equality and Diversity.

Formação e desenvolvimento

As nossas Pessoas contribuem para a definição do seu plano de desenvolvimento pessoal, em conjunto com as suas chefias, plano esse composto por ações estratégicas e transversais ao Grupo AdP, mas também específicas às suas funções, sendo incentivadas a participar em programas de formação, em domínios diretamente relacionados com a sua atividade e que potenciem inequivocamente o aumento do seu capital intelectual. Promovemos também a participação em associações que contribuam para a valorização profissional ou se mostrem adequadas à prossecução dos fins da Empresa.

Contudo, encaramos o desenvolvimento com uma abrangência mais ampla, isto é, instigamos as pessoas a procurem iniciativas que não passem exclusivamente pela formação formal, mas sim e também pela formação informal e através de outras pessoas e pela formação *on-the-job*.

Um conjunto de métricas simples, como o caso da avaliação da satisfação e eficácia das ações de formação, estão neste momento a ser avaliadas em tempo real, corporizando a cultura de melhoria contínua inscrita na nossa estratégia.

Em 2022 demos início à concretização de um plano transversal de formação para todo o Grupo AdP, com temáticas basilares ao nosso alinhamento estratégico e à nossa presença no mercado: formação em Ética e Conduta no Grupo AdP (*online* e presencial), formação em Cibersegurança e formação em *Corporate Governance*.

Este plano de formação transversal para o Grupo Águas de Portugal visa dar resposta aos desafios propostos pelo Grupo no âmbito do seu Quadro Estratégico de Compromisso e alinhar conhecimento considerado crítico para o negócio e para o desenvolvimento das pessoas em todas as Empresas do Grupo, destacando-se os seguintes aspetos:

- **Ética e Conduta no Grupo AdP:** foram realizadas 5 sessões online para todos os quadros dirigentes do Grupo AdP e disponibilizados conteúdos e-learning a todas as pessoas, sendo a taxa de satisfação de 4 (numa escala de 1 a 5) e a taxa de recomendação de 8 (numa escala de 1 a 10), reforçando a importância e o alinhamento das nossas pessoas com esta temática.
- **Cibersegurança:** sendo um tema de grande atualidade, urgência e importância, foi disponibilizado um curso em formato e-learning a todas as pessoas do Grupo - "Cidadão/ã Ciberseguro" - permitindo sensibilizar todos/as para a temática no contexto familiar, profissional e público. Cerca de 1500 Pessoas já realizaram esta formação estando o curso disponibilizado na plataforma da Academia das Águas Livres, ao qual se irão juntar mais conteúdos no decorrer de 2023 que aprofundam o conhecimento global sobre este tema.
- **Corporate Governance:** este programa destinado a todos/as os/as gestores/as do Grupo Águas de Portugal foi desenvolvido em parceria com o Instituto Português de *Corporate Governance* e permitiu um maior alinhamento entre todas as empresas na promoção e difusão das boas práticas do governo societário como instrumento incontornável para a eficiência económica, para o crescimento sustentável e para a estabilidade financeira, tendo a taxa de participação dos/as quadros dirigentes alcançado aproximadamente 90%.

De reforçar que este plano de formação transversal do Grupo AdP, tendo sido iniciado em 2022, prevê uma continuidade para o ano de 2023, com o objetivo de aprofundar e difundir alguns dos conhecimentos e boas-práticas das temáticas acima mencionadas, mas também de promover o desenvolvimento e alinhamento de outras competências-chave ao Grupo, como é o caso da **Contratação Pública**, da **Literacia Digital** e do **Controlo Interno**.

Foi igualmente um ano de grande aposta na qualificação das nossas pessoas por via da realização de diversas formações avançadas, bem como de grande foco em competências especializadas, como é o caso do curso de *Power BI* e da formação pedagógica de formadores/as que certificou inicialmente 12 trabalhadores/as tendo em vista a constituição da bolsa interna de formadores/as para desenvolvimento e criação de uma *internal faculty*, uma ambição do Grupo para os próximos anos.

No ano de 2022 foram disponibilizadas 294 horas de formação a 18 formandos da AdP Internacional.

Formação disponibilizada



Principais Indicadores (com referência a 31 de dezembro)

A AdP Internacional – sede e respetivas sucursais - conta com 39 pessoas no ativo. De salientar que a 31/12/2022, dois trabalhadores da AdP Internacional (sede) se encontravam com contrato suspenso por motivo de baixa prolongada, não relevando para o número de ativos àquela data.

AdP Internacional - população ativa a 31/12/2022	39
AdP Internacional (sede)	15
Sucursal: AdP Angola	24
Sucursal: AdP Cabo Verde	0
Sucursal: AdP Guiné Bissau	0
Sucursal: AdP de São Tomé e Príncipe	0

Nas empresas subsidiárias da AdP Internacional, a 31 de dezembro de 2022 existia apenas 1 pessoa no ativo.

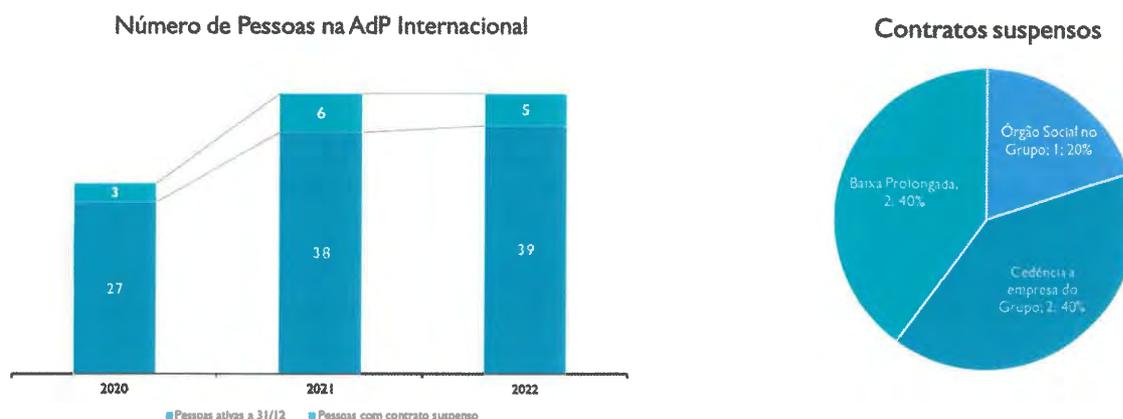
Empresas subsidiárias da AdP Internacional - população ativa a 31/12/2022	
Subsidiária: AQUATEC (Moçambique)	1
Subsidiária: AdP Timor (*)	0

(*) O trabalhador que se encontra na AdP Timor faz parte dos quadros da AdP Internacional (sede), encontrando-se considerado naquele headcount

A caracterização dos recursos humanos que se fará de seguida respeita apenas à população ativa da AdP Internacional – sede e respetivas sucursais, e não inclui os Órgãos Sociais.

Caracterização da população ativa da AdP Internacional (sede e sucursais)

A população ativa da AdP Internacional no fim do ano de 2022 era de 39 pessoas, 38% na sede e 62% na sucursal de Angola.



A 31 de dezembro a empresa contava com 5 pessoas em situação de contrato suspenso, 2 das quais por motivo de baixa prolongada.

Entradas/saídas: 1,2

Total entradas: 6

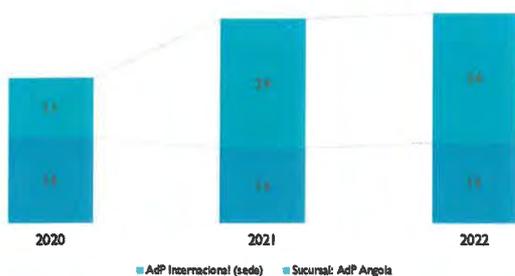
Entradas externas: 3
Entradas por mobilidade: 3

Total saídas: 5

Saídas externas: 3
Saídas por mobilidade: 2

Durante o ano de 2022, entraram 6 novas pessoas, 3 na sede por mobilidade e 3 entradas externas na sucursal de Angola. As saídas por mobilidade na sede foram 2, na sucursal de Angola ocorreram 3 saídas externas.

Número de Pessoas no ativo a 31/12



Homens: 22
Mulheres: 17

Lugares de chefia: 26%
Homens: 80%
Mulheres: 20%

M. J.

Na AdP Internacional, 56% da população ativa pertence ao género masculino e 44% ao género feminino. A maior parte dos/as trabalhadores/as da empresa são operacionais - 65% mulheres e 35% homens, e maioritariamente da sucursal de Angola.



Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdP SGPS SA promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade.

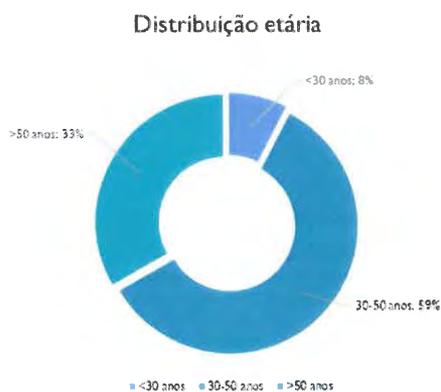
Idade média: 44 anos
 Sede: 51 anos
 AdPA: 40 anos

Antiguidade média: 9 anos
 Sede: 19 anos
 AdPA: 2 anos

Contrato sem termo: 26%

A média etária é de 44 anos, sendo que 59% tem idade compreendida entre os 30 e os 50 anos de idade.

A antiguidade média é de 9 anos, sendo que em 46% das pessoas se verifica uma permanência na empresa inferior a 2 anos, situação que se justifica essencialmente com a entrada de novos/as recursos para os projetos em curso na sucursal de Angola. A percentagem de pessoas com antiguidade superior a 10 anos é de 36%.



Handwritten signature

No que respeita ao vínculo contratual, 46,4% tem contrato sem termo (26%+18%), uma vez que os contratos de cedência ocasional representam vínculos de contratos sem termo nas empresas de origem. Também no caso do vínculo contratual se destacam os/as trabalhadores/as afetos aos projetos da sucursal de Angola, com contrato a termo certo (54%).



Habilitações Literárias



Relativamente às habilitações literárias, 51% tem formação superior e 49% tem o ensino básico ou inferior.

Stakeholders

A AdP Internacional está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.



Handwritten signature

Organização

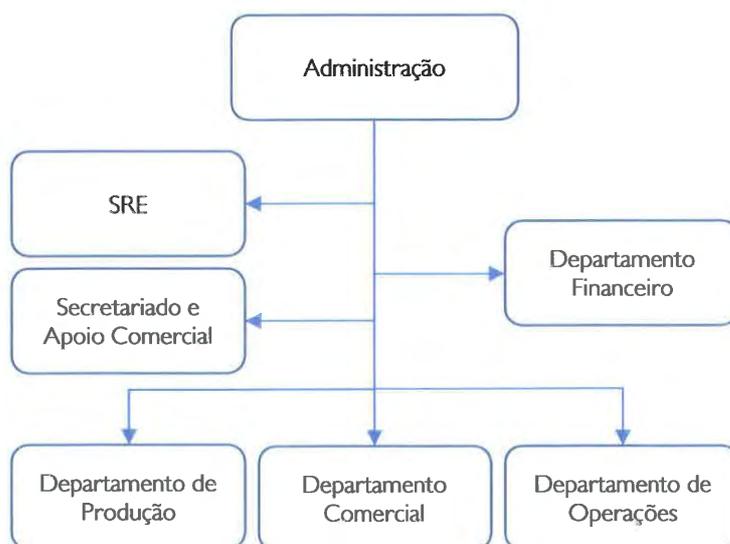
Estrutura acionista e Órgãos Sociais

A 31 de dezembro de 2022, o capital social da AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. era integralmente detido pelos seguintes acionistas:

Acionistas	%	Ações	Valor (Eur)
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100	35.000	175.000

Por deliberação da acionista única, a 1 de julho de 2016, foram eleitos os órgãos sociais para o mandato 2016/2018 os quais se mantiveram em funções no âmbito do referido mandato até 27 de maio de 2020. No dia 28 de maio de 2020, foi eleita a Mesa da Assembleia Geral para o mandato 2020-2022. A mesa da assembleia geral é composta por um Presidente e um Secretário, eleitos em Assembleia Geral. O Conselho de Administração é composto por três membros, um dos quais presidente. A Assembleia Geral elegeu o presidente e um vogal na condição de gestores executivos e um vogal na condição de gestor não executivo. O Fiscal único Efetivo e Suplente (ROC) foram igualmente eleitos por deliberação da acionista única, tomada com efeitos a 22 de abril de 2019.

Na sequência da reestruturação definida em 2022 para otimizar os resultados e aumentar a eficiência operacional, a estrutura organizacional da AdP Internacional apresenta a seguinte configuração:



g. f

O nosso Propósito

O propósito e os compromissos de Integridade e de Sustentabilidade

• O nosso Propósito

A gestão sustentável da água confronta relevantes desafios associados às alterações climáticas, ao esgotamento de recursos, à degradação dos ecossistemas e à poluição ambiental.

A atividade desenvolvida pela AdP Internacional tem, neste enquadramento, o maior impacto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico.

“Fazer a diferença na vida das pessoas” é o nosso propósito, que nos compromete enquanto empresa do universo do Grupo Águas de Portugal e vincula igualmente os/as nossos/as trabalhadores/as, assentando num duplo vínculo de identidade e de finalidade.

Assumimos COMPROMISSOS
para cumprir o PROPÓSITO de
FAZER A DIFERENÇA NA VIDA
DAS PESSOAS

• Compromisso de Integridade

O modelo de integridade do Grupo Águas de Portugal está plasmado numa **Política de Integridade**, que apresenta a sua visão sobre a ética e a integridade, consolidando o compromisso de todas as empresas do Grupo com um modelo de governação assente nos mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública.

O Compromisso de Integridade foi subscrito pela AdP Internacional em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente:

- Código de Ética e de Conduta
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
- Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades
- Manual de Contratação Pública do Regime Geral
- Manual de Compras

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares:

- O Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos.
- A Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

O Grupo Águas de Portugal dispõe de um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética, que se designa por **Linha de Integridade**, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

• Compromisso de Sustentabilidade

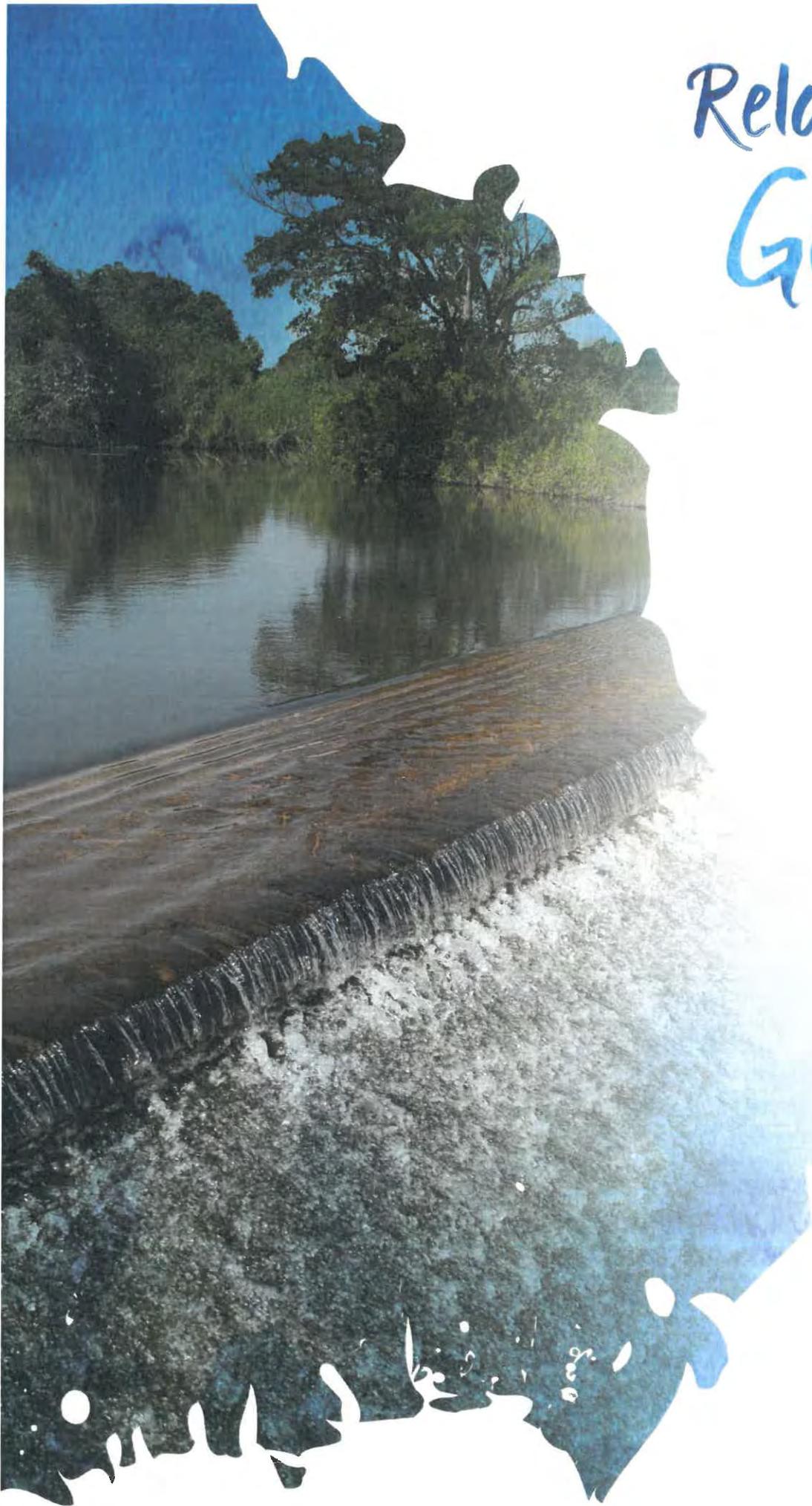
O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal fixa as ambições em linha com os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.

As ambições de sustentabilidade estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.



Para mais detalhe consultar o Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP disponível aqui: [Relatórios de Sustentabilidade \(adp.pt\)](https://www.adp.pt/relatorio-de-sustentabilidade)

Relatório de Gestão



P. F.

A Envoltente

Contexto Macro-económico¹

A luta global contra a inflação, a guerra da Rússia na Ucrânia e o ressurgimento do COVID-19 na China pesou sobre a atividade económica global em 2022, e os dois primeiros fatores continuarão a fazê-lo em 2023.

Global

O crescimento global para o ano 2022 estima-se em 3,4% e é esperado um crescimento de 2,9% para 2023 (3,1% para 2024). A previsão de baixo crescimento em 2023 reflete o aumento das taxas dos bancos centrais para combater a inflação, especialmente nas economias avançadas, bem como a guerra na Ucrânia. A queda no crescimento em 2023 é impulsionada por economias avançadas. Espera-se que o crescimento recupere na China com a plena reabertura em 2023. A recuperação esperada em 2024 reflete a gradual recuperação dos efeitos da guerra na Ucrânia e a redução da inflação.

Em 2023, os preços do petróleo deverão cair cerca de 16%, enquanto os preços de matérias não-combustíveis deverão cair em média, 6,3%.

As taxas de juro serão revistas em alta, refletindo a política de redução da taxa de inflação.

Zona do Euro

O crescimento real do PIB na UE surpreendeu positivamente no primeiro semestre de 2022, com os consumidores retomando vigorosamente os gastos, principalmente em serviços, após o relaxamento das medidas de contenção da COVID-19. A expansão continuou no terceiro trimestre, embora em um ritmo consideravelmente mais fraco. A incerteza elevada, altas pressões sobre os preços da energia, erosão do poder de compra das famílias, um ambiente externo mais fraco e condições de financiamento mais restritivas devem levar a UE, a área do euro e a maioria dos Estados-Membros à recessão no último trimestre do ano. O PIB em 2022 deverá crescer em 3,3% na UE (3,2% na área do euro).

Depois de cair para 4,6% do PIB em 2021 (5,1% na zona euro), o défice da UE deverá descer ainda mais para 3,4% do PIB este ano (3,5% na zona euro). Em 2023, porém, o défice público agregado deverá voltar a aumentar ligeiramente (para 3,6% na UE e 3,7% na zona euro), à medida que a atividade económica enfraquece, as despesas com juros aumentam e os governos alargam ou introduzem novas medidas discricionárias para mitigar o impacto dos preços elevados da energia. Como resultado, o défice é projetado em 3,2% do PIB na UE e 3,3% na área do euro em 2024. No horizonte de previsão, projeta-se uma nova redução do rácio dívida/PIB na UE, de 89,4% do PIB em 2021 para 84,1% do PIB em 2024 (e de 97,1% para 91,4% na área do euro).

Espera-se que o aumento das pressões de preços tenham movido o pico da inflação para o final do ano e elevado a projeção da taxa de inflação anual para 9,3% na UE e 8,5% na área do euro. Adicionalmente, espera-se que a inflação diminua em 2023, mas permaneça alta em 7,0% na UE e 6,1% na área do euro, antes de moderar em 2024 para 3,0% e 2,6%, respetivamente. As revisões refletem principalmente preços grossistas de gás e eletricidade significativamente mais

¹ Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

elevados, que exercem pressão sobre os preços da energia a retalho, bem como sobre a maioria dos bens e serviços na cesta de consumo.

O mercado de trabalho continuou a apresentar um forte desempenho, com emprego e participação no nível mais alto e desemprego no nível mais baixo em décadas. A forte expansão económica atraiu um adicional líquido de dois milhões de pessoas para o emprego no primeiro semestre de 2022, elevando o número de pessoas empregadas na UE para um recorde histórico de 213,4 milhões. A taxa de desemprego manteve-se no mínimo histórico de 6,0% em setembro. Espera-se que os mercados de trabalho reajam com desfasamento face ao abrandamento da atividade económica, mas que se mantenham resilientes. O crescimento do emprego na UE está previsto em 1,8% em 2022, antes de estagnar em 2023 e subir moderadamente para 0,4% em 2024. As taxas de desemprego na UE são projetadas em 6,2% em 2022, 6,5% em 2023 e 6,4% em 2024.

Após vários anos de taxas de juro de referência em zero ou negativas, desde meados de 2022 o Conselho do BCE, de modo a controlar a inflação, tem vindo a aumentar as três taxas de juro diretoras do BCE. Em comunicado de inícios de 2023, as taxas foram novamente aumentadas em 50 pontos base. Por conseguinte, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito serão aumentadas para, respetivamente, 3,00%, 3,25% e 2,50%, com efeitos a partir de 8 de fevereiro de 2023.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2022 são os seguintes:

	Estimativa 2022	Ano 2021
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	6,8%	5,5%
Taxa crescimento Consumo Privado	5,9%	4,7%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	8,1%	0,9%
Taxa de desemprego	5,9%	6,6%
Euribor 6 meses (fim do ano)	2,693%	(0,546%)
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	2,17%	0,30%

Neste enquadramento, projeta-se um crescimento do PIB de 6,8% em 2022, seguida de um crescimento de apenas 1,5% em 2023, seguido de um ritmo de expansão mais moderado em 2024 e 2025, 2% e 1,9%, respetivamente. O crescimento será contido no primeiro semestre de 2023, projetando-se uma moderação das despesas das famílias, algum adiamento dos planos de investimento das empresas e um abrandamento das exportações. Estes desenvolvimentos ocorrem num quadro de incerteza global acentuada, manutenção de preços de energia elevados, erosão do poder de compra, aperto das condições financeiras e enfraquecimento da procura externa. Os fatores que têm suportado o consumo privado deverão perder importância. Não só se estima que a margem de ajustamento resultante da riqueza acumulada durante a pandemia se reduza, como se projeta que o aumento da perceção do risco de alteração das condições do mercado de trabalho, ainda que sem materialização na presente projeção, condicione as decisões de consumo. A partir da segunda metade de 2023, a atividade acelera, refletindo a expectativa de atenuação das tensões nos mercados energéticos, a recuperação gradual do rendimento real das famílias, a melhoria da procura externa e a normalização das cadeias de abastecimento globais. Uma maior absorção dos fundos europeus suporta também a atividade neste período.

A inflação aumenta em 2022 para 8,1%, fixando-se em 5,8% e 3,3% nos dois anos seguintes. A inflação elevada tem impacto negativo sobre a atividade e o rendimento, sobretudo para as famílias de menores recursos. A subida acentuada da inflação na área do euro e a sua persistência levaram o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) a iniciar um

processo de normalização da política monetária. Os aumentos das taxas de juro de política têm-se repercutido no custo de financiamento das empresas e famílias, o que contribui para conter as pressões inflacionistas. A diminuição da inflação é essencial para a recuperação do poder de compra das famílias e para suportar uma retoma da atividade em contexto de menor incerteza.

Em 2022, o défice orçamental diminuiu e situa-se abaixo da média da área do euro. A dívida pública em percentagem do PIB, embora elevada, manteve uma trajetória descendente. Projeta-se que esta evolução favorável prossiga nos próximos anos, devendo este rácio atingir valores inferiores a 100%.

O Setor

O setor a nível mundial²

Em termos globais, a água é um bem escasso e a tendência é este facto agravar-se nas próximas décadas. Tal resulta não só do continuado aumento da população mundial, com particular destaque para as economias emergentes, como também da progressiva diminuição das disponibilidades hídricas associada aos efeitos das alterações climáticas.

Simultaneamente, e para além da necessidade básica de acesso a água potável, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente para a produção de energia e alimentos, e também para a conservação de ecossistemas saudáveis.

Por estes motivos, a água está no centro do desenvolvimento sustentável, encontrando-se subjacente a vários dos Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento, e sendo objeto do **Objetivo 6**, que defende o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento.

No caso particular dos serviços de abastecimento e saneamento, ao balanço entre a oferta e a procura, acresce ainda a necessidade de assegurar resiliência nos sistemas, de forma que se consiga resistir a eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, bem como a outros eventos de origem não climática.

Ao longo das últimas duas décadas, sobretudo nos países mais desenvolvidos, tem-se também vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos que contribuem para responder aos desafios atrás referidos. Com efeito, estão hoje na agenda: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, conseqüentemente, a desacelerar as alterações climáticas; o incentivo à Inovação e Desenvolvimento para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos ao invés de estes serem considerados resíduos.

Não obstante todos estes avanços, neste novo milénio estamos ainda perante alguns factos a que não podemos ficar indiferentes:

- três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de "stress" hídrico;
- que cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano;

² Fontes: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdoobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

- um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

e, do ponto de vista empresarial, em zonas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em e baixos níveis de investimento; e
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia é um exemplo.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico, que o World Bank Water Global Practise, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS6, baseada na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: i) a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; ii) o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa; iii) o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelo empregadores e pelos trabalhadores); e iv) o estabelecimento de instrumentos de soft-law (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONGs) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Crise Geopolítica e Energética³

Em resposta às dificuldades e às perturbações do mercado mundial da energia suscitadas pela Crise Geopolítica resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia, a Comissão Europeia aprovou por comunicação da Comissão Europeia o Plano REPowerEU Europeia a 18 de maio de 2022.

O plano estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da EU. Em paralelo o Plano visa: a poupança energética; a produção de energia limpa e a diversificação do nosso aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar a nova infraestrutura e o novo sistema energéticos de que a Europa necessita.

No contexto deste Plano foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência para apoiar investimentos e reformas no valor de 300 mil milhões de euros e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM nº 136/2022)

Em resposta à crise geopolítica foi publicado a 27 setembro de 2022 o Plano de Poupança de Energia 2022-2023 em Diário da República. O documento, elaborado pela ADENE a pedido do Governo, contém medidas de redução para as áreas da energia, eficiência hídrica e mobilidade, e abrange os setores da Administração Pública, central e local, privados como indústria, comércio e serviços, e também os cidadãos. Saliente-se que as medidas obrigatórias se destinam apenas

³ Fonte: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repower-eu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

m. f.
s.

à Administração Pública Central. À Administração Local, empresas e cidadãos são feitas recomendações de poupança energética.

Entre as medidas previstas no Plano destacam-se as seguintes: Reduzir o consumo de energia relacionado com iluminação interior e exterior; Reduzir o consumo energético na climatização de espaços; Promover práticas de gestão dos recursos humanos que permitam a redução dos consumos energéticos (teletrabalho); Promoção local de eletricidade a partir de fontes de energia renovável; Capacitar os técnicos da administração pública para a implementação, dinamização e monitorização de medidas para a eficiência de recursos.

O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 surge como resposta à crise geopolítica que se faz sentir atualmente na Europa, com graves consequências para o setor da energia, sendo um dos instrumentos que responde ao repto da União Europeia com vista à redução voluntária de 15 % do consumo energético. No caso de Portugal, existem derrogações que permitem reduzir a percentagem de redução obrigatória para 7 %.

O abastecimento e o saneamento em Portugal⁴

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, portanto, um facto que a redução dos períodos de retorno dos investimentos implicaria o aumento das receitas anuais, o que traria impactos significativos nas tarifas a praticar aos utilizadores finais.

Em Portugal, o grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

Em 2021 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 111,99 €/MWh (de 33,99 €/MWh em 2020), tendo as cotações no OMIE atingido valores máximos históricos, em particular ao longo do 2.º semestre.

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia no mercado ibérico nos anos de 2020 e 2021:

Panorama Nacional

Abastecimento de Água

- 9,8 milhões de habitantes servidos
- 97% de alojamentos servidos
- 184 litros: consumo médio diário de água por habitante
- Tarifa média ponderada: 0,5581 EUR/m³
- Indicador de água Segura em Portugal Continental (alta): 99,59%

Saneamento de Águas Residuais

- 8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem
- 86% de alojamentos servidos
- 8,7 milhões de habitante servidos com tratamento
- 86% de alojamentos servidos com tratamento
- 1,8 milhões de m³ de águas residuais recolhidas diariamente
- Tarifa média ponderada: 0,5351 EUR/m

Dados RASARP 2022

Com a proximidade do término do Plano PENSAAR 2020, em 2020, foi criado um grupo de trabalho para proceder à elaboração de um novo plano estratégico, para o período de 2021-2030, que inclui no seu âmbito para além do

⁴ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

abastecimento de água e a gestão de águas residuais a gestão de águas pluviais- -Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENZAARP 2030).

Foi apresentada a proposta de despacho que aprova o PENSAARP-2030 que esteve em consulta pública até maio de 2022. O seu fim último é o de atingir serviços de águas de excelência para todos e com contas certas, passando pela concretização de quatro objetivos estratégicos globais.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

O Grupo AdP em 2022

O Grupo AdP constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo AdP trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes e, em alguns casos, co-acionistas, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações.

A gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, no quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Neste âmbito, destaca-se o Programa ZERO com o qual o Grupo AdP visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, tendo por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030. A efetiva concretização deste programa, deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial."

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) do Grupo AdP, tem-se efetivado a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida.

Em março, o Grupo em parceria com a APA - Agência Portuguesa do Ambiente desenvolveu uma campanha nacional "Campanha Poupe água hoje para ter amanhã". Esta campanha, de âmbito nacional, pretendeu sensibilizar para a importância de pouparmos e reutilizarmos muito mais água num contexto geral de alterações climáticas, e, sobretudo, no contexto específico da seca de 2022, a terceira mais gravosa desde 1921. As medidas de adaptação à seca e à escassez já implementadas no passado, bem como o acionamento de planos de contingência, permitiram às empresas do grupo AdP superar os efeitos da seca de 2022 sem se ter verificado falhas a nível do abastecimento, não obstante o grande esforço que tal acarretou.

Tendo em vista o cumprimento das metas fixadas nos diversos instrumentos nacionais aprovados no plano do combate às alterações climáticas e da descarbonização, a 28/12/2022 foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 26 de março que autoriza o Fundo Ambiental a efetuar transferências para as empresas do Grupo Águas de Portugal no âmbito do apoio para a implementação da Frota Verde

Em junho, o Grupo AdP atribuiu os 'Prémios Verdes' uma iniciativa do Grupo Águas de Portugal e da revista VISÃO, com o Alto Patrocínio da Presidência da República. Os 'Prémios Verdes' destinam-se a premiar as pessoas, empresas e

organizações que, em Portugal, implementam ações e medidas com boas práticas na área do ambiente, perante a atual conjuntura de emergência climática.

Em novembro, o Grupo AdP coorganizou a Semana da Responsabilidade Social. A Semana da Responsabilidade Social foi uma iniciativa organizada anualmente pela APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial, com apoio do Global Compact Network Portugal. A edição de 2022, que decorreu entre 22 e 25 de novembro no edifício da Águas de Portugal, teve como tema central “Engenho Humano & Energia”, fundamentado na capacidade inventiva humana nas diferentes áreas da Sustentabilidade, no desenvolvimento tecnológico e no progresso das energias renováveis, com uma aposta crescente no autoconsumo e na cogeração. José Furtado, Presidente da Águas de Portugal, apresentou as ambições do Compromisso com a Sustentabilidade através das quais o Grupo procura concretizar o seu propósito de “Fazer a diferença na vida das pessoas”.

O Grupo AdP é subscritor do compromisso “Business Ambition for 1.5°C” da United Nations Global Compact, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta, iniciativa que reforça o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono.

Em novembro, o Grupo AdP apresentou a sua Agenda de Inovação, dando cumprimento à estratégia de inovação 360° e, simultaneamente, constituiu o fundo de inovação do Grupo AdP com o VALOR de 1 M€ com vista a financiar, através de um processo competitivo, projetos de inovação no Grupo AdP. Na agenda de Inovação, encontra-se identificadas as áreas estratégicas de inovação: Neutralidade Energética e Carbónica, Eficiência e resiliência de operações e sistemas, Economia Circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento.

A estratégia de inovação 360° assenta num princípio basilar de coordenação e cooperação entre empresas do Grupo, nomeadamente os centros de competências dispersos no território, tendo a AdP VALOR promovido diversas iniciativas de projetos de inovação agregadores de centros de competências do Grupo AdP, mas também de entidades externas ao Grupo, quer do setor da água, quer de setores afins. A inovação assume um papel agregador em que o elemento comum é a água.

Ao nível da digitalização, o Grupo AdP promoveu diversas iniciativas, nomeadamente no âmbito da digitalização das operações – componentes de automação e telegestão, através do Grupo de Trabalho que elaborou diagnóstico do grau de digitalização das diversas operações dispersas pelo território e o plano de ação para se atingir uma transição em linha com as exigências da qualidade de serviço. Adicionalmente, a AdP VALOR tem focado a sua atenção na gestão de dados e na extração de informação de valor acrescentado que suporte decisões táticas e estratégicas.

Na dimensão da economia circular, destaca-se o início de desenvolvimento da estratégia de circularidade do Grupo AdP, que se pretende vir a congregar as várias dimensões da economia circular em que o Grupo está envolvido e deseja expandir a sua área de atuação. Salienta-se nesta dimensão a estratégia de Água para Reutilização, o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecoreagentes.

No plano internacional, em 2022 deu-se continuidade a diversos trabalhos de parceria e cooperação, designadamente com o Banco Mundial, tendo-se protocolado em novembro de 2022 o alargamento das atividades de parceria entre o Grupo AdP e aquela instituição.

Ainda, em 2022, se dinamizaram um conjunto de projetos, de que se destaca o apoio à SEDAPAL - Servicio de Agua Potable y Alcantarillado de Lima no Perú tendo o trabalho sido focado no desenvolvimento de termos de referência nas áreas de gestão de ativos, eficiência hídrica / energética e resiliência e economia circular. Em adição, no âmbito do suporte à OTASS - Organismo Técnico de la Administración de los Servicios de Saneamiento (Perú), procedeu-se à revisão de

termos de referência que têm como objetivo a otimização de subsídios cruzados, metodologia e estimativa de funções de custo e desenho e implementação de um sistema para calcular tarifas para serviços de saneamento no Peru.

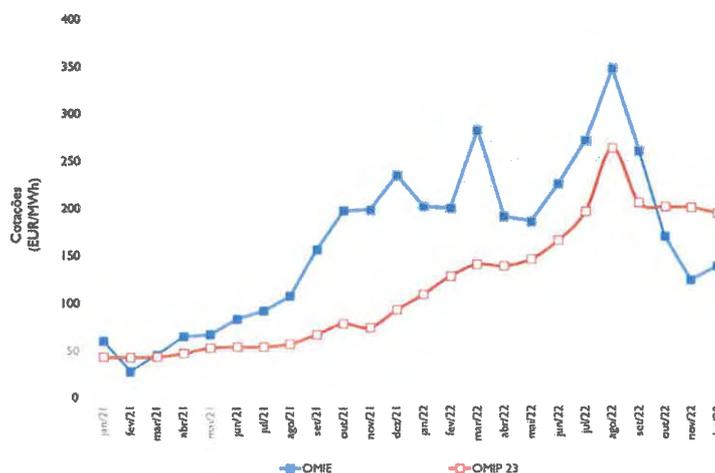
Há ainda a destacar o início dos seguintes projetos:

- Assistência Técnica ao Departamento de Obras Públicas - PWD - Eficiência Operacional Dos Sistemas de Água de Goa, a equipa multidisciplinar liderada pela AdP Internacional, realizou o levantamento, diagnóstico da situação atual e a análise das lacunas e prioridades identificadas para melhorar procedimentos da operação das ETA's de Salaulim e da OPA em Goa.
- No Líbano, através de um contrato de consultoria com a DAI Global, LLC (EUA), a AdP Internacional prestou apoio a 4 empresas regionais de água e saneamento no sentido de definir e apoiar a implementação de estratégias operacionais capazes de as tornar mais resilientes face aos desafios que o país atualmente atravessa. Em concreto, salienta-se a realização de diagnósticos operacionais nas vertentes técnicas mais críticas (produção/distribuição e financeira) bem como a elaboração de uma estratégia de emergência de médio prazo para cada uma das 4 empresas regionais.
- Em Cabo Verde, a AdP Internacional integrou um consórcio liderado pela empresa AqualSilico, uma start-up portuguesa criada no seio das equipas de investigação da Universidade NOVA School of Science and Technology, que desenvolveram a tecnologia inovadora que está na base das soluções sustentáveis desenhadas pelas ferramentas digitais para a recuperação de nutrientes nos efluentes tratados em estações de tratamento de águas residuais que reciclam a água tratada.

A energia no Grupo AdP

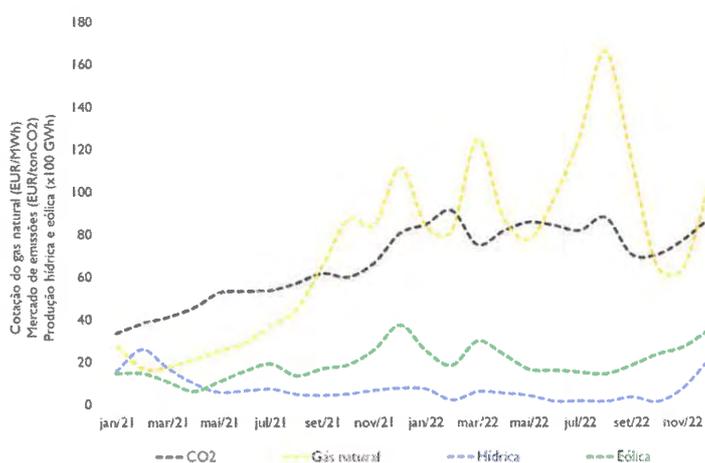
O preço da energia elétrica em Portugal

O ano de 2022 foi marcado por uma grande volatilidade nos mercados elétricos, fortemente influenciada pela guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, tal como pode ser confirmado pela observação da figura seguinte.



A cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico⁵ (OMIE) foi de 217,90 €/MWh em 2022 (tendo sido de 111,81 €/MWh em 2021). Já a cotação média em 2022 do futuro de energia ibérico para fornecimento em 2023 foi de 176,28 €/MWh, aumentando +196% face ao ano passado. As cotações nos mercados atingiram valores máximos históricos.

Devido à instabilidade dos mercados de energia e com o objetivo de controlar a subida dos preços para produção de energia, os governos português e espanhol criaram um mecanismo excecional e temporário de ajuste dos custos de produção de energia elétrica com reflexo na formação do preço de mercado da eletricidade no referencial grossista do Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL). Este mecanismo fixa o preço de referência do gás natural e em Portugal foi publicado no Decreto-Lei n.º 33/2022 de 14 de maio.



Analisando as componentes que influenciam o preço da energia, destaca-se o aumento do preço médio do gás natural (+110%) acompanhado de uma grande volatilidade, atingindo um valor máximo de 240,00 €/MWh. Também a cotação média do CO2 aumentou face ao ano anterior (+51,5%), voltando a atingir valores máximos históricos 97,77 EUR/ton CO2. A produção eólica em 2022 foi superior face ao ano anterior (+29%), já a produção hídrica foi significativamente inferior (-45%), resultado de um ano em que o país atravessou um período de seca extrema (figura anterior).

Este aumento da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhado nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação média em 2022 (EUR/MWh)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	2022/ 2021
Portugal	217,90	111,81	94,9%
Alemanha	235,46	96,85	143,1%
França	275,89	109,00	153,1%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2023, teve um ritmo semelhante, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

⁵ A partir de 15/junho de 2022 ao valor do OMIE foi somado o valor do mecanismo de ajuste do gás natural publicado pela REN

M. F.

Varição da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação média em 2022 (EUR/MWh)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	2022/ 2021
Portugal	176,28	59,46	196,5%
Alemanha	298,65	70,86	321,5%
França	368,00	69,49	429,6%

No ano de 2022, o consumo nacional foi de 50.363 GWh, superior em +1,8% face ao registado em 2021.

O consumo foi satisfeito em 50% com produção de origem renovável, ligeiramente inferior aos 59,7% verificados em 2021. Comparativamente ao ano anterior, a produção hídrica foi de -45,2% - e o índice de produtividade hidroelétrica foi de 0,63 (-32,2% face a 2021) – e a produção de energia eólica foi de +0,4%.

A produção térmica, entre 2022 e 2021, apresentou um acréscimo de +13,1% no gás natural e um decréscimo de -29,4% na cogeração. Recorda-se que em 2022 todas as centrais a carvão existentes em Portugal interromperam, espera-se que definitivamente, a produção de energia elétrica.

O saldo com o exterior foi importador em 18,4% do consumo, muito superior ao verificado em 2021 (+94,7%). Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2022 foi de 16,6° C, superior em 1,4° C relativamente ao valor normal do período 1971-2000.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os Custos de Interesse Económico Geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

O ano de 2022 foi um ano ímpar no que diz respeito às TAR, tendo ocorrido uma revisão das mesmas no 2.º semestre. No 1.º semestre de 2022, as TAR reduziram-se em todos os níveis de tensão face a 2021 (-94,0% em AT e MT, -65,6% em BTE e -52,2% em BTN). Já no 2.º semestre e tendo como referencial os valores de 2021, as TAR voltaram a reduzir-se com significado (-126,5% em AT, -113,0% em MT, -75,1% em BTE e -68,4% em BTN).

Em 2023 as TAR terão a redução mais acentuada verificada até ao momento: -636,5% em AT, -663,2% em MT, -228,4% em BTE e -419,8% em BTN, face ao preço médio de 2022. Esta diminuição das TAR, para todos os níveis de tensão, resulta de um decréscimo acentuado na tarifa de Uso Global do Sistema, suportado pela diminuição dos CIEG, os quais se traduzem em 2023 num benefício para o Sistema Elétrico Nacional.

O ano de 2022 ficou marcado pela instabilidade e complexidade dos mercados e, devido à necessidade de novos contratos de fornecimento de energia em todos os níveis de tensão, a estratégia adotada pelo Grupo consubstanciou-se em 2 eixos:

- em AT, MT e BTE lançamento de um concurso de 2 lotes, sem preço base, nos últimos meses do ano e por um período curto (6 meses), reduzindo a exposição neste período de grande incerteza nos preços de energia e de grande volatilidade dos mercados;
- em BTN, migração para o regime das tarifas transitórias ou reguladas, através da celebração de contratos com o comercializador de último recurso – SU ELETRICIDADE – sem termos, isto é, até que os mercados estejam estabilizados e voltem a ganhar a atratividade anterior.

Assim, em resultado das fortes alterações do custo da energia de mercado (o qual aumentou em todos os níveis de tensão, apesar de com menor expressão em BTN), contrabalançando com a redução das TAR em 2023, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo aumente mais de 100 milhões de euros face a 2022. De recordar que o preço de energia em

AT, MT e BTE no ano de 2022 (também em 2021) representou um preço extraordinário, resultado da forte descida das cotações dos mercados elétricos ocorrida em março de 2020, altura em que o procedimento contratual foi desenvolvido.

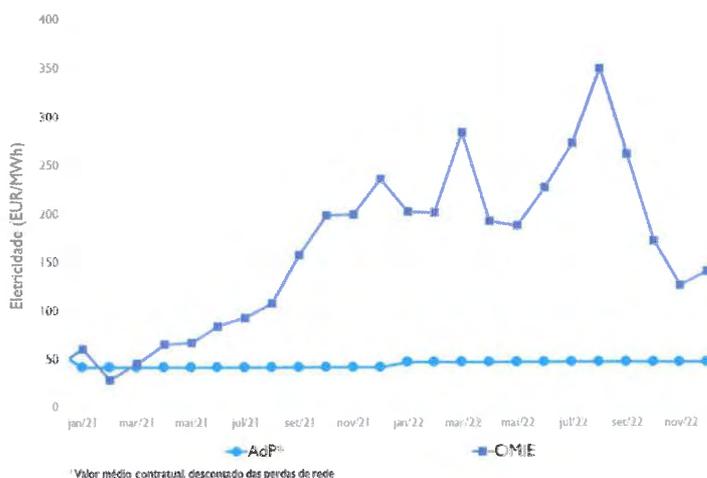
O consumo de energia elétrica no Grupo AdP

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, representa uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento e/ou no equilíbrio económico e financeiro das concessões e parcerias constituídas.

O ano de 2022 foi caracterizado por uma pressão inflacionista, associado ao aumento do consumo em resultado da reabertura da economia após o ciclo pandémico do COVID, do qual resultou num acentuado crescimento dos preços das matérias-primas e da energia, situação potenciada pelo surgimento de uma guerra na Europa em resultado da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, fatores que conduziram ao aparecimento de fortes constrangimentos nas cadeias de abastecimento de matérias-primas e da energia, entre outros.

No conjunto do ano de 2022, o preço médio do gás natural registou um aumento de +109,6%, comparando com o valor médio registado no ano anterior. Este aumento deve-se sobretudo às restrições, numa primeira fase, e posteriormente ao corte total, à importação de gás proveniente da Rússia, acompanhado de baixas reservas de gás natural na Europa que se registavam no final do inverno. Também as cotações do mercado de emissões sofreram um aumento significativo no segundo semestre.

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia nos mercados ibéricos OMIE e os preços dos contratos de fornecimento de energia celebrados pelo Grupo AdP em 2021 e 2022.



Em resultado, no ano de 2022 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 217,90 €/MWh (tendo sido 111,81 €/MWh em 2021).

Refira-se que, com base nos dados de consumo (em apuramento e estimados em 31 de janeiro 2023) os consumos elétricos do Grupo AdP aumentaram em 2022 (+0,8% do que em 2021) cifrando-se em 747,85 GWh.

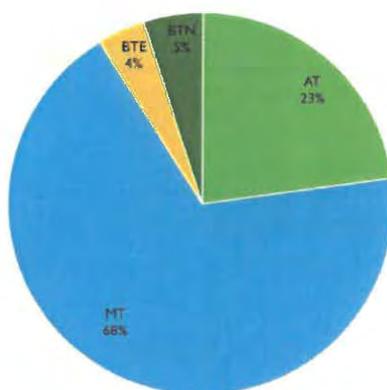
Destes, 720,54 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a +0,7% do que em 2021 e 27,31 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+3,9% do que em 2021). Este valor de 720,54 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 726,01 GWh e do fornecimento de +0,14

GWh e uma redução de -5,62 GWh, em resultado da participação no projeto piloto de Reserva de Regulação desenvolvido pela REN.

Refira-se que nos dados apresentados não se encontram refletidos os consumos em regime de outsourcing, e que no Grupo AdP têm tratamento diferenciados em função dos contratos celebrados.

A figura seguinte apresenta o consumo da RESP do Grupo AdP em 2022 por nível de tensão: 22,8% em alta tensão (AT), 68,1% em média tensão (MT), 3,9% em baixa tensão especial (BTE) e 5,2% em baixa tensão normal (BTN).

Consumo da RESP do Grupo AdP em 2022 por nível de tensão



No ano de 2022 merece ainda destaque a produção própria de energia – 100% renovável –, seja para autoconsumo, seja para injeção na rede elétrica. Os dados de 2022 apontam para uma produção de 38,51 GWh/ano (+5,2% face a 2021). O autoconsumo foi de 27,31 GWh (+3,8% do que em 2021) e a energia vendida à RESP totalizou 11,20 GWh (+8,6% do que em 2021).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2022 foi de 709,34 GWh, que representa uma variação de +0,6% do que em 2021, em que o saldo foi de 705,43 GWh. A autossuficiência energética do Grupo AdP atingiu 5,1% do seu consumo total de energia (em 2021 foi de 4,9%).

Em termos de emissões de CO₂, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 8.319 toneladas, o que representa uma diminuição de 359 toneladas evitadas face a 2021 (-4,1%). Importa referir que o fator de emissão de 2021 foi revisto de 0,218 kg CO₂/kWh para 0,237 kg CO₂/kWh, com base na metodologia habitualmente aplicada.

Em termos nacionais e relativamente a 2022, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

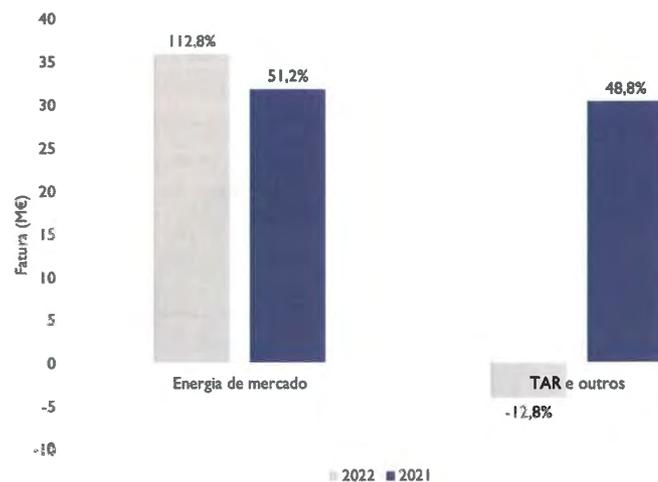
O Grupo AdP tinha, a 31 de dezembro de 2022, 6.679 pontos de ligação à RESP (9 em alta tensão, 1.041 em média tensão, 398 em baixa tensão especial e 5.231 em baixa tensão normal), o que representa um aumento de +2,5% face a 2021 (+166 pontos de ligação). Refira-se que dos pontos de ligação à rede, 6.470 registaram consumos durante o ano de 2022, representando 96,9% dos ativos (+1,1% que em 2021).

Em termos do segmento Estado, o Grupo AdP é o maior consumidor público nacional, quer em consumos de energia elétrica quer em pontos de ligação.

p-f

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 31 de janeiro 2023) deverá atingir em 2022 cerca de 32 milhões de euros (-48,8% do que em 2021), que corresponde a cerca de -30,3 milhões euros face aos gastos registados no ano anterior, em resultado da forte descida das TAR.

Os encargos do Grupo AdP associados à fatura com a energia elétrica pelos níveis de tensão distribuem-se da seguinte forma: 16,2% em AT, 54,2% em MT, 6,3% em BTE e 23,3% em BTN.



Em termos de custo unitário de energia para as empresas do Grupo AdP (energia + TAR + impostos + outros), o valor médio global em 2022 foi cerca de 44,07 €/MWh (foi de 86,72 €/MWh em 2021). E os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 49,32 e 44,36 €/MWh, para 2022 e 2021.

Para o ano de 2023 (o Grupo AdP tem contratada o fornecimento de energia até 30 de junho de 2023 para os abastecimentos em AT, MT, BTE, no regime liberalizado enquanto os abastecimentos em BTN foram migrados o regime regulado, com início a 1 de janeiro de 2023).

O valor médio deverá situar-se em torno dos 202,2 €/MWh (versus 57,38 €/MWh em 2022 e 86,60 €/MWh em 2021), representando um aumento face a 2022 de +252%, maioritariamente influenciado pela subida do preço da energia de mercado, ainda que contrabalançado pela descida acentuadas das TAR, estimando-se que venha a representar um aumento que representa um aumento do preço médio de energia elétrica do Grupo AdP entre 2023 e 2021 de +134%.

Os valores estimados para 2023 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP pelo que todas as alterações no perfil de carga/consumo terão efeitos, num ou noutro sentido no preço médio da energia por empresa e no Grupo.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2022, os 131 veículos 100% elétricos (+3 que em 2021) e que integram a frota de serviço do Grupo AdP percorreram mais de 2,0 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 172 mil litros de combustíveis de origem fóssil o que representa uma redução de 582 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -57,5% (-84,75 tep), e o consumo elétrico foi de 291 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -394 toneladas (-86,2%).

No ano de 2022 a frota automóvel do Grupo AdP (1.436 veículos) consumiu cerca de 2,92 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de +4,4% face a 2021 – ano em que foram consumidos 2,80 milhões - e uma variação de +17,4% face a 2020, primeiro ano da pandemia Covid-19 (onde se consumiram 2,5

m f

milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios um consumo global de 8.011 l/dia (em 2021 o consumo médio diário foi de 7.676 l/dia, tendo sido de 6.803 l/dia em 2020).

O consumo de combustíveis em 2022 correspondeu a um gasto total da ordem de 3,9 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de +27,1% face a 2021 (3,0 milhões de euros, sem IVA incluído) e de +62,4% face a 2020 (2,4 milhões de euros, sem IVA incluído). Este aumento da fatura de combustíveis deve-se a dois fatores: aumento do número de quilómetros percorridos e ao aumento do preço médio dos combustíveis.

Refira-se que, de acordo com a ENSE – Entidade Nacional para o Sector Energético - entidade responsável pela constituição, gestão e manutenção das reservas estratégicas nacionais de petróleo e produtos petrolífero - e comparando os valores de dezembro de 2022 com os valores de dezembro de 2021, verificou-se um aumento do preço médio de venda ao público de 11,5 cents/l (+7,3%) para o gasóleo e uma redução de 4,5 cents/l (-2,6%) para a gasolina.

Já no Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis aumentou face ao ano anterior: +35,4% no gasóleo e de +21,4% na gasolina.

Em termos de distâncias, a frota automóvel do Grupo AdP percorreu em 2022 cerca de 38,3 milhões de km (o que representa cerca de 955 vezes o perímetro da Terra).

Apesar da relevância da frota elétrica do Grupo AdP em utilização, importa referir que a mesma será fortemente reforçada ao longo dos próximos anos, em linha com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que determina um apoio do Fundo Ambiental, no montante global de 7,52 milhões de euros, ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo AdP - processo integrado no Programa de Neutralidade Energética - com vista à implementação de uma Frota Verde, visando que a mesma seja integralmente constituída por veículos não poluentes, incluindo veículos de emissões nulas.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que irá ocorrer ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

A estratégia do Grupo AdP

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO2 nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,

- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia,
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e
- Constituição da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a energia 100% renovável produzida, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

Não pode deixar de ser tido em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica.

E sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, através da implementação de medidas/ações de eficiência energética, e do incremento na produção própria de energia registada nos últimos anos, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados entre 2020 e 2022 (em torno dos 5%).

Desta forma, o Grupo AdP tem em curso o desenvolvimento do Programa ZERO, que assenta na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo, com o objetivo de atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e a autossustentabilidade energética.

O Programa prevê um mix integrado de produção, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, eólica, hídrica (condutas de água e de águas residuais, entradas de reservatórios, barragens) e de cogeração com recurso ao biogás, com aproveitamento elétrico e térmico, promovendo a maximização do autoconsumo.

O facto de ser unanimemente aceite que, para o cumprimento das estratégias definidas no âmbito das políticas públicas referidas anteriormente, se devem concentrar na década 2021 a 2030 os maiores esforços de redução de emissões de GEE, levou a que o Grupo AdP o considerasse como o período crítico para o seu desenvolvimento e, por conseguinte, alinhasse o seu modelo de negócio com a trajetória de neutralidade carbónica assumida por Portugal.

O Programa ZERO irá desenvolver-se em 2 períodos de investimento (até 2025 e até 2030), diferenciando-se do seguinte modo:

- Período 1 - Eficiência energética e instalações de produção de energia em infraestruturas com maior autoconsumo, e
- Período 2 - Outras instalações de produção de energia, tirando partido do potencial de recursos endógenos disponíveis no território.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados no plano do combate às alterações climáticas e da descarbonização, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

Após o desenvolvimento desta ferramenta, a concluir até ao final do 1.º trimestre de 2023, será implementado um conjunto de medidas, por empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo AdP.

Contexto Regulatório

Geral, económica, qualidade, serviço, comercial, ambiental

Em 2022, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidades atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2022, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

Regulação económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2022, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

No decorrer de 2022, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2022, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta Recomendação Tarifária dos Serviços de Águas e a consulta pública relativa à proposta de Recomendação sobre águas para reutilização.

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, trabalho esse que se perspetiva que se conclua até 31 de dezembro de 2023, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro.

Regulação da qualidade do serviço

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2022, o volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2020, foi disponibilizado pela ERSAR.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet das entidades gestoras.

Regulação da qualidade da água para consumo humano

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP que prestam atividades de abastecimento público de água estão incumbidas, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, as entidades gestoras devem elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, as entidades gestoras implementam o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes.

Os resultados do controlo da qualidade da água nos pontos de entrega e na torneira do consumidor realizado pelas entidades gestoras são também incluídos no RASARP.

Em setembro de 2022, o volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2021, foi divulgado pela ERSAR.

Regulação da interface com o utilizador

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela ERSAR. Para esse efeito as entidades gestoras dispõem de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet das entidades gestoras.

Orientações Estratégicas

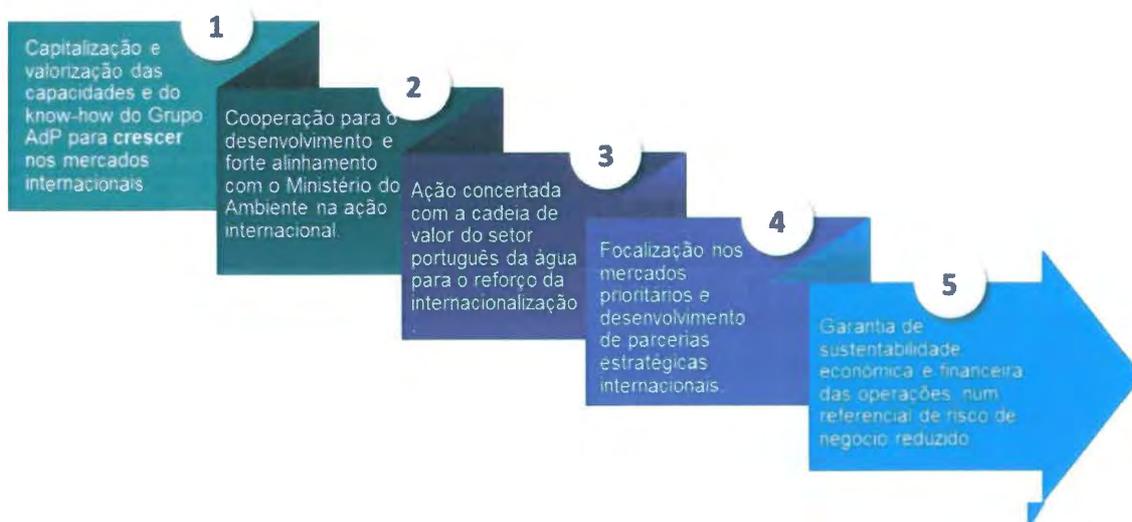
Linhas Estratégicas de actuação

Nos últimos anos, a AdPI tem vindo a consolidar uma posição nos mercados internacionais, contribuindo para a valorização do Grupo fora de Portugal. O percurso de sucesso do Grupo AdP nos últimos 20 anos, associado aos resultados obtidos em Portugal no setor do abastecimento de água e saneamento, permitiu desenvolver know-how e competências em áreas críticas da gestão dos serviços de abastecimento de água e saneamento e no ciclo de vida das infraestruturas.

A estratégia da Unidade de Negócios Internacional deve também ter em conta a dimensão pública e a natureza de serviço público do Grupo AdP, que se deve materializar na área internacional através do enfoque numa política de cooperação com os países lusófonos concertada com a tutela governamental. A dimensão pública deve também induzir uma estratégia que assegure a sustentabilidade económica e financeira das operações.

É também relevante o contributo que a AdPI pode dar no processo de internacionalização do setor português da água, estimulando consórcios e parcerias estratégicas com outras empresas portuguesas.

Nesse sentido, as linhas de atuação estratégica da AdP Internacional assentam nas cinco orientações do acionista para o atual mandato, que se apresentam na figura seguinte:



Estas cinco orientações traduzem-se nos seguintes objetivos estratégicos:

Orientação 1 – Capitalização e valorização das capacidades e do know-how do Grupo AdP para crescer nos mercados internacionais.

- Centrar o portfólio de serviços da UNI nas competências e know-how de valor acrescentado do Grupo AdP.
- Vender internacionalmente os produtos desenvolvidos pelas empresas do Grupo.
- Privilegiar a utilização das capacidades internas nos projetos da UNI, em detrimento de consultores individuais externos.

Orientação 2 - Cooperação para o desenvolvimento e forte alinhamento com o Ministério do Ambiente na ação internacional.

- Definir uma dimensão formal para a “cooperação para o desenvolvimento” no seio da AdP Internacional, que já existe, mas que se dilui nos processos de negócio.
- Reforçar a articulação com o Ministério do Ambiente (tutela setorial), na sua agenda internacional, e estabelecer rotinas de comunicação com o MNE, nas dimensões comercial e de desenvolvimento de negócio.

Orientação 3

Contribuir para a internacionalização da cadeia de valor do setor português da Água.

- Afirmar a AdP Internacional como alavanca para a concretização da internacionalização das empresas portuguesas, na sua função de serviço público.
- Reforçar a articulação com o Ministério do Ambiente (tutela setorial) na sua agenda internacional e fazer pontes com as empresas nesses processos.

Orientação 4

Focalização nos mercados prioritários e desenvolvimento de parcerias estratégicas internacionais.

- Centrar o desenvolvimento de negócio nos mercados prioritários e nos serviços core.
- Estabelecer parcerias estratégicas com *players* internacionais para potenciar a posição da UNI em determinados mercados.
- Fortalecer uma cultura de “*Value for Money*” nas atividades de desenvolvimento de negócio.

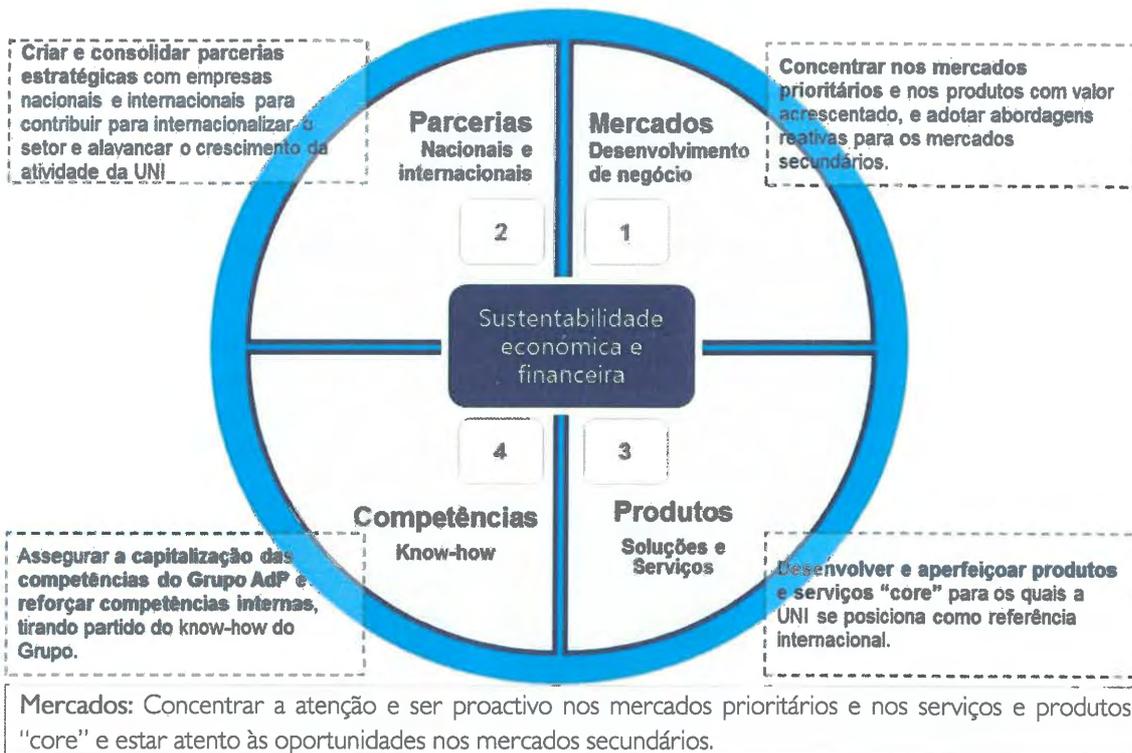
Orientação 5

Sustentabilidade económica e financeira das operações e minimização do risco das operações.

- Assegurar resultados operacionais positivos.
- Aumentar o volume de negócios, através de projetos de valor acrescentado.
- Otimizar os custos operacionais e direcionar o investimento em desenvolvimento de negócio para iniciativas com elevada relação Custo / Benefício.

L. P. f.

As linhas de atuação subjacentes a estes objetivos assentam no seguinte posicionamento estratégico:



De modo a ter em consideração as orientações estratégicas e a capitalizar o esforço desenvolvido nos últimos anos, a AdP Internacional centra a sua estratégia comercial nos seguintes eixos:

- Países da CPLP com exceção do Brasil.
- Países africanos na vizinhança dos PALOP, que tenham previstos financiamentos internacionais relevantes para o setor da água.
- Magreb (Marrocos e Tunísia).
- Ásia (em função de oportunidades geradas pelos financiadores / investidores internacionais).

Produtos: Desenvolver e aperfeiçoar produtos e serviços "core" para os quais a AdP Internacional, através do know-how do Grupo AdP, se posiciona como referência internacional.

Os serviços "core" em que assenta a atividade da AdP Internacional incorporam a experiência e o know-how consolidado ao longo dos 25 anos de atividade do Grupo AdP. O portfólio de produtos e serviços da UNI baseia-se nas competências-chave do Grupo e nas soluções tecnológicas já implantadas nos mercados nacional e internacional: (i) **Gestão de serviços de abastecimento de água e saneamento;** (ii) **Operação e Manutenção de Infraestruturas;** (iii) **Planeamento e gestão de investimentos;** (iv) **Estudos estratégicos** e (v) **Formação e capacitação.**

A atividade da AdP Internacional deve ainda servir de indutor da venda internacional das soluções desenvolvidas e comercializadas pelas empresas do Grupo AdP, nomeadamente o AQUAMATRIX, o WONE, o AQUASAFE, o AQUAMOD, entre outros.

Competências: Capitalizar as competências do Grupo AdP e reforçar competências internas inovadoras, tirando partido do know-how do Grupo AdP.

AdP

A competitividade da AdP Internacional está fortemente relacionada com a sua capacidade de incorporar o know-how e a experiência especializada das equipas técnicas das várias empresas do Grupo AdP. Se é importante ser competitivo na fase de concurso, é ainda mais importante demonstrar ao cliente nos contratos ganhos que a AdP I é uma empresa que mobiliza equipas de excelência e que entrega os resultados pretendidos pelo cliente.

Acresce ainda que a forte competição internacional pode, e deve, ser superada através de uma atitude de inovação permanente, partindo dos produtos e soluções desenvolvidos pelo Grupo AdP.

Parcerias: Criar e consolidar parcerias estratégicas com empresas nacionais e internacionais para contribuir para internacionalizar o setor e alavancar o crescimento da atividade da AdP Internacional.

Dada a dimensão das empresas nacionais e do próprio Grupo AdP a nível global, a concretização das oportunidades nos mercados internacionais fora dos PALOP deve ser alavancada através do estabelecimento de parcerias com grandes grupos empresariais internacionais. Nesse sentido, as Agências Bilaterais para o desenvolvimento, investidores internacionais presentes em Portugal e grandes empresas públicas e privadas europeias, asiáticas e americanas são potenciais tipos de entidades a identificar:



Dada a natureza dos negócios internacionais, muito alavancados pelos financiamentos da banca multilateral, a AdP Internacional posiciona-se também como um parceiro reconhecido por estas instituições. No quadro da sua atuação estratégica, é dada especial importância à atualização do portfolio de projetos de investimento a financiar pelas multilaterais, enquanto informação para a tomada de decisão sobre as abordagens aos mercados.

O Negócio

Introdução

Acompanhando as tendências mundiais, em 2022, a actividade comercial da AdP Internacional centrou-se na **identificação de novas oportunidades** de projetos no Sector de Abastecimento de Água e Saneamento, financiados pelas principais instituições de financiamento multilateral e apoio ao desenvolvimento e cooperação internacional.

Os projetos apresentados focaram-se nas áreas de competência do Grupo AdP procurando utilizar os recursos, as competências técnicas internas e as ferramentas tecnológicas na implementação dos serviços propostos.

Em termos geográficos, os países lusófonos mantiveram destaque na procura de novas oportunidades de projecto. Este facto é justificado pela relevância que o Grupo AdP assume nestes países, em particular no Continente Africano.

No entanto, e dando sequência à estratégia delineada para o triénio, foi feito um esforço significativo para diversificar as regiões de intervenção, identificando múltiplas oportunidades de negócio noutros países e respondendo a processos de procurement em geografias novas. Esta abordagem comercial assentou na identificação de parceiros internacionais

J. P. F.

(sobretudo, franceses, alemães e americanos) e nacionais estratégicos e na constituição de consórcios com o objectivo de potenciar as possibilidades de sucesso das propostas apresentadas.

É relevante lembrar que a atividade comercial desenvolvida pela AdPI nos mercados internacionais é condicionada pelos processos de procurement nas principais instituições financiadoras multilaterais. Genericamente, estes processos implicam uma fase de pré-qualificação, a que se segue a preparação da proposta comercial (no caso de sucesso na fase de qualificação) e a contratação.

Os registos históricos da atividade comercial mostram que, frequentemente, os períodos que medeiam a identificação da oportunidade até à contratação do serviço podem ser muito demorados, o que exige um ritmo continuado de resposta a oportunidades que surgem. Por outro lado, também é frequente a ocorrência de atraso no lançamento de concursos. Estes aspetos são os mais críticos para a manutenção de uma carteira adequada de contratos em execução. Para minimizar estes impactos, a AdPI tem procurado desenvolver uma abordagem proactiva junto dos clientes, nomeadamente no apoio à preparação de projetos financiáveis e na identificação das potenciais fontes de financiamento.

É de realçar, em 2022, a atividade desenvolvida em projetos financiados pelo Fundo Ambiental para os mercados dos países africanos de língua portuguesa – Cabo Verde e Moçambique. Em paralelo, foi possível ter sucesso numa nova proposta de Assistência Técnica em Angola, com o contrato a ser financiado pelo Banco Europeu de Investimentos e num primeiro contrato no Líbano.

Nos mercados prioritários

Angola

Um vasto país com uma longa costa e planalto central, Angola avança para o interior através da África Austral para fazer fronteira com a Namíbia, Botswana, Zâmbia e a República Democrática do Congo. Suas principais cidades, incluindo sua capital, Luanda, olham para o oeste, sobre o Atlântico Sul, para o Brasil, outra nação de língua portuguesa (como ela). Tem uma população de mais de 33,08 milhões (2022).

Visão geral económica

Em 2021, Angola saiu da recessão de cinco anos, com o PIB a crescer 0,8%. A remoção das restrições relacionadas com o COVID-19, o impacto desfasado das reformas macroeconómicas e os esforços do governo para diversificar a economia impulsionaram o crescimento não petrolífero, especialmente na agricultura e serviços. Isso mais do que compensou uma nova contração do setor do petróleo, encerrando o longo ciclo de recessão do país.



O impulso económico positivo continuou em 2022, com a economia a crescer 2,6% ano a ano no primeiro trimestre. Os principais impulsionadores foram um aumento nos níveis de produção de petróleo, bem como o forte desempenho contínuo dos setores não petrolíferos. Principalmente como resultado dos altos preços do petróleo, Angola experimenta condições macroeconómicas favoráveis, como um alto nível de reservas internacionais líquidas, exportações e receitas fiscais, fortalecimento da moeda e queda da dívida pública em relação ao PIB. Aproveitando esta dinâmica, a despesa pública recuperou no primeiro trimestre de 2022 face ao primeiro trimestre de 2021, nomeadamente em bens e serviços e investimentos. Este aumento de gastos beneficiou principalmente os setores da educação, proteção social, habitação, agricultura e comunicações, bem como a defesa e segurança.

No entanto, as cicatrizes do choque do COVID-19 e da longa recessão – o PIB caiu 10,2% acumulado entre 2016 e 2020 – permanecem evidentes. Cerca de um terço da população vive na pobreza (menos de US\$ 2,15 por dia de acordo com a linha de pobreza internacional atualizada), enfrentando alto desemprego e aumento do custo de vida. A inflação nos alimentos permanece alta, em 24% em relação ao ano anterior, em julho de 2022, embora esteja a diminuir (de 31,6% no ano anterior).

Prevê-se que o crescimento económico seja em média de cerca de 3% nos próximos anos, com um maior crescimento não petrolífero a compensar um declínio estrutural da produção de petróleo. Dado o rápido crescimento populacional, espera-se que o PIB per capita permaneça relativamente estável, apresentando desafios para a redução da pobreza. Isso destaca a necessidade de acelerar o crescimento económico e promover a inclusão, aprofundar as reformas e fazer investimentos estratégicos em capital humano, infraestrutura e setores produtivos da economia.

Transformar o modelo económico liderado pelo Estado e financiado pelo petróleo num modelo de crescimento sustentável, inclusivo e liderado pelo setor privado, requer um compromisso político de alto nível, forte capacidade de coordenação e comunicação e instituições sólidas. Embora ainda haja muito a ser feito para alcançar essa transformação, o governo angolano tomou medidas importantes para salvaguardar a estabilidade macroeconómica e implementou várias reformas importantes. Isso inclui um regime cambial mais flexível, gestão ativa da dívida, a Lei de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei das Privatizações.

As autoridades também estão ativamente a abordar as vulnerabilidades do setor financeiro. Além disso, a lei orgânica do Banco Nacional de Angola foi alterada em 2021 para reforçar a sua autonomia. Espera-se que uma nova lei do sistema de pagamento e melhorias na regulamentação das telecomunicações resultem num melhor acesso a serviços financeiros, inclusive através de dinheiro móvel.

Contexto Político

As quartas eleições do pós-guerra em Angola foram realizadas em 24 de agosto de 2022 e o partido MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) venceu com 51% dos votos. A UNITA (União para a Independência Total de Angola), principal partido da oposição, obteve 44% dos votos, o seu melhor resultado de sempre. Os resultados confirmaram um segundo e último mandato do Presidente João Lourenço.

No geral, a oposição conquistou 96 assentos, contra 70 nas eleições de 2017. O novo governo é composto por 23 ministros e 3 ministros de Estado.

De acordo com o FMI a taxa de crescimento do PIB projectada para 2023, a outubro de 2022, atingirá 3,4 % e a taxa de inflação 11,8%.

Fonte: FMI e World Bank Angola Country Overview

Cabo Verde



Localizado a 500 km da costa ocidental de África, Cabo Verde é um arquipélago de dez ilhas, nove das quais habitadas. Com uma população de cerca de 491.233 (Censo de 2021), somente 10% do território é classificado como terra cultivável, e os recursos minerais são limitados.

A fragmentação do seu território cria problemas significativos de conectividade, bem como desafios para a prestação de serviços, tais como o fornecimento de energia, água, educação e saúde.

Cabo Verde testemunhou um progresso económico significativo desde 1990, movido em grande parte pelo rápido desenvolvimento do turismo (25% do PIB), somado a um considerável desenvolvimento social, fruto das políticas sociais robustas desde a década de 70.

Até 2019, Cabo Verde era considerado na região da África Subsaariana um dos campeões em termos de redução de pobreza, porém faz face atualmente a desafios causados pelos impactos da COVID-19 e da crise na Ucrânia. Estimativas baseadas no crescimento económico sugerem que as taxas de pobreza, medidas pela linha de pobreza de U\$5,50/dia (PPC 2011), rebaixada em seis pontos percentuais entre 2015 e 2019, de 41% para 35%.

Contexto Político

Cabo Verde é considerado um exemplo de democracia em África, sobretudo devido à sua estabilidade política. Os processos eleitorais são realizados regularmente com alternância pacífica do poder entre os dois principais partidos políticos. À esquerda, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), que liderou a libertação colonial, governou o país por dois períodos de 15 anos cada (1975-1991 e 2001-2016). O Movimento para a Democracia (MpD), partido liberal de direita, foi reeleito para um mandato de cinco anos nas eleições legislativas de abril de 2021, com Ulisses Correia e Silva reconduzido ao posto de Primeiro-Ministro. A União Caboverdiana Independente e Democrática (UCID) representa a terceira força política no país.

O candidato apoiado pelo PAICV, José Maria Neves, foi eleito presidente em 17 de outubro de 2021, e assumiu o cargo em 09 de novembro de 2021.

Cabo Verde conduziu três eleições pacíficas, com resultados computados eletronicamente, entre outubro de 2020 e outubro de 2021.

Visão geral económica

A atividade económica expandiu 7% em 2021, ampliada por efeitos de base após a contração de 14,8% em 2020. Do lado da oferta, os setores da indústria transformadora e construção lideraram o crescimento, enquanto o consumo público e privado liderou o lado da procura. A inflação subiu de 0,6% em 2020 para 1,9% em 2021, devido a preços internacionais mais elevados para o petróleo e alimentos.

O défice fiscal permaneceu alto, em 7,5% do PIB, em 2021. A dívida pública subiu ligeiramente para 143% do PIB, impulsionada pela manutenção das despesas correntes.

A Guerra na Ucrânia e a seca vigente estão a exacerbar a inflação na energia e nos alimentos em 2022, ameaçando o crescimento. O crescimento real do PIB está projetado em 4% em 2022 (2,9% em termos per capita), versus 7% em 2021, o que vem agravar a insegurança alimentar. A crise na Ucrânia veio pesar sobre o crescimento, sobretudo através da inflação e os seus impactos no consumo privado e na atividade económica. Pressões inflacionárias atingirão o seu auge em 2022, com uma inflação geral estimada a alcançar 7,5%.

No médio prazo, o consumo privado, o investimento no turismo, e a economia azul deveriam apoiar o crescimento. A perspetiva está sujeita a riscos negativos substanciais advindos de choques climáticos, novas variantes de COVID-19, e uma acrescida incerteza global trazida pela guerra na Ucrânia.

O défice fiscal está projetado atingir 9% do PIB em 2022, impulsionado pelas atuais despesas reforçadas por conta do pacote de resposta para mitigar o impacto da guerra na Ucrânia. É esperado haver uma melhora do rácio dívida pública/PIB de 147,7% em 2022 para 141,1% em 2024.

Fonte: FMI e World Bank Cabo Verde Country Overview

Guiné-Bissau



A Guiné-Bissau, um dos países mais pobres e frágeis do mundo, tem uma população de cerca de 1,9 milhões. A costa do Oceano Atlântico da Guiné-Bissau é composta pelo arquipélago dos Bijagós, com mais de 100 ilhas. Faz fronteira com o Senegal a norte e com a Guiné a sul e a leste e, apesar da sua dimensão, acolhe uma grande variedade de grupos étnicos, idiomas e religiões.

Contexto Político

A Guiné-Bissau tem uma história de fragilidade política e institucional que remonta ao tempo da sua independência de Portugal em 1974. É um dos países mais propensos a golpes de estado e politicamente mais instáveis do mundo. Desde a

independência, foram registados quatro golpes de estado bem-sucedidos, com outras 16 tentativas de golpes, conspirados ou alegados. Foram feitos alguns progressos com o anterior presidente, José Mário Vaz, que foi o primeiro a terminar um mandato completo desde a independência. As eleições presidenciais de 2019 foram seguidas por uma crise política que terminou em abril de 2020 com o reconhecimento pela CEDEAO de Umaro Sissoko Embalo como Presidente da República. Com a posse do novo governo em março de 2020, o país teve estabilidade política apesar das tensões internas e das alegações de interferências políticas no poder judicial. As próximas eleições legislativas estão previstas para o início de 2023 e as eleições presidenciais para o final de 2024.

Perspetiva económica

Estima-se que o crescimento tenha atingido os 3,8% em 2021, uma recuperação do negativo 1,4% em 2020, refletindo a retoma do comércio e o aumento da produção de caju. A economia assente na agricultura sofreu com os confinamentos e o encerramento das fronteiras em 2020, recuperando em 2021. Do lado da oferta, o setor primário foi responsável por 48% do PIB em 2021, contribuindo para o crescimento. Do lado da procura, o investimento foi o contributo principal para o crescimento, aumentando 6,4% face a 2020. Estima-se que a inflação tenha aumentado 3,3% em 2021, face a 1,5% em 2020, motivada pelos preços mais elevados dos combustíveis e dos alimentos em função da pandemia. Estima-se que o défice fiscal tenha descido para 5,6% do PIB em 2021, face a 9,8% em 2020, assente em receitas fiscais mais elevadas provenientes do comércio do caju e da racionalização da despesa. O défice orçamental foi financiado por subvenções e empréstimos de instituições financeiras internacionais e bancos comerciais regionais. Estimou-se que o défice da balança corrente tenha atingido os 3,3% do PIB em 2021, face a 2,6% em 2020. Apesar de o rácio da dívida sobre o PIB ter melhorado para 78,4% em 2021, face a 79,3% em 2020, o FMI piorou a notação do risco do sobre-endividamento externo de moderado em 2018 para elevado em 2021. A pobreza estimou-se em 65% em 2020/21 e o desemprego situou-se em 11,5%, mas estes números escondem a enorme informalidade. Algumas estimativas apontam o desemprego dos jovens em 50% da população ativa. Todos os cinco bancos são estrangeiros e relativamente são. O rácio do crédito malparado desceu para 6,3% em 2021, face aos 10,3% em 2020, o rácio de capital nos ativos ponderados pelo risco desceu para 21,4%, de 25,6%; estavam ambos dentro dos limiares regulamentares. Como parte da atribuição de SDR, Guiné-Bissau recebeu 22,7 milhões em SDR (31,8 milhões de dólares americanos).

De acordo com o FMI a taxa de crescimento do PIB projectada para 2023, a outubro de 2022, atingirá 4,5 % e a taxa de inflação 4%.

Fonte: FMI, World Bank Guiné Bissau Country Overview

São Tomé e Príncipe



Handwritten signature or initials.

A República de São Tomé e Príncipe é um arquipélago no Golfo da Guiné, a 350 km da costa ocidental de África, composto por seis distritos e pela Região Autónoma do Príncipe. País de língua portuguesa, tem uma população de cerca de 225.000 (2021). Classificado como de renda média-baixa, é um pequeno estado insular com uma economia frágil altamente vulnerável a choques exógenos.

Contexto Político

São Tomé e Príncipe é um sistema democrático multipartidário, semi-presidencial desde a sua independência e tem sido um modelo de transição democrática de poder na África Central. As últimas eleições realizadas a 25 de setembro de 2022 foram vencidas pela Ação Democrática Independente (ADI), que conquistou 30 dos 55 lugares do parlamento. A ADI formará, assim, o governo que irá liderar o país durante os próximos quatro anos.

A Assembleia Nacional será composta por quatro partidos políticos, nomeadamente ADI com 30 deputados, MLSTP-PSD (que governou o país na anterior legislatura) com 18 deputados, MCI-PUN com cinco deputados e BASTA com dois deputados.

Contexto social

Estimativas recentes do Banco Mundial mostram que cerca de um terço da população de São Tomé e Príncipe vive com menos do que a linha de pobreza internacional mais baixa de \$ 1,90 por dia, e mais de dois terços da população é pobre, usando a linha de pobreza mais alta do Banco Mundial de \$ 3,20 por dia. As áreas urbanas e distritos do sul, como Caué e Lembá, apresentam níveis ainda mais elevados. Não obstante, São Tomé e Príncipe tem avançado na melhoria dos indicadores sociais, com uma taxa bruta de escolarização primária de 110%, esperança de vida de 66 anos, taxa de mortalidade de menores de cinco anos de 51 por 1.000 nados-vivos, acesso a fontes de água melhoradas para 97% da população e acesso à eletricidade para 60% da população.

Perspetiva económica

São Tomé e Príncipe enfrenta desafios típicos de pequenos estados insulares que afetam a sua capacidade de lidar com choques externos à sua economia e manter os seus equilíbrios fiscal e externo. O número limitado de pessoas e trabalhadores dentro do país impede a produção eficiente de bens e serviços na escala necessária para atender a procura dos mercados locais e de exportação. A sua localização remota aumenta os custos de exportação e impede a diversificação da economia, tornando-o mais vulnerável a choques nos termos de troca. Um ambiente de negócios desafiador e um setor de energia frágil também prejudicaram o desenvolvimento do setor privado. Dificuldades na produção e prestação de serviços para uma população dispersa significam um alto custo dos bens públicos e altos níveis de gastos públicos são necessários para fornecer serviços públicos adequados. No entanto, o crescimento de São Tomé e Príncipe nas últimas duas décadas foi impulsionado principalmente pelos gastos do governo, pela ajuda externa e empréstimos do governo, juntamente com a agricultura e o turismo – e algum investimento estrangeiro direto alimentado pelas expectativas de produção de petróleo.

O produto interno bruto (PIB) cresceu em média mais de 5% entre 2010 e 2014, desacelerando para menos de 3,5% entre 2015 e 2019 devido a graves cortes de energia, redução de investimentos públicos financiados externamente e menor desempenho no turismo. A agricultura e a pesca também foram afetadas por choques climáticos e pragas agrícolas.

A pandemia de COVID-19 afetou São Tomé e Príncipe, com o país a registar uma elevada taxa de infeção, e a indústria do turismo, que tinha sido o motor do crescimento do setor privado, parou em março de 2020. No entanto, com

financiamento externo significativo, o governo conseguiu compensar a perda de renda dos trabalhadores do turismo e outros impactos negativos na atividade económica. Segundo dados oficiais, o PIB real de STP cresceu 3,1% em 2020, apesar das perturbações causadas pela pandemia de COVID-19. Gastos públicos mais altos no alívio da COVID-19 e outros projetos financiados por apoio financeiro internacional excepcional apoiaram esse desempenho de crescimento. No entanto, estima-se que o crescimento do PIB real tenha diminuído para 1,8% em 2021 devido a uma lenta recuperação do turismo, escassez persistente de energia e menor financiamento externo para investimentos públicos. Embora o setor do turismo tenha começado a recuperar significativamente no primeiro semestre de 2022, auxiliado pela regresso das viagens internacionais e pelo progresso na vacinação, as perspectivas económicas permanecem sujeitas a alta incerteza e riscos negativos, devido a eventos relacionados com o clima e ao aumento global das tensões geopolíticas após a invasão da Ucrânia pela Rússia, que se está a refletir no aumento global dos custos dos alimentos e dos combustíveis. O Banco Mundial tem apoiado STP desde o início da pandemia, fornecendo assistência financeira rápida, incluindo uma doação de \$ 2,5 milhões para o setor de saúde, financiamento adicional para proteção social e operação de apoio ao orçamento de \$ 10 milhões.

De acordo com o FMI a taxa de crescimento do PIB projectada para 2023, a outubro de 2022, atingirá 2,6 % e a taxa de inflação 11,2%.

Fonte: World Bank São Tomé e Príncipe Country Overview, FMI- World Economic

Atividade Operacional

Ações de cooperação

A AdP Internacional assinou um protocolo de cooperação técnica com a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e com o Comité das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-



Mirim, do Brasil, com o objetivo de partilhar experiências e know-how nas áreas de tratamento de águas residuais, reutilização, energia e capacitação técnica.

O protocolo prevê a realização de encontros técnicos, que permitam partilhar as boas práticas já implementadas nas empresas do Grupo AdP nas áreas identificadas, bem como ações de formação dirigidas a técnicos municipais brasileiros.



Projetos e iniciativas em curso

Países africanos da CPLP



Moçambique

Projectos na AURA e no FIPAG

Em 2022 foram elaboradas 5 Fichas de Projecto com o financiamento do Fundo Ambiental. Dois deles têm como cliente final a Autoridade Reguladora de Águas (AURA-IP) e os restantes o Fundo de Investimento do Património de Água (FIPAG).

Estas Fichas de Projecto têm por base o Protocolo de Cooperação assinado entre o Ministério do Ambiente e da Acção Climática da República Portuguesa e o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos da República de Moçambique, assinado a 4 de novembro de 2021.



Angola

Projeto de Capacitação para a Gestão, Operação e Manutenção da Empresa Provincial de Água e Saneamento de CUNENE EP (EASC EP)

Em 2022 o Projecto de Capacitação para a Gestão, Operação e Manutenção da Empresa Provincial de Água e Saneamento de Cunene EP (EASC EP) focou-se na implementação das atividades planeadas. Ultrapassada a fase mais complexa dos efeitos da pandemia COVID-19, foi possível recuperar o ritmo normal de trabalho mantendo toda a equipa técnica em Angola em plena atividade em Ondjiva e em todos os municípios abrangidos pelos sistemas de abastecimento geridos pela EASC.

A par deste processo, a DNA aprovou uma extensão adicional de 12 meses de contrato. Esta extensão foi o resultado de um conjunto de diligências iniciadas pela AdPI em 2022 para que fosse aprovada uma proposta técnica de extensão do período de contrato que permitisse assegurar as atividades de apoio à EASC até 2023 com o objetivo de reforçar os resultados já alcançados em 2022, mas também com o objetivo de recuperar impactos negativos da pandemia COVID-19 nos dois primeiros anos de contrato.

J. P. F.



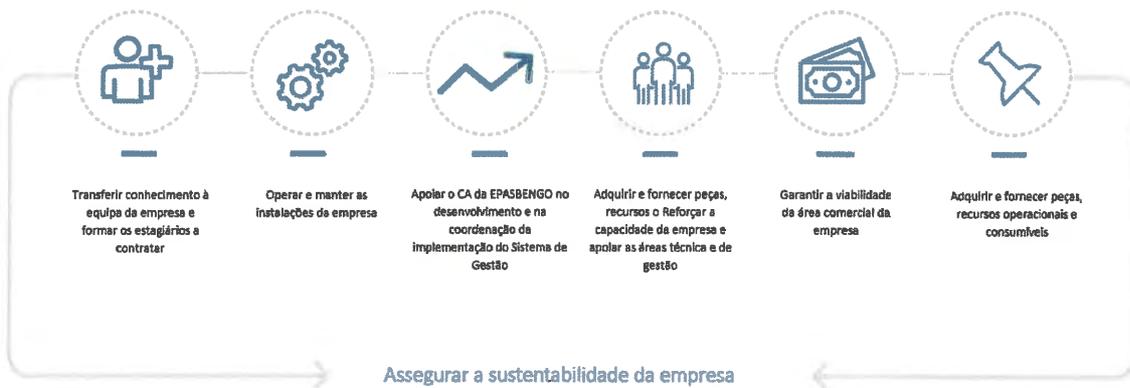
Durante este ano, a equipa técnica de peritos da AdP trabalhou localmente em estreita colaboração com os técnicos e os responsáveis da empresa provincial, para assegurar a capacitação e transferência de conhecimentos nas diversas áreas de atividade, nomeadamente nas áreas de Produção, Comercial, Recursos Humanos, Financeira e de Operação e Manutenção. O apoio à gestão, a capacitação e a formação são as bases desta atividade que, a par do fornecimento de recursos operacionais tecnológicos e equipamentos físicos, contribuem para o melhora o funcionamento geral da empresa e o nível de serviços prestados à população da província de

Cunene.

Contratos de Gestão para Capacitação, Operação e Manutenção da Empresa Pública de Águas e Saneamento do BENGU

No ano de 2022, foi dada continuidade à execução do Contrato de Gestão para Capacitação, Operação e Manutenção da Empresa Pública de Águas e Saneamento do Bengo (EPASBENGO), que teve início em julho de 2019. Este contrato tem como entidade contratante a Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola, sendo financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento. O projeto tinha data prevista de término a julho de 2022, sendo prorrogado, por mais 12 meses, até julho de 2023. O montante associado é de 7 881 479,85 USD, num prazo de execução de 48 meses.

O contrato de assistência técnica tem como principais objetivos:



A execução do contrato em Angola é assegurada por uma equipa de 12 peritos, a que acresce 6 estagiários angolanos contratados pela AdP, contando ainda com o apoio de uma equipa de backoffice em Lisboa e Angola. Tratando-se de um contrato baseado no desempenho, a sua avaliação é feita através de 31 KPI, calculados numa base anual e trienal.

Apesar das diversas dificuldades enfrentadas pela equipa no terreno e da necessidade de ajustar o plano de atividades da assistência técnica, devem ser destacados, para o ano de 2022, os seguintes aspetos:

- Apresentação do Relatório e Contas 2021, incluindo o Parecer do Auditor Externo, e aprovação pelo Instituto de Gestão de Ativos e Participações do Estado de Angola (IGAPE);
- Organização da informação administrativa e financeira e continuação da implementação do software ERP – Primavera;

J. M. F.

- Implementação de procedimentos de RH;
- Cadastro das ligações e validação da base de dados de clientes (cerca de 5 686 clientes);
- Implementação de avisos de corte como objetivo de aumento de cobranças;
- Campanhas para aumento de número de clientes e de cobrança através de ações de divulgação pela rádio, criação de métodos de pagamento alternativo e abertura de lojas de atendimento para garantir a proximidade com o cliente;
- Formação e Capacitação na área da Operação dos técnicos dos Municípios de Bula Atumba e Muxaluando;
- Entrega da Revisão do Plano Diretor de Água e Saneamento da Província do Bengo;
- Continuidade na implementação do Plano de Controlo de Qualidade da Água e do Plano de Controlo Operacional;
- Continuidade na implementação nos softwares previstos no Contrato de AT, nomeadamente, AquaMATRIX, ERP Primavera, G/Interaqua e MANUTEC;
- Entrega de artigos e equipamentos previstos no contrato de assistência técnica para dar resposta às necessidades da empresa;
- Implementação do Laboratório Provincial do Bengo;
- Início da atividade de mobilização social com o objetivo de sensibilizar a população para o uso racional da água e sua importância na saúde pública.
- Formação e Capacitação em todas as áreas da empresa com o objetivo de garantir a autonomia das equipas nas suas atividades diárias;
- Definição de um Plano Estratégico focado na área Comercial, para o ano de extensão de contrato, que visa garantir a sustentabilidade da empresa.

CSAGOM – Contrato de Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água à Província da HUILA (Angola)



A entidade contratante é a Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola, sendo financiado pelo Banco Mundial e a Agência Francesa de Desenvolvimento e totaliza 6.3M USD. O Projeto, com duração de 48 meses, iniciado a 1 de junho de 2021, finalizará a 31 de maio de 2025 e tem como Cliente Final a EPASHuila- EP – Empresa Pública de Água e Saneamento da Huila.

O contrato de assistência técnica, que abrange os Municípios de Lubango, Chibia, Cacula, Quipungo, Matala e Jamba da Província da Huila (79.022 km²), no sul de Angola, tem como principais objetivos:

J. P. f.

Num período de quatro anos, assegurar que a EPASHuila é uma Empresa **ORIENTADA PARA O DESEMPENHO, FINANCEIRAMENTE INDEPENDENTE e TECNICAMENTE SUSTENTÁVEL**, capaz de cumprir suas obrigações legais e com os clientes

Assegurar que a **TAXA DE RECUPERAÇÃO DE CUSTOS É DE PELO MENOS 80%** com base em orçamentos pré-aprovados, sólidos e realistas.

Assegurar que as **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SÃO AUDITADAS** de forma independente todos os anos e que os **RESULTADOS** da auditoria **SÃO SATISFATORIOS**.

Auxiliar a **EPASHuila NA CONSOLIDAÇÃO** das suas estruturas e do seu processo organizacional, bem como na **gestão e no plano de negócios**.



Assegurar uma **SÓLIDA GESTÃO COMERCIAL** no que respeita à gestão da faturação, cobrança, receita e dívida.

Assegurar a **CONTINUIDADE E QUALIDADE** do abastecimento de água à população de Lubango, Quiquungo, Matala, Jamba, Chibia e Cacula tendo por base o sistema existente.

Auxiliar a **EASH na SUPERVISÃO** do contrato de três anos para a **OPERAÇÃO E A MANUTENÇÃO** dos sistemas construídos para Cacula e Jamba por parte da adjudicatária.

Assegurar a **EFICIÊNCIA NA PRODUÇÃO E COBRANÇA**.



Trata-se de um Performance Base Contract, com a monitoria e avaliação de Indicadores de desempenho com metas trimestrais e anuais bem definidas. A avaliação do desempenho contratual é realizada por uma equipa de Auditores Independentes denominada IVA – *Independent Verification Auditor*, contratada pelo Banco Mundial e pela Agência Francesa de Desenvolvimento.

As principais áreas de intervenção abrangidas neste contrato são as exemplificadas no esquema seguinte:



Todos os Entregáveis previstos para o primeiro ano do Contrato foram elaborados e aprovados. As actividades previstas para este ano foram também todas concluídas e os objectivos previstos contratualmente atingidos.

Como resultados, salienta-se, entre outros:

S. M. F.

REALIZAÇÃO DO CADASTRO GEOREFERENCIADO DOS CLIENTES	IMPLEMENTAÇÃO DO SIG	ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS
AUMENTO DA COBRANÇA E DA RECEITA	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO MELHORADOS	ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO
MELHORIA NA GESTÃO DE CLIENTES E DE RECLAMAÇÕES	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO PCQA	criação DO WEBSITE DA EPASHuíla
MELHORIAS NA LOGISTICA	MELHORIA DO CONTROLO FINANCEIRO	REORGANIZAÇÃO DE RH
DESENVOLVIMENTO DO MODELO DE GESTÃO DE ACTIVOS	MELHORIA NO CONTROLO DE PERDAS	IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE MANUTENÇÃO

Unidade de Gestão de Financiamento do BEI

Em 2022 o projeto de consultoria para a criação da Unidade de Gestão de Financiamento (UGF) do Banco Europeu de Investimento (BEI) em Angola aprofundou a sua atividade de apoio às entidades angolanas responsáveis pela gestão do envelope financeiro disponibilizado para o investimento em infraestruturas do sector da água e saneamento no país.



Neste ano, a equipa técnica multidisciplinar da AdPI deu continuidade às atividades de contrato de serviços de consultoria, estabelecendo em Luanda a representação oficial e o escritório da UGF em Angola. Esta unidade é responsável pela gestão do financiamento paralelo do BEI estabelecido com o objetivo de complementar o Segundo Projeto de Desenvolvimento Institucional do Sector da Água (PDISA-2) gerido pela Direcção Nacional de Águas (DNA) do Ministério de Energia e Águas (MINEA) de Angola.

Neste ano a UGF assegurou a preparação dos processos e procedimentos de concurso e contratação pública a serem lançados para a implementação efetiva desta linha de financiamento. Atuando nas áreas associadas à atribuição de fundos de financiamento, nomeadamente, gestão, procurement, contabilidade e finanças complementados pelas áreas técnicas específicas relacionadas com os impactos da aplicação dos mesmos, nomeadamente a área ambiental e social.

Seguindo a estratégia de aplicação do financiamento definida entre o BEI e a DNA, os concursos a serem lançados em 2023 destinam-se ao investimento nas infraestruturas das cidades capitais das três províncias alvo da intervenção, nomeadamente a cidade de Dundo (Província de Lunda Sul), a cidade de Moçâmedes (Província de Namibe) e a cidade de Luena (Província de Moxico). Este investimento em infraestruturas será complementado com reforço de competências das empresas de água e saneamento de cada uma destas províncias.

Preparation of Participatory Sanitation Master Plans with Technical Specifications for Bidding Documents for Four (4) Cities, in line with the Citywide Approach

Em 2022 foi iniciado o projeto para a elaboração dos Planos Diretores de Saneamento para as cidades de Luena, Huambo, Cuito e N'dalatando, desenvolvido pelo consórcio de empresas COBA/COBA Angola/Artelia/AdPI. O trabalho envolve as seguintes fases:

- Fase I - Caracterização da Situação Atual e Estudo sobre Conhecimento, Atitudes e Práticas (Assessment of Existing Conditions & Knowledge, Attitudes and Practices - KAP - Study)

- Fase 2 - Estudo de Soluções Alternativas, Plano Diretor, Plano de Ação Estratégico e Plano de Comunicação para Mudança de Comportamentos para cada cidade e Plano de Ação Estratégico para a Reforma do Setor a Nível Nacional (Master Plan Options, Final Master Plan, Strategic Action Plan, Behaviour Change Communication Plan & Strategic Action Plan for proposed National Reforms)
- Fase 3 - Especificações Técnicas para Caderno de Encargos para as obras prioritárias (Technical Specifications for Bidding Documents for Priority Interventions)

O objetivo dos Planos Diretores é encontrar soluções para o saneamento nas 4 cidades (áreas urbanas e peri-urbanas), definir um Plano de Ação Estratégico de implementação das soluções (para um período de 10 anos) e preparar Especificações Técnicas para lançar os concursos para as obras prioritárias (obras do primeiro ano). Os Planos são Participativos porque compreendem o envolvimento e a participação das comunidades em todo o processo, através da realização de entrevistas e visitas aos bairros, inquéritos porta-a-porta e workshops para apresentação e debate de cada fase, e são desenvolvidos em conformidade com a Abordagem de Saneamento Inclusivo (CityWide Inclusive Sanitation). De acordo com esta abordagem, o saneamento é analisado como um serviço a ser prestado considerando toda a cadeia, desde a contenção (na própria instalação sanitária), recolha, transporte, tratamento até à deposição final segura, acessível a todos os habitantes da cidade.

Neste projeto a prestação de serviços assegurada pela AdPI está essencialmente focada na componente social e na área financeira



Guiné – Bissau

O projeto de melhoria dos serviços de água e energia à EAGB (Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau), financiado pelo Banco Mundial e em parceria com a EdP Internacional (líder) e a Leadership consulting (parceiro) entrou para em 2022 no seu penúltimo ano de execução (final previsto junho de 2023), destacando-se as seguintes atividades:

- Aumento das receitas, salientando-se a estabilização e realização de algumas afinações técnicas no Sistema Gestão de Clientes "Medidata" (implementado em 2021) o qual possibilitou um incremento significativo de emissão de faturas bem como a concomitante implementação de medidas para diminuição de dívidas de clientes com ativação de medidas de cortes de fornecimento de energia e de água e contatos diretos com os clientes para reaver os valores em falta;
- Melhorias técnicas no sistema ERP (Primavera) da EAGB, implementado em 2021 nomeadamente ajustes de parametrização aos sistemas, umas por questões de legislação outras por questões de melhoria detetadas na operação diária das aplicações. Foi ainda prestada assessoria constante à equipa dos SI's da EAGB em temas mais correntes de gestão;
- Melhoria da Operação e Manutenção do SAA, através da definição de modelos e soluções SIG e formação dos técnicos da EAGB bem como instalação de medidores de caudal nos furos/reservatórios



J. P. F.

Cabo Verde



PHOS VALUE



A AdPI é parceira do “Projecto Phos Value – Reciclagem sustentável de nutrientes de águas residuais” implementado em Cabo Verde, integrando o consórcio liderado pela empresa AqualnSilico (AiS), uma start-up portuguesa criada no seio das equipas de investigação da Universidade NOVA School of Science and Technology. O parceiro conta também com os parceiros locais ANAS – Agência Nacional de Água e Saneamento e com a AdS – Águas de Santiago, ambas beneficiárias do apoio e resultados do projecto.

Durante o ano 2022 realizaram-se um conjunto de actividades de formação e capacitação dos técnicos dos parceiros locais – ANAS e AdS - responsáveis pela colheita e análise de amostras na ETAR de Santa Catarina (Município de Achada), infraestrutura-alvo selecionada para aplicação da tecnologia desenvolvida pela AiS para estudar potenciais melhorias nos processos de tratamento de águas residuais com vista à reutilização e reciclagem de nutrientes nos efluentes tratados.



Na origem deste projecto em 2021 esteve a oportunidade de um financiamento da Organização das Nações Unidas (UN) num concurso destinado a projetos inovadores integrados no ODS 14 (Vida Submarina) que contribuam para a protecção dos oceanos. Durante 2022 a AdPI cumpriu o seu papel de parceiro contribuindo com a sua experiência no sector em Portugal e em Cabo Verde país no qual trabalha à diversos anos. Nas diversas actividades realizadas a AdPI atuou como facilitador e disponibilizou recursos quer para os trabalhos realizados em Cabo Verde quer para as actividades realizadas em Portugal, promovendo a troca de informação e conhecimentos com o objetivo de integrar e multiplicar os resultados deste tipo de inovação

nos seus projetos de nos países em desenvolvimento.

Durante 2022 e ainda em Cabo Verde, foram desenvolvidos pela AdPI diversos projetos enquadrados na Cooperação ambiental entre Portugal e Cabo Verde, com financiamento do Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal, designadamente:

Projeto Preparação do Roteiro de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água em Cabo Verde - Plano De Ação para a Reutilização de Águas Residuais Tratadas

Em 2022 foi concluído o projeto, que já decorria desde 2021, tendo sido elaborado nesta fase um “Guia Metodológico para a Definição de Quadro Normativo Aplicável às Águas para Reutilização em Cabo Verde”, que visa constituir um documento de orientação metodológico, alinhado com as melhores práticas internacionais, mas ao mesmo tempo suficientemente simples e prático para poder ser adotado de forma pragmática em projetos de reutilização de águas em Cabo Verde.

Projeto Piloto de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água na ETAR de Santa Cruz - Reutilização de Água e Valorização de Recursos para Fins Agrícolas

Na ilha de Santiago, técnicos da AdP Internacional e da Águas do Tejo Atlântico iniciaram em 2022 um projeto piloto que será de grande relevância para contribuir para o aumento de disponibilidades de água no setor agrícola na ilha de Santiago.

A intervenção engloba o desenvolvimento de um Plano de Ação tendo em vista a Reutilização de Águas Residuais Tratadas e Valorização de Recursos, para a ETAR de Santa Cruz que terá como objetivo identificar e implementar as intervenções (obras de construção civil e aquisição e instalação de equipamentos eletromecânicos) necessárias para complementar o esquema de tratamento existente de modo a assegurar a viabilidade de produção de Água para Reutilização (ApR) na agricultura, em conformidade com as normas de qualidade exigidas, bem como da valorização agrícola dos subprodutos (lamas) geradas na ETAR. A sua natureza do projeto piloto permitirá também delinear e testar um modelo que poderá ser replicado noutras ilhas.

Dando também seguimento ao Protocolo de Cooperação Ambiental entre Portugal e Cabo Verde assinado em 2021 pelos ministros da Agricultura e Ambiente de Cabo Verde e do Ambiente e da Ação Climática de Portugal foram ainda apresentadas duas propostas ao Fundo Ambiental, a saber

Elaboração do Plano Sanitário da Cidade de S. Filipe

Na ilha do Fogo, a AdP Internacional vai desenvolver um projeto transversal na área do ambiente procurando dar resposta a algumas das necessidades prioritárias para a população nesta vertente. A intervenção engloba as seguintes tarefas:

- Na vertente do saneamento visa-se a implementação de um sistema de drenagem e tratamento de águas residuais para o município de S. Filipe que contribuirá para assegurar a proteção dos recursos hídricos e os ecossistemas mais frágeis, permitindo uma maior resiliência ao impacto das alterações climáticas;
- Na vertente dos resíduos sólidos visa-se a implementação de um conjunto de medidas (selagem da lixeira existente e recolha seletiva de resíduos) para a ilha do Fogo, que irão promover a recuperação de áreas degradadas;
- Pretende-se ainda desenvolver um conjunto de ações de capacitação de quadros técnicos, incluindo quadros da administração central, local e ainda da sociedade civil, com o propósito de os capacitar nas temáticas de gestão de água e de águas residuais, gestão de resíduos sólidos, ambiente, sócio económica, entre outras. Estas ações inserem-se numa estratégia de sensibilização ambiental às populações com vista a promoção da alteração a médio e longo prazo de comportamentos ambientais.

Apoio à Implementação do Plano Operacional Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos de S. Antão

A intervenção prevista engloba as seguintes tarefas:

- Revisão/ Elaboração do Projeto de Execução do Centro de Tratamento de Resíduos;
- Definição da localização da Estação de Transferência de Resíduos da ilha e elaboração do respetivo Projeto;
- Elaboração do Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental do Centro de tratamento e da unidade de transferência de resíduos;

- Especificação técnica dos equipamentos de recolha e tratamento de resíduos;
- Elaboração de medições e orçamento detalhado das Infraestruturas de tratamento e transferência de resíduos;
- Ações de Formação na área de tratamento de resíduos.

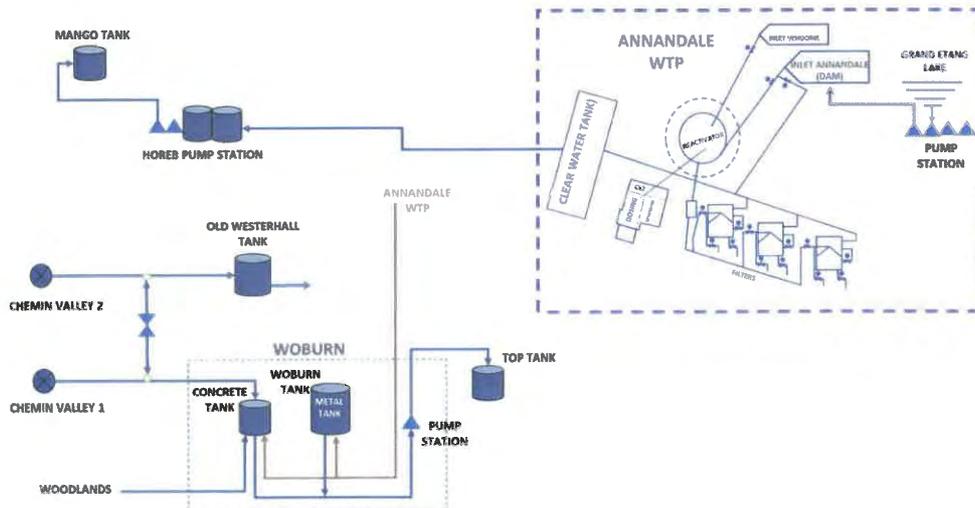
A AdP Internacional na América Central



Grenada

Em 2022 a AdPI deu continuidade ao projeto de consultoria G-CREWS em Grenada nas Caraíbas, o qual prevê o apoio à GFA no que toca à gestão de recursos hídricos e de serviços de água com vista a uma maior resiliência face às alterações climáticas, tendo como financiador a GIZ. Mais concretamente a equipa de dois consultores da AdPI focou-se no desenvolvimento da área de Segurança e Saúde bem como na componente de SCADA da NAWASA (National Water and Sewerage Authority, Grenada), destacando-se as seguintes atividades principais:

- Apoiar a elaboração de ToR para a fornecimento e instalação de um sistema SCADA em infraestruturas selecionadas em Grenada;
-



- Contribuir para a avaliação de riscos ambientais, sociais, de saúde e segurança das atividades da NAWASA, incluindo obras civis contratadas;
- Fornecer suporte para a gestão de saúde e segurança da NAWASA.

A. P. f

A AdP Internacional na América do Sul



Argentina

No final de 2022 foi elaborada uma Proposta de Twinning, financiada pela Confederación Andina de Fomento (CAF), que visa a troca de experiências entre Entidades Gestoras de Água e Saneamento de Portugal e Argentina. Este Projecto arrancará no início de 2023 e tem duração prevista de 12 meses.



A AdP Internacional no Médio Oriente



Líbano

A AdPI iniciou em abril de 2022 o apoio técnico à DAI, no projeto de saneamento e conservação (Water Sanitation and Conservation – WSC) no Líbano, o qual conta com financiamento da USAID. Este projeto tem como objetivo principal apoiar 4 empresas regionais de água e saneamento no Líbano no sentido de definir e apoiar a implementação de estratégias operacionais capazes de as tornar mais resilientes face aos desafios que o país atualmente atravessa. A AdPI mobilizou uma equipa multidisciplinar com técnicos da AdP Internacional, AdP Valor, AdRA, AdDP e consultores externos tendo desenvolvido e entregue ao cliente os seguintes produtos:

- Diagnósticos operacionais nas 4 empresas nas vertentes técnicas mais críticas (produção/distribuição e financeira);
- Estratégia de emergência de médio prazo;
- Suporte aos contratos de performance no que toca à operação e manutenção de infraestruturas bem como de gestão de serviços de água não faturada.



A AdP Intenacional na Africa do Norte e na África Oriental



Tunísia

Prosseguem os projetos patrocinados pelo Convenção de cooperação entre os Ministérios do Ambiente Português e Tunisino, patrocinadas pelo Fundo Ambiental, através do contrato com a congénere Tunisina da AdP, a "Office National de l'Assainissement" (ONAS). Este projeto é composto por cinco (5) componentes distintas, todas na área do saneamento e tratamento de águas residuais, nomeadamente:



Saneamento de povoações com menos 10.000 habitantes - estudo técnico-económico para escolha dos sistemas de tratamento mais adequados

Elaboração de um plano de 5 anos, para o destino final das lamas (de ETAR), para a Região Norte da Tunísia

Desenvolvimento de um Estudo Estratégico para a Eficiência Energética nas ETAR da ONAS

Reaproveitamento das águas residuais, com tratamento terciário na Estação de Tratamento de Águas Residuais de Mornaguia: Aplicação às culturas hortícolas (excluindo o espectro cultural);

Apoio técnico e institucional à governança descentralizada dos serviços de saneamento

Este contrato desenvolve-se com a participação de técnicos especialistas da AdP Internacional e do Grupo AdP, como forma de partilhar os conhecimentos e experiência adquiridos no Grupo AdP, na área de saneamento.

Destaca-se ainda na Tunísia a pré-adjudicação de um Contrato de Concessão para a Gestão de Sistemas de Saneamento na Região Norte de Tunes, por um prazo de 10 anos e com financiamento do Banco Mundial, cujo arranque formal deverá ocorrer durante o 2º semestre de 2023.



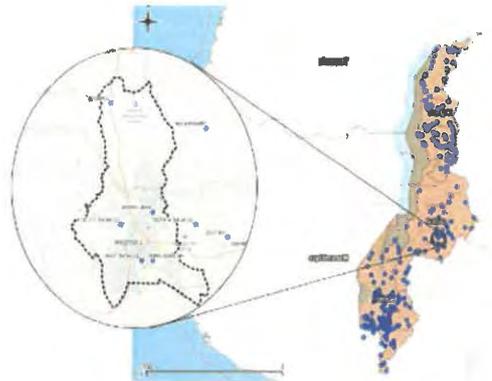
S. P. F.



Malawi

Em 2022, terminou a prestação de serviços, no consórcio de empresas portuguesas, no qual a AdP Internacional participa, para a realização dos **Serviços de Consultoria de Preparação de uma Estratégia de Melhoria de Saneamento e Drenagem e Plano Diretor para a Cidade de Lilongwe**, na República do Malawi, cujos clientes são o Conselho da Água de Lilongwe e o Conselho Municipal de Lilongwe.

Este estudo é financiado pelo Banco Mundial, com a participação de técnicos especialistas da AdP Internacional e do Grupo AdP, bem como de outros reputados especialistas portugueses.



Mapa do Malawi, com localização de Lilongwe



Costa do Marfim



Na Costa do Marfim preparam-se os 2 projetos financiados pelo Fundo Ambiental; **Plano de Comunicação em Saneamento e Salubridade**, a desenvolver para o Ministère de l'Assainissement et de la Salubrité (MINASS) e o projeto de **Formação e Capacitação em Sistemas de Saneamento**, cujos beneficiários serão os técnicos das diversas entidades tuteladas por aquele Ministério. A sua execução ocorrerá durante o ano de 2023.

A AdP Internacional na Ásia



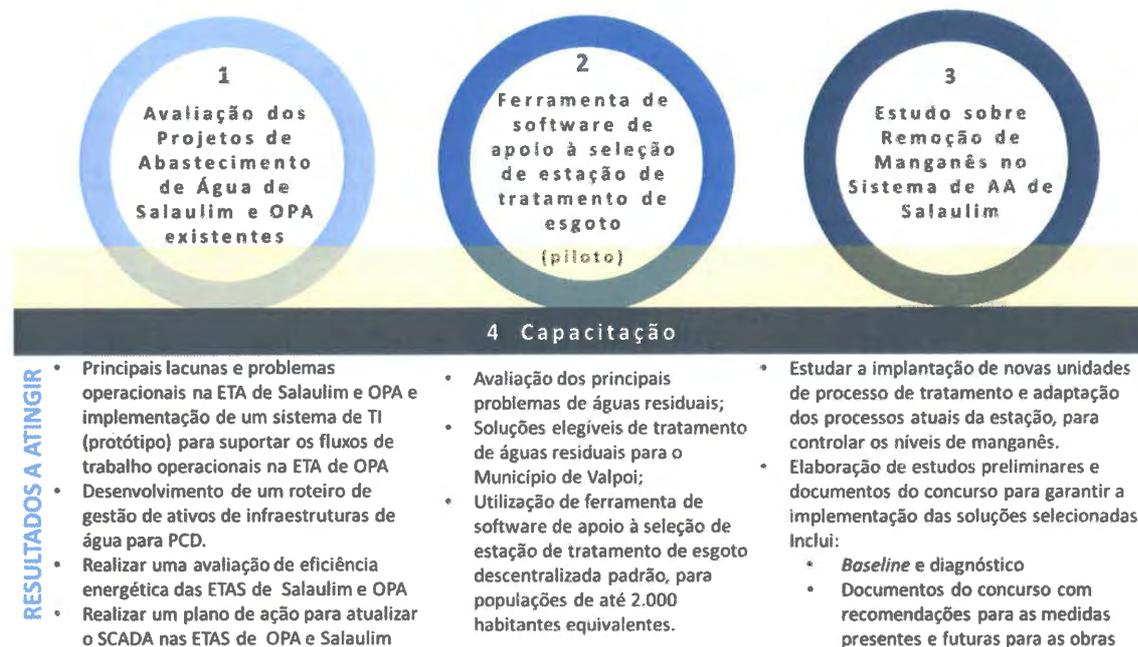
Goa (India)

Na sequência da assinatura do Memorando de Entendimento (MoU) para Cooperação Técnica assinado entre o Governo de Goa (através do Departamento de Obras Públicas) e o Ministério do Ambiente da República Portuguesa (através da Águas de Portugal), assinado em 29 de setembro de 2018, arrancou em dezembro de 2022 (após quase dois anos de suspensão devido à Pandemia de COVID 19) o projeto Assistência Técnica Ao Departamento de Obras Públicas-PWD - Eficiência Operacional Dos Sistemas de Água de Goa. Este projeto tem como objectivo o aumento da eficiência das principais ETAs de Goa, o apoio à conceção de sistemas de tratamento de águas residuais bem como ao suporte à redução de manganês numa das ETA's de Goa, representando o início de atividade da AdPI naquele país. A equipa técnica da AdPI realizou a sua primeira visita entre 4 e 17 de dezembro de 2022 permitindo realizar o levantamento, o diagnóstico da

situação atual e a análise das lacunas e prioridades identificadas para melhorar procedimentos da operação das ETA's de Salaulim e da OPA.

A próxima visita técnica por parte da AdPI a Goa está prevista acontecer em junho de 2023, esperando-se no primeiro trimestre a visita a Portugal de uma comitiva liderada pelo Ministro de Goa Minister bem como por técnicos da PWD.

O projeto assenta em 4 atividades chave, sendo elas:



Timor-Leste

RFP039 – Consultoria para o Desenvolvimento de Projetos de Execução de Sistemas de abastecimento de Água para as Capitais de Município de Baucau, Lospalos, Same e Viqueque

Em 2022, o consórcio AdP Timor-Leste/Engidro deu continuidade ao desenvolvimento do contrato RFP039 com o objetivo de desenvolver soluções, ao nível de projeto de execução, de sistemas de água e saneamento para as capitais de Município de Baucau, Lospalos, Same e Viqueque. O referido projecto encontra-se na fase final pelo que se estima o seu fecho no primeiro trimestre de 2023.

As referidas soluções irão promover o acesso a água potável com qualidade apropriada para o consumo humano e disponibilidade contínua a um universo de consumidores de 150.000 habitantes equivalentes. Na fase preliminar do desenvolvimento do projeto estima-se um investimento de 66,5M USD.

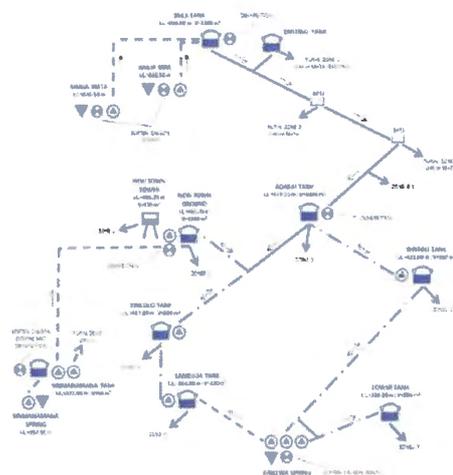


Figure 1- Water Supply - Description Scheme of the Proposed System (Source: ADP TIMOR-LESTE / ENGIDRO)

[Handwritten signature]

A entidade gestora, Bee Timor-Leste, E. P. está assim capacitada para iniciar o processo de infraestruturação com data prevista de arranque em 2023.

FBS19019 – Consultoria para o Desenvolvimento de Planos Diretores de Água e Saneamento para as Capitais de Município de Ainaro, Suai e Bobonaro

Em 2022, o consórcio AdP Timor-Leste/Engidro terminou a assistência técnica para desenvolvimento dos Planos Diretores para o setor da Água e Saneamento das Capitais de Município de Ainaro, Maliana e Suai.

Os referidos Planos pretendem definir um plano estratégico para o desenvolvimento dos futuros sistemas de água e saneamento acautelando as necessidades de uma população estimada em 2040 de 86.000 habitantes com um custo de investimento de 75M USD.

Por ser um documento estratégico, além da forte componente técnica dos referidos planos, a componente ambiental, caracterização e impacto social, gestão de recursos hídricos e operação e manutenção reveste-se de uma cabal importância a ter em conta pelo decisor.



A entidade gestora, Bee Timor-Leste, irá dar seguimento ao trabalho desenvolvido pelo consórcio com a abertura de concurso para desenvolvimento dos respectivos Projectos de Execução.

A AdP Internacional e as Utilities of the Future

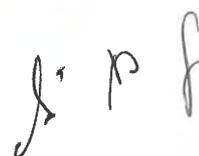
Contrato-Quadro de Serviços de Consultoria - Iniciativa Utilities of the Future - Contrato nº 7193404

No âmbito do projeto financiado pelo Banco Mundial denominado “Utilities of the Future - UoF”, a AdP Internacional manteve em 2022 o apoio técnico ao Banco Mundial através de suporte especializados com o objetivo de promover e implementar planos abrangentes e eficazes para transformar e preparar as concessionárias para novos desafios crescentes e para as mudanças climáticas, sociais e demográficas cada vez mais exigentes. O conceito subjacente às UoF envolve não apenas a transformação digital e a modernização tecnológica, mas também novos processos de negócios, estruturas organizacionais inovadoras e mudanças culturais. Em 2022, destaca-se o suporte dado a duas concessionárias de água e saneamento, nomeadamente:



- **SEDAPAL** - Servicio de Agua Potable y Alcantarillado de Lima (Perú). A equipa multidisciplinar constituída por técnicos da AdPI, AdP Valor e AdP Energias, apoio a SEDAPAL no desenvolvimento de termos de referência nas seguintes áreas:

- Gestão de ativos;
- Eficiência hídrica e energia;
- Resiliência e economia circular;





- OTASS - Organismo Técnico de la Administración de los Servicios de Saneamiento, OTASS. Suporte à revisão de termos de referência que têm como objectivo a otimização de subsídios cruzados, metodologia e estimativa de funções de custo e desenho e implementação de um sistema para calcular tarifas para serviços de saneamento no Peru.



Principais Indicadores Económico-Financeiros

Os indicadores económico-financeiros apresentados refletem a natureza concorrencial da AdP Internacional. A empresa tem a sua actividade focalizada nos mercados internacionais, e a sua evolução está relacionada com as oportunidades existentes e a competitividade da empresa para as concretizar. A AdP Internacional concorre com os maiores players internacionais no sector da água, e defronta-se com uma competição cada vez mais forte e mais diversificada. Nos últimos anos, denota-se uma tendência crescente dos operadores públicos em regiões desenvolvidas, e em desenvolvimento, para diversificarem as áreas de ação e virarem-se para os mercados internacionais à procura de oportunidades de negócio. A AdP Internacional tem a grande mais-valia de poder contar com uma equipa de potenciais 3.000 colaboradores, pertencentes ao Grupo AdP, com fortes competências nas áreas de atuação da AdP Internacional.

A evolução dos indicadores económico-financeiros da empresa denotam também a sua natureza de empresa no mercado, em que a oscilação do volume de negócios está diretamente relacionada com a oscilação dos gastos operacionais: em períodos com maior número de contratos em execução, os gastos operacionais aumentam na proporção. Salienta-se ainda os aspetos relacionados com a volatilidade cambial, com um peso significativo nos encargos financeiros.

Em síntese, é relevante ter em conta que a análise dos indicadores se encontra condicionada pela natureza da sua atividade, que é dependente dos concursos internacionais ganhos em cada ano e das medidas organizacionais internas adoptadas para a otimização dos gastos operacionais e para o aumento da competitividade da empresa.

A análise destes indicadores económico financeiros encontra-se desenvolvida no capítulo Desempenho Economico Financeiro (pág. 91)

Un: m€

INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS	2019	2020	2021	2022	Var 2022 / 2021	
					Valor	%
Volume de Negócios	3.491	3.544	6.262	8.138	1.876	30%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)*	18	(79)	286	681	395	138%
Margem EBITDA	1%	-2%	5%	8%	0	83%
Resultado Operacional	(73)	123	83	441	358	434%
Resultado Financeiro	(101)	(83)	(24)	(82)	(57)	234%
Resultado Líquido	(219)	30	38	975	936	2450%
Investimento	220	106	183	116	(67)	-36%
Ativo Líquido	3.655	6.371	6.913	8.490	1.577	23%
Passivo	3.692	6.160	6.675	7.277	602	9%
PMP (dias)	188	248	150	85	(65)	-43%
PMR (dias)	418	661	105	108	3	3%
Endividamento	1.700	4.200	4.010	4.315	305	8%

* EBITDA = Resultado Operacional + Amortizações+Provisões/Imparidades

Mantém-se em vigor o controlo da alocação de tempo e de custos de cada um dos elementos da AdP Internacional na Sede às diferentes propostas e projetos em curso, através do preenchimento de uma Folha de Ocupação Semanal em

S. P. f

SAP (time-sheet), para registo do trabalho realizado nos períodos precedentes, bem como do preenchimento de um designado “Plano de Cargas”, com a estimativa das afetações previstas para os períodos subsequentes ao registo semanal.

A análise dos registos das folhas de ocupação semanal mostra que a equipa da Sede da AdP Internacional alocou o seu tempo a trabalhos para projetos concretos (produção) e para a área de desenvolvimento de negócio, o que permitiu uma afetação mais otimizada dos recursos e a redução dos custos de estrutura da empresa.

Principais indicadores de atividade

Com base no sistema de controlo e acompanhamento das ações comerciais e no processo de preenchimento da time-sheet da AdP Internacional, é possível medir a atividade da empresa e obter informação relevante para a estratégia adotada pela empresa nos últimos anos.

No quadro seguinte apresentam-se esses indicadores para 2022, 2021 e 2020.

	2022	2021	2020
Alocação da equipa da Sede a projetos	72%	77%	64%
Número de Mdl submetidas	4	7	14
Número de propostas submetidas	11	9	13
Número de ações comerciais com empresas portuguesas (Mdl e propostas)	4	3	4
Número de novos países com abordagem comercial	2	-	4

Desempenho e eficiência operacional

Em 2022 deu-se continuidade à consolidação de mecanismos para assegurar a otimização do desempenho e eficiência operacional, tendo sido reforçado o processo de especialização de gastos e proveitos em todos os projetos em curso.

Foram ainda tidos em conta os seguintes aspetos:

- Definição clara de responsabilidades e áreas de atuação de cada colaborador, e, em paralelo, a criação de mecanismos tendo em vista o controlo e o acompanhamento da atividade diária da empresa, sob a forma de uma “coordenação de produção” que, a cada momento, assegure a mais adequada alocação de tarefas aos recursos humanos disponíveis.
- A identificação dos Processos chave para o negócio e dos respetivos Procedimentos a adotar, de modo a garantir que as atividades a desenvolver pelos colaboradores da AdP Internacional sejam inequívocas na sequência de sub-tarefas/etapas a implementar, quais os intervenientes e suas responsabilidades, e finalmente, no tipo de registos a produzir por forma a assegurar a rastreabilidade do histórico das atividades.

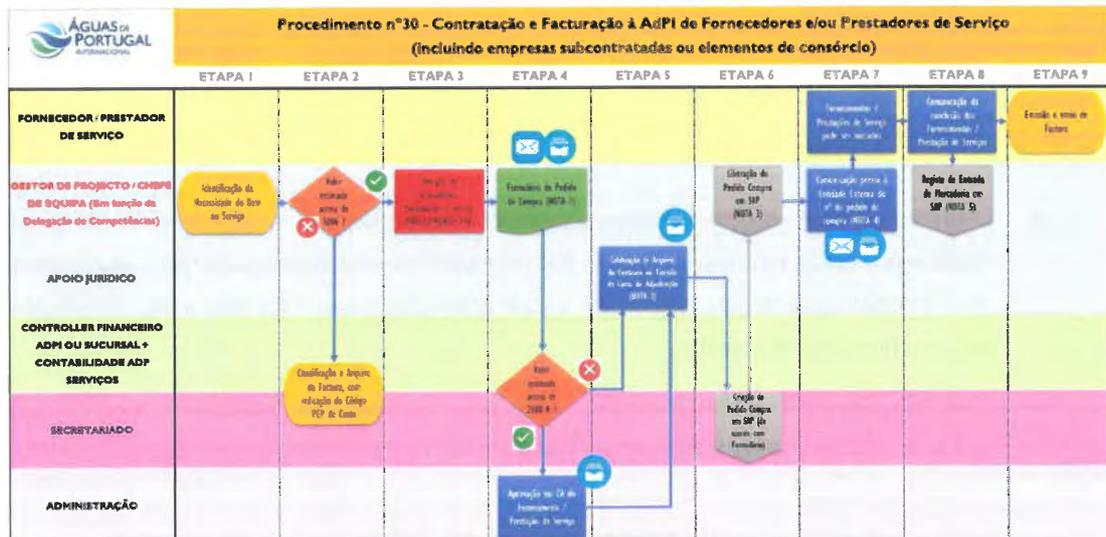
Tendo presente estes objetivos, e dando continuidade ao trabalho já iniciado em 2016, estão em implementação 14 procedimentos considerados como prioritários, respeitantes a:

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS EM VIGOR



Macro-processo	Processos		Procedimentos
	Nível 1	Nível 2	
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO	Identificação de Oportunidades	Seguimento periódico "reactivo" de oportunidades	P01 Identificação de oportunidades em aberto (Mdl / Propostas)
		Seguimento periódico "pro activo" de oportunidades	P02 Mapeamento de Oportunidades em forecast/pipeline
	Kick-off do Projecto em Portugal	Preparação da Proposta	P10 Preparação da Proposta Financeira
		Definição da Logística necessária para o Projecto	P20 Planeamento / Aquisição de Viagens e de Alojamentos
GESTÃO DE CONTRATOS	Desenvolvimento do Projecto	Facturação e Cobrança	P21 Emissão de Vistos e Passaportes
		Aquisição de viagens e alojamentos	P22 Aquisição/Aluguer de outros Meios Materiais e Serviços (Seguros, Meios de Transporte, Equip. Informáticos, Comunicações, etc.)
	Gestão interna	Aquisição de serviços e equipamentos	P29 Facturação ao Cliente
		Manutenção de Bases de Dados	P30 Facturação à AdPI de Fornecedores e/ou Prestadores de Serviço
ORGANIZAÇÃO INTERNA	Gestão interna	Aquisição de serviços e equipamentos	P20 Planeamento / Aquisição de Viagens e de Alojamentos
		Manutenção de Bases de Dados	P21 Emissão de Vistos e Passaportes
	Gestão interna	Aquisição de serviços e equipamentos	P22 Aquisição/Aluguer de outros Meios Materiais e Serviços (Seguros, Meios de Transporte, Equip. Informáticos, Comunicações, etc.)
		Manutenção de Bases de Dados	P34 Aquisição de serviços e equipamentos
Gestão interna	Manutenção de Bases de Dados	Manutenção de Bases de Dados	P39 Criação e Actualização de Bases de Dados (CV para propostas, Listas de Referências)
			P40 Gestão da documentação legal de suporte à actividade da AdPI

Na figura seguinte apresenta-se um exemplo de um procedimento em vigor:



S. P. F.

Prémios e Louvores

Menção honrosa na Categoria de Prémio Especial PALOP – Prémios Verdes- Visão Águas de Portugal

O Projecto 78NC1/HUILA/19 - Contrato de Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água à Província da Huíla (Angola) - recebeu uma menção honrosa na Categoria de Prémio Especial PALOP, destinado a boas práticas de gestão da água nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

O prémio foi entregue no dia 5 de junho de 2022, dia Mundial do Meio Ambiente, ao Conselheiro da Embaixada de Angola, Dr. Rocha Nascimento.



Delegações

9.º Fórum Mundial da Água, em Dakar



A AdP Internacional marcou presença na 9.ª edição do Fórum Mundial da Água, realizada entre 21 e 26 de março de 2022 em Diamniadio, Dakar, Senegal, que decorreu sob o tema “Segurança da Água para a Paz e o Desenvolvimento”. Foi a primeira vez que este Fórum foi realizado na África Subsariana.

O Grupo Águas de Portugal integrou o grupo de trabalho organizado pelo Ministério do Ambiente e da Ação Climática para dinamizar a presença portuguesa neste que é o maior evento à escala global dedicado ao setor. A Comitiva da AdP contou com responsáveis relacionados com alguns dos seus Projectos nos PALOP nomeadamente Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Delegação de Moçambique

Em outubro de 2022, a AdP Internacional representada pelo Presidente do Conselho de Administração, Cláudio de Jesus, recebeu uma Comitiva Moçambicana composta por elementos do Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos da República de Moçambique, elementos do FIPAG e Administradores das Empresas Regionais de Abastecimento de Água da Zona Norte, Zona Centro e Zona Sul de Moçambique.

Esta Delegação teve também oportunidade de reunir com o Conselho de Administração da Holding AdP SGPS.

Delegação do Gabinete do Secretário de Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro e Comité de Guandú

A AdP Internacional assinou em junho de 2022 um protocolo de cooperação técnica com a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e com o Comité das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim, do Brasil, com o objetivo de partilhar experiências e know-how nas áreas de tratamento de águas residuais, reutilização, energia e capacitação técnica.

O protocolo prevê a realização de encontros técnicos, que permitam partilhar as boas práticas já implementadas nas empresas do Grupo AdP nas áreas identificadas, bem como ações de formação dirigidas a técnicos municipais brasileiros.

A assinatura deste documento decorreu durante a visita de uma comitiva destas entidades a Portugal, por ocasião da participação na Conferência dos Oceanos.



Confederação Andina de Fomento

No início de novembro de 2022, A AdPi recebeu uma Comitiva da Confederação Andina de Fomento (CAF) acompanhada por Administradores de algumas das Maiores Empresas de Abastecimento e Saneamento da América Latina, nomeadamente Cristina Arango - Empresa de Acueducto y Alcantarillado de Bogotá (EAA), Johanna Patiño - Empresa Pública Metropolitana de Água Potable y Saneamiento de Quito (EMPMAPS Victor Alarcón -SEDAPAL (Perú) e Hugo Fleitas – Diretor Nacional de Água e Saneamiento de Paraguai.

Foram realizadas várias visitas técnicas, nomeadamente à Etar da Guia, à Etar de Alcantara e ao Reservatório Mãe Água, assim como discussões técnicas com Responsáveis pelas respectivas Infraestruturas.

Em parceria com a PPA – Parceria Portuguesa para a Água – foi realizado nas instalações da AdP um Workshop de trabalho onde participaram diversas empresas portuguesas do sector.



Sucursais e subsidiárias

Sucursais



Angola continuou a assumir-se como uma das grandes prioridades no desenvolvimento de negócios da AdP Internacional. Através da sucursal (AdP Angola) foi dada continuidade ao trabalho de implementação do nome da AdP neste mercado.

O ano de 2022 foi caracterizado pela continuidade dos dois contratos com Ministério da Energia e Águas de Angola, nas províncias do Bengo e do Cunene, financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento, pela continuidade do contrato na província da Huila, financiado pelo Banco Mundial, pelo contrato de Assistência Técnica ao projeto do Banco Europeu de Investimento e pelo arranque do projeto para a elaboração dos Planos Diretores de Saneamento para as cidades de Luena, Huambo, Cuito e N'dalatando, desenvolvido pelo consórcio de empresas COBA/COBA Angola/Artelia/AdPI.



Na Guiné-Bissau, 2022 foi marcada pela continuidade da participação no Consórcio com a EdPI e a LBC para a Melhoria do Desempenho Técnico, Comercial e Financeiro da EAGB- Empresa de Electricidade e Águas da Guiné-Bissau, com financiamento do Banco Mundial.



A Sucursal da AdP Internacional em São Tomé e Príncipe foi aberta no final do ano de 2018.

Esta Sucursal surge naturalmente no decurso dos projetos que, desde 2017, se têm vindo a realizar no país e na vontade de continuarmos a assumir como um parceiro importante no desenvolvimento do país na área do abastecimento de água e do saneamento.

Em dezembro de 2019 finalizou-se o Projeto de Cooperação iniciado em 2017 e que trouxe substanciais melhorias para os 16 Sistemas de Abastecimento de Água sobre a responsabilidade da EMAE (Empresa de Água e Eletricidade de São Tomé e Príncipe).

O ano de 2020 foi marcado por esforços para dar seguimento à colaboração com a EMAE e ao seguimento do trabalho realizado nas 2 ilhas e esforços de ajuda com o país face a esta situação pandémica e por um esforço de ajuda e cooperação através da colaboração com a ONGD-LD Leigos para o desenvolvimento com objetivo colaborar na identificação e desenho de uma solução mais reforçada e melhorada para o abastecimento de água às populações de Porto Alegre e Vila Maianza.



No decurso do ano de 2022, a AdP Internacional desenvolveu 4 Assistências Técnicas em Cabo Verde, a saber:

- Projeto PHOS-VALUE, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável do sector de tratamento e reciclagem de águas residuais em Cabo Verde através da validação e implementação de novas soluções estruturais (soluções sustentáveis) para tratar e reciclar efluentes como biofertilizantes para agricultura e/ou outras aplicações industriais;
- Projeto Piloto de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água na ETAR de Santa Cruz - Reutilização de Água e Valorização de Recursos para Fins Agrícolas;
- Elaboração do Plano Sanitário da Cidade de S. Filipe;
- Apoio à Implementação do Plano Operacional Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos de S. Antão.

S. p. f

Subsidiárias



Capital Social: 5 000 USD

Em Timor-Leste, em 2020 o consórcio AdP Timor-Leste/Engidro iniciou o desenvolvimento do contrato RFP039 com o objetivo de desenvolver soluções, ao nível de projeto de execução, de sistemas de água e saneamento para as capitais de Município de Baucau, Los Palos, Same e Viqueque.

No final de 2020, deu início o desenvolvimento dos Planos Diretores de Água e Saneamento para as capitais de Município de Ainaro, Bobonaro e Covalima.

Em termos operacionais, em 2022, foi dada continuidade à assistência técnica desenvolvida no âmbito dos projetos em curso. Os resultados da empresa foram ligeiramente positivos, reflexo da eficiência operacional das equipas afetas à execução dos projetos em curso.



Capital Social: 2 476 580 MZM

A Aquatec tem por objetivo a prestação de serviços de assistência técnica relacionados com sistemas de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e tratamento de resíduos urbanos, constituindo-se como a plataforma do Grupo AdP para a angariação de negócios nas referidas áreas, com particular enfoque nos sistemas de gestão comercial e de gestão da manutenção.

Em termos operacionais, em 2022, foi interrompida a assistência técnica à Águas da Região de Maputo relativa à manutenção evolutiva do sistema de gestão comercial (Aquamatrix).

O ano de 2017 foi um ano de reestruturação da empresa, tendo sido eliminada a função de diretor-geral a partir de junho, decisão que se manterá em vigor até que o volume de atividade da empresa justifique uma alteração. Esta decisão teve um impacto significativo nos gastos operacionais no segundo semestre do ano e permitiu o equilíbrio económico e financeiro da empresa em 2018. Em 2019, os resultados da empresa foram ligeiramente negativos fruto das atividades da Missão Apoiar Moçambique suportadas pela empresa. Em 2020, os resultados da empresa sofreram o impacto negativo do redébito por parte da AdP Internacional à Aquatec do sistema de gestão comercial (Aquamatrix) referente ao período 2016 a 2020.

Em 2022 os resultados da empresa foram ligeiramente negativos fruto da interrupção da assistência técnica à Águas da Região de Maputo relativa à manutenção evolutiva do sistema de gestão comercial (Aquamatrix).

Deveres especiais de prestação de informação

A AdP Internacional cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais, em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de stakeholders.

Risco e Controlo Interno

Sistema de Controlo Interno e Controlo do Risco

A AdP Internacional e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da prevenção e combate à fraude, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao Grupo AdP, no qual a AdP Internacional se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, em 2022 foi dada continuidade ao desenvolvimento do projeto de implementação do **Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo AdP**, iniciado em 2019 e assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission).

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das três categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



- **Ambiente de Controlo**

Deve refletir a importância CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. É o conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização.

Define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco.

É a base de todas as restantes componentes do SCI.

- **Avaliação dos Riscos**

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela instituição, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

Atividades de Controlo

Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico.

As atividades de controlo podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

Informação e Comunicação

Instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da instituição.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

Monitorização de Atividades

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

Em 2022 foi dado o início à Fase 2 do Projeto de Implementação do SCl, com o mapeamento, pelas empresas piloto, dos restantes processos identificados como críticos e que compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

No final de 2022 foi ainda realizada a reunião de arranque da Fase 2 na AdP Internacional que incluiu a definição do cronograma para a realização do mapeamento dos processos, com base na informação elaborada pelas empresas piloto e cuja conclusão se prevê que ocorra até final de 2023.

A AdP Internacional, encontra-se a proceder à adaptação do Manual base de Controlo Interno do Grupo AdP, com a incorporação das MRC já elaboradas, e das métricas aprovadas prevendo-se que a sua aprovação pelo Conselho de Administração ocorra no decurso de 2023.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Paralelamente, em 2023 será efetuado um primeiro exercício de verificação do cumprimento das métricas de avaliação do sistema de controlo interno, não vinculativo, que permitirá, no entanto, à empresa obter uma sensibilidade preliminar para o cumprimento das mesmas, bem como do funcionamento das componentes contempladas no sistema de controlo interno.

Uma vez concluída a implementação do SCl, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos chave, decorrentes das auditorias a realizar anualmente, possibilitarão a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da AdP Internacional sobre o desempenho do SCl.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

A existência de um SCl conjugado com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirão ao Conselho de Administração da AdP Internacional, um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e que resultam da operação diária desenvolvida.

A existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a

J M P

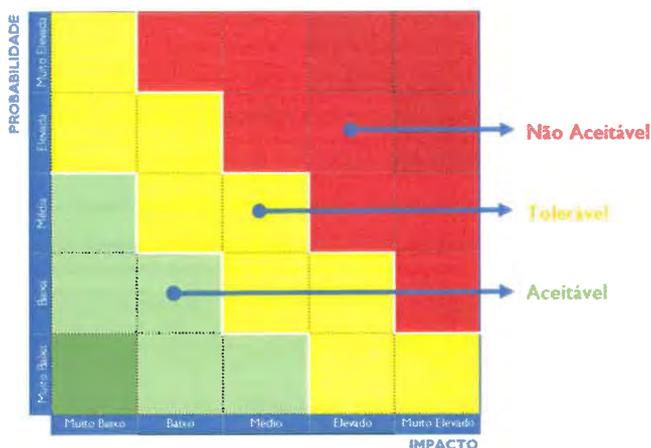
par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



S. P. V.

A avaliação dos riscos na perspectiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspectiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e na realização de testes de conformidade, para avaliar o nível de risco a que a empresa está sujeita.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos relacionados com as classes Governança, Estratégia e Planeamento, Conformidade e Reporte são tratados e monitorizados pela AdP Internacional, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe Operacional e Infraestrutura, além de ser assegurada pela AdPI e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidade para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

Considerando a maturidade operacional atingida pelas empresas, a antiguidade do Modelo de Gestão do Risco implementado no Grupo AdP e a melhoria contínua necessária, por forma a responder às crescentes exigências nas matérias relacionadas com o risco, foi iniciado no decurso de 2022, o projeto de revisão do referido modelo, o qual compreende as seguintes atividades:

- A revisão e/ou atualização da matriz de riscos existente no Grupo AdP
- A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente no Grupo AdP

- A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno

Este projeto, por forma a assegurar a sua credibilidade e aderência à realidade do Grupo AdP, encontra-se a ser efetuada com os contributos de 8 empresas pilotos do universo AdP, e com a colaboração de uma equipa de consultora externa, tendo prevista a sua conclusão no decurso de 2023.

Atendendo à referida revisão do modelo de gestão do risco, no decurso de 2022 não foi realizada a avaliação do risco na empresa.

No final de 2022 foi realizado, conforme previsto no modelo de gestão de risco, o acompanhamento dos PTR e dos PIO formalmente definidos pela empresa, no âmbito do exercício de avaliação de risco relativo a 2021.

Como complemento, apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a AdPI se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2021:

- **Cambial e commodities** – Risco de as demonstrações financeiras da organização serem afetadas pela sua exposição à variação cambial e de commodities no mercado monetário.
- **Gestão de talentos** - Risco de dificuldade na captação e retenção do capital humano necessário ao bom funcionamento e desenvolvimento da organização, decorrente de:
 - um processo de recrutamento não direcionado para as necessidades da organização;
 - uma ineficiente e inatempada avaliação de desempenho;
 - uma política de formação desalinhada com o incremento de competências; e
 - uma ineficiente política de gestão de carreiras.

Risco Financeiro do Grupo AdP

Fatores de risco

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Risco de mercado

Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro do Grupo AdP advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem o Grupo AdP ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da AdP Internacional.

		Un: €	
Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro ¹	31.12.2022	Impacto Taxa média +1%	Impacto Taxa média -1%
Juros (gastos) à taxa variável	(91.506)	(41.500)	20.956
Juros (rendimentos) à taxa variável	-	-	-
Impacto líquido	(91.506)	(41.500)	20.956

¹ Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de doze meses.

Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando swaps centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando tal seja aplicável. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é residual. Em 2022 e 2021 não foram contratados swaps cambiais nem financiamentos em moeda estrangeira.

Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais do Grupo Águas de Portugal em energia e combustíveis, representam aproximadamente 30% a 35% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP Serviços negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdP Internacional por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

Un: €

2022	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Empréstimos do acionista	1.014.655	3.300.000	-
	1.014.655	3.300.000	-

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que o Grupo AdP escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período de tempo. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, pelo que, para o período temporal após o qual a taxa fixada está em vigor não foram considerados juros no quadro acima por não ser determinável de forma fiável qual o juro a incorrer no futuro.

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável (empréstimos obrigacionistas) considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2022 e a liquidar subsequentemente; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2022 acrescido do spread contratualmente formalizado.

Em setembro de 2017 a AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos, de 220 milhões de euros (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de euros aprovada em julho de 2017 pelo Conselho de Administração desta instituição financeira. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de euros (tranche B) que podem ser utilizados por contrapartida da cedência de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro. Em 22 de novembro de 2022, foi celebrado um aditamento às duas tranches: (i) transferência de plafond no montante de 100.612 mil euros da tranche B para a tranche A; (ii) prorrogação da data final de disponibilidade do financiamento até 14 de setembro de 2023; (iii) waiver ao covenant "Net debt/EBITDA" relativo ao ano 2023. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo AdP tem utilizados 280 milhões de euros da tranche A e 49,3 milhões de euros da tranche B.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas

Risco de liquidez – Grupo AdP	Un: M€		
	Valor do plafond disponível	Valor do plafond usado	Valor do plafond não usado
Descobertos Bancários (Grupo AdP)	125	-	125

Risco de liquidez – AdP Internacional	Un: m€		
	Valor do plafond disponível	Valor do plafond usado	Valor do plafond não usado
Suprimentos (AdP SGPS)	4.000	(3.300)	700
Apoios de tesouraria (AdP SGPS)	3.000	(1.000)	2.000
	7.000	(4.300)	2.700

O objetivo do Grupo AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir

o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

AdP Internacional	Unid	2022	2021
Suprimentos obtidos (Grupo)	€	3.300.000	3.600.000
Apoios de tesouraria obtidos (Grupo)	€	1.000.000	400.000
Disponibilidades	€	(704.676)	(649.728)
Endividamento líquido	€	3.595.324	3.350.272
Subsídios ao investimento	€		
Total do capital próprio	€	1.213.018	238.429
Capital	€	4.808.342	3.588.701
Dívida/total do capital	%	0,75	0,93

O modelo de financiamento do Grupo AdP assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e obrigacionistas, no capital próprio e, em subsídios ao investimento não reembolsáveis.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para o Grupo. O Grupo AdP está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes do Grupo AdP tem 3 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais; (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa; e (iii) grandes clientes industriais na esfera do tratamento de águas residuais e abastecimento de água bruta.

i. Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais ("Municípios")

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas

entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas bem como os rendimentos financeiros.

O Conselho de Administração da AdP entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

ii. Estado e Setor Público, Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio (exceto no Estado e Setor Público em que é considerado risco baixo), na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, nos clientes abastecidos pela rede de distribuição em baixa existem dois segmentos a considerar: (i) abastecimento pela rede em baixa no âmbito de Parcerias, em que as perdas por risco de crédito nos clientes são compensadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos; e (ii) outros abastecimentos pela rede em baixa, em que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial. Para este segundo segmento, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada. Para a dívida resultante do abastecimento pela rede de distribuição em baixa, a perda esperada é determinada da seguinte forma: i) para faturas vencidas há mais de 6 meses é aplicada imparidade de 100% (prescrição legal de faturas vencidas há mais de 6 meses); ii) para as faturas emitidas e ainda não vencidas ou vencidas há menos de 6 meses é aplicada a percentagem de perda histórica verificada a qual é agravada por forma a incluir o efeito “forward looking”.

iii. Grandes Clientes Industriais e outras entidades:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se trata de clientes do setor privado. Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: i) o prazo médio de recebimento; ii) a condição financeira do cliente; e iii) a evolução macroeconómica.

Un: €

Segmento de negócio	Grandes clientes industriais e outras entidades	Empresas do Grupo	TOTAL (Nota 10)
Tipologia de clientes			
Risco	Médio	Baixo	
Exposição bruta	6.318.932	1.741.158	8.060.090
Imparidade	(1.461.900)	(763.070)	(2.224.970)
Exposição líquida	4.857.032	978.088	5.835.120

Em 31 de dezembro de 2022 a antiguidade da dívida de clientes (exceto Municípios) e a respetiva imparidade tem o seguinte detalhe:

Tipologia de clientes	Grandes clientes industriais e outras entidades				Empresas do Grupo				Exposição líquida total
	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	
Não vencida	4.378.630	-	0,0	4.378.630	6.509	-	0,0	6.509	4.385.139
Vencida até 180 dias	232.967	-	0,0	232.967	48.417	-	0,0	48.417	281.384
Vencida há mais de 180 dias	1.707.335	(1.461.900)	-85,6	245.435	1.686.232	(763.070)	-45,3	923.162	1.168.597
	6.318.932	(1.461.900)	-23,1	4.857.032	1.741.158	(763.070)	-43,8	978.088	5.835.120

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdP Internacional ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2022 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

	Un: €	
Ativos financeiros bancários	2022	2021
Depósitos à ordem (Nota 12)	702.723	647.494
Ativos financeiros ao custo amortizado (Nota 9)		334.191
Total	702.723	981.685

	Un: €	
Rating	2022	2021
A-	1.742	2.625
BBB+ ¹	311.471	207.394
BBB	79.626	256.985
BB	2.622	-
B3	-	334.191
não disponível	307.262	180.490
Total	702.723	981.685

Nota: notação de rating da Fitch obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2023.

¹ Em 31 de dezembro de 2022, inclui 310,2 mil euros depositados na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.

Risco de exploração

Risco de catástrofe

As empresas do Grupo Águas de Portugal estão expostas a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos as empresas do Grupo têm contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

S. x f

Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

Desempenho Económico-financeiro da AdPI

Análise Económica e Financeira

A análise económica e financeira que se apresenta, procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançados pela AdP Internacional, no ano de 2022, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.

Apresenta-se de seguida o quadro de indicadores evolutivos da empresa:

INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS	2019	2020	2021	2022	Var 2022 / 2021		Var 2022 / 2020	
					Valor	%	Valor	%
Volume de Negócios	3.491	3.544	6.262	8.138	1.876	30%	4.594	130%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)*	18	(79)	286	681	395	138%	760	964%
Margem EBITDA	1%	-2%	5%	8%	0	83%	0	476%
Resultado Operacional	(73)	123	83	441	358	434%	318	259%
Resultado Financeiro	(101)	(83)	(24)	(82)	(57)	234%	1	1%
Resultado Líquido	(219)	30	38	975	936	2450%	945	3196%
Investimento	220	106	183	116	(67)	-36%	10	9%
Ativo Líquido	3.655	6.371	6.913	8.490	1.577	23%	2.119	33%
Passivo	3.692	6.160	6.675	7.277	602	9%	1.116	18%
PMP (dias)	188	248	150	85	(65)	-43%	(163)	-66%
PMR (dias)	418	661	105	108	3	3%	(553)	-84%
Endividamento	1.700	4.200	4.010	4.315	305	8%	115	3%

A AdP Internacional encerrou o seu exercício económico de 2022 com um resultado líquido positivo de 975 mil EUR. O cash-flow operacional foi positivo no valor de 681 mil euros.

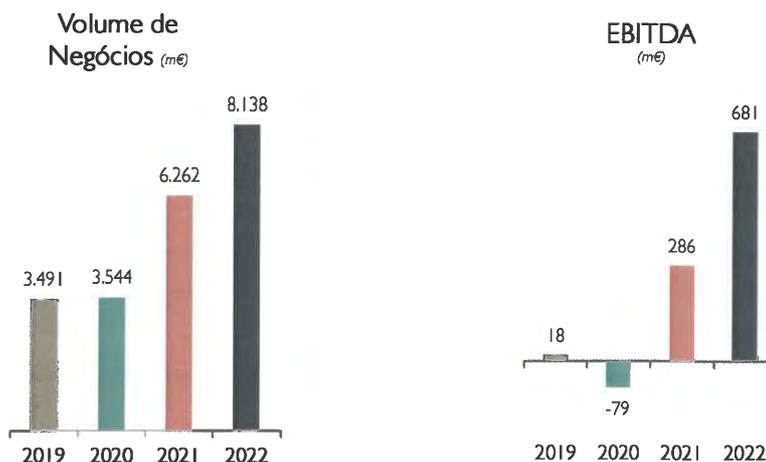
Para este resultado contribuiu largamente os dois contratos com o Ministério da Energia e Águas de Angola, nas Províncias do Bengo e Cunene, financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento e o contrato de Assistência Técnica à empresa de águas da Huila, financiado pelo Banco Mundial.

Adicionalmente contribuíram, ainda que em menor escala, os contratos de Assistência Técnica ao projeto do Banco Europeu de Investimento, em Angola, o contrato de apoio técnico ao projeto de saneamento e conservação (Water

J. P. F.

Sanitation and Conservation – WSC), financiado pela USAID (U.S. Agency for International Development), no Líbano e o contrato de Assistência Técnica à EAGB na Guiné-Bissau.

Em 2022 o acréscimo do volume de negócios face a 2021 (1,9 milhões de euros) acompanhou o acréscimo dos Fornecimentos e Serviços Externos (1,4 milhões de euros).



Neste exercício económico, deu-se continuidade à execução dos dois projetos nas províncias Angolanas do Bengo⁶ e Cunene⁷, iniciados no segundo semestre de 2019, que em 2022 traduziram-se em 4.972 mil euros de Volume de Negócios. Em setembro de 2022 foram assinadas duas adendas aos contratos existentes, que resultaram num prolongamento do prazo inicial por mais 12 meses e num aumento do valor total contratado. Por outro lado, os orçamentos destes projetos foram revistos e atualizadas as respetivas margens associadas.

O contrato de Assistência Técnica à empresa de águas da Huila⁸ e o contrato de Assistência Técnica ao projeto do Banco Europeu de Investimento⁹, em Angola, contribuíram com 1.460 milhões de euros e 533 mil euros respetivamente.

A execução do contrato de apoio técnico ao projeto de saneamento e conservação no Líbano¹⁰, iniciado em abril de 2022, foi suspenso em finais de julho a pedido do financiador USAID (U.S. Agency for International Development), com um volume de negócios de 452 mil euros.

O projecto de AT EAGB¹¹, cujo prazo inicialmente previsto no contrato foi extendido por mais 4 meses, contribuiu com o reconhecimento de 389 mil euros.

Em dezembro de 2022 iniciaram-se as operações em GOA¹², com a assistência técnica ao PWD, com um contributo para o volume de negócios de 42 mil euros.

Os projetos no âmbito de protocolos estabelecidos com o Fundo Ambiental em Cabo Verde¹³, previstos para 2022, foram adiados para o início do ano de 2023.

⁶ Gestão para Capacitação, Operação e Manutenção da Empresa Pública de Águas e Saneamento do Bengo - Ref. Contrato (NC05-ISSUWSSSD/18).

⁷ Gestão para Capacitação, Operação e Manutenção da Empresa Pública de Águas e Saneamento do Cunene - Ref. Contrato. NC06-ISSUWSSSD/18.

⁸ Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água à Província da Huila - Ref. Contract 78NCI/HUILA/19.

⁹ Assistência Técnica para a Implementação de Projetos (PMC) BEI – Ref. Contrato 2018/S 107-243015.

¹⁰ Assistência Técnica ao projeto de saneamento e conservação no Líbano (Water Sanitation and Conservation - WSC) – Ref. Contract 1004658-S21-FFP-37296-00.

¹¹ Consórcio com a EdPI e a LBC para a Melhoria do Desempenho Técnico, Comercial e Financeiro da EAGB- Empresa de Electricidade e Águas da Guiné-Bissau.

¹² Assistência Técnica ao Departamento de Obras Públicas - PWD - Eficiência Operacional dos Sistemas de Água de Goa.

¹³ Projeto Piloto de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água na ETAR de Santa Cruz - Reutilização de Água e Valorização de Recursos para Fins Agrícolas, Projeto Elaboração do Plano Sanitário da Cidade de S. Filipe e Projeto Apoio à Implementação do Plano Operacional Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos de S. Antão.

Ainda em 2022 foram terminados dois contratos, Projeto Preparação do Roteiro de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água em Cabo Verde - Plano De Ação para a Reutilização de Águas Residuais Tratadas e o Projeto RoadMap Resíduos em Cabo Verde que totalizaram 144 mil euros.

Adicionalmente, verificou-se um acréscimo dos Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais (434 mil euros), sobretudo resultado de diferenças de cambio favoráveis.

O acréscimo dos Gastos com Pessoal (628 mil euros) reflete o incremento da atividade da empresa, iniciado no ano anterior, nomeadamente em Angola, que por força da sua legislação exige, para a permanência no seu território dos consultores dos projetos em curso, a obtenção do visto de trabalho mediante a celebração de um contrato de trabalho a termo certo com uma empresa de direito angolano.

Ainda para cumprir com a legislação de Angola, nomeadamente a regra da proporção mínima de trabalhadores angolanos, a Sucursal de Angola celebrou contratos de trabalho a termo certo com trabalhadores até ao término dos respetivos projetos a quem prestam apoio.

Os Recursos Humanos da Empresa compõem-se pelos trabalhadores com carácter permanente, Órgãos Sociais mais Estrutura, e pelos trabalhadores afetos temporariamente aos projetos, RH Projeto, com contratos limitados à duração dos respetivos projetos.

No final do ano de 2021 foram admitidos 13 trabalhadores nestas condições para os projetos em curso em Angola.

Face à natureza transitória dos Projetos, o número total dos RH da Empresa não inclui os trabalhadores com contrato a termo certo, termo incerto, prestações de serviço ou estágios, afetos a esses projetos, sem prejuízo dos encargos com os mesmos serem incluídos na totalidade das demonstrações financeiras, tal como as restantes componentes de custo dos projetos.

Face a 2021 o número total de trabalhadores teve a seguinte variação:

Evolução dos RH (n.º)	2022	2021	Var 2022 / 2021	
			n.º	%
Recursos Humanos ¹	22	25	-3	-12%
Órgãos Sociais ²	2	3	-1	-33%
Estrutura:	20	22	-2	-9%
AdPI e AdPA	11	13	-2	-15%
Expatriado (projeto)	9	9	0	0%
Projeto ³	19	18	1	6%
Total RH com Projeto	41	43	-2	-5%

¹ Não inclui os RH Projeto e os Contratos Suspensos. A 31.12.2022 a Empresa tem 5 contratos suspensos.

² Inclui os Órgãos Sociais que contribuem para a massa salarial. A 31.12.2022 os OS são compostos por 2 Administradores Executivos, 1 Administrador não Executivo e o Fiscal Único.

³ RH temporário, tratando-se de contratos a termo certo, com duração do projeto, para cumprimento da legislação local.

Em 2022 um dos Administradores deixa de auferir remuneração pela função de Vogal Executivo da Sociedade, um dos colaboradores da Sucursal AdP Angola é temporariamente cedido a um dos projetos em curso em Angola, prevendo-se o seu regresso em 2024, um colaborador termina a sua cedência ocasional a um dos projetos em curso em Angola e dois colaboradores são ocasionalmente cedidos de empresas do Grupo para os projetos do Bengo e do BEI (Expatriados da Sede).

De salientar ainda que dois trabalhadores da Estrutura se encontravam em 31.12.2022 com contrato suspenso por motivo de baixa prolongada, não relevando para o número de efetivos àquela data.

O Resultado Operacional favorável contribuiu para o EBITDA positivo de 681 mil euros.

S. P. F

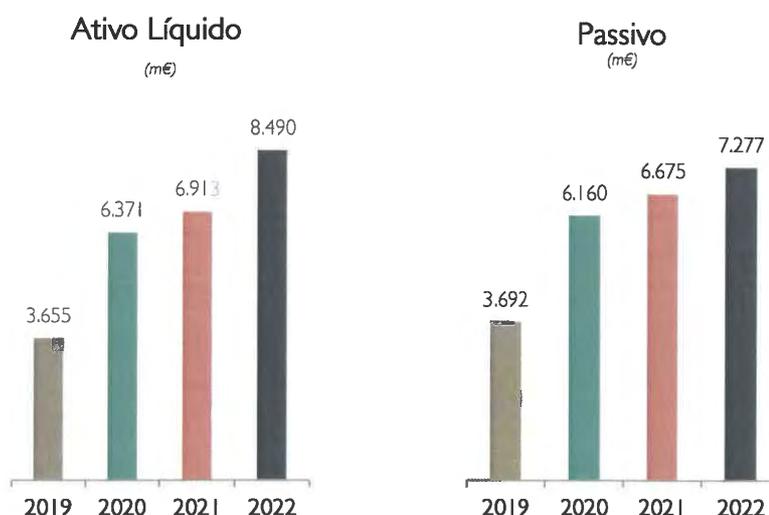
Contribuiu ainda para o resultado a passagem, em sede de IVA, da Sucursal em Angola para o Regime Geral e a consequente faturação com a AdPI à taxa Legal em vigor de 14%, originando um acréscimo de custo de 392 mil euros refletido em Outros Gastos e Perdas Operacionais.

Em 2022 foram ainda registadas duas provisões, uma no montante de 38 mil Euros, relativo aos rendimentos das OT's Angolanas recebidos como pagamento de faturas vencidas emitidas pela AdP Internacional em anos anteriores ao Estado Angolano e para as quais estava registada imparidade para a totalidade da dívida (revertida em 28 mil euros), e a outra no valor de 80 mil euros para fazer face a processos judiciais em curso.

Concorre para o resultado de 2022, o resultado financeiro negativo de 82 mil euros, reflexo dos juros suportados (92 mil euros) relativos ao endividamento junto da AdP SGPS e das comissões bancárias (52 mil euros).

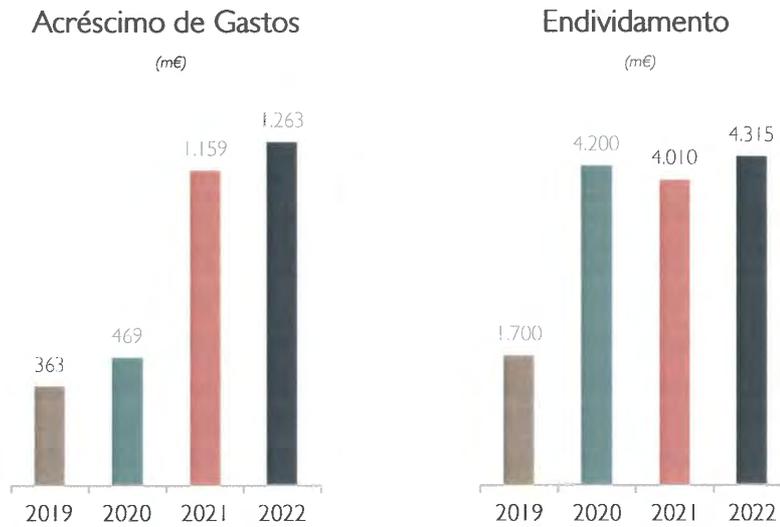
A Lei do Orçamento de Estado de 2023 alterou o regime de dedutibilidade dos prejuízos fiscais reportáveis, tendo sido eliminada a limitação temporal. Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis em cada período de tributação fica limitada a 65% do lucro tributável (70% até 31 de dezembro de 2022). Neste sentido a Empresa registou os ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis gerados em anos anteriores e por utilizar em 31 de dezembro de 2022 (681 mil euros).

O acréscimo do activo deve-se ao aumento da dívida de clientes pela estimativa da prestação de serviços no âmbito dos contratos, que apesar de não ter sido faturado correspondem a *performance obligations* executadas (serviços prestados e ainda não faturados) e aos impostos diferidos ativos, pelo reconhecimento dos prejuízos fiscais reportáveis gerados em anos anteriores e por utilizar em 31.12.2022.

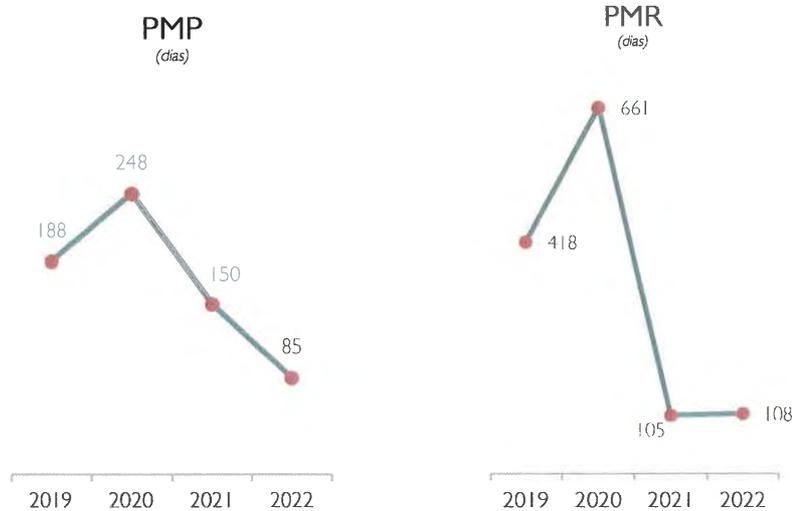


A variação do Passivo decorreu do aumento do Acréscimo de Gastos, nomeadamente o IVA aplicado em Angola às faturas emitidas à AdPI pela Sucursal em Angola (187 mil euros), da Provisão para fazer face a processos judiciais em curso, e ao acréscimo do endividamento (605 mil euros), nomeadamente o de curto prazo (Apoios de Tesouraria da AdP SGPS).

Por outro lado, o endividamento de médio longo prazo (Suprimento do accionista AdP SGPS) descreceu em 300 mil euros.



Em função do relatado, observam-se nos gráficos seguintes a evolução dos prazos médios.



O indicador PMR subiu ligeiramente face a 2021, enquanto o PMP continua a trajetória descendente, refletindo os esforços da Empresa para cumprir com o preconizado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro.

Eventos Subsequentes

Não existem eventos subsequentes, transações ou alterações que ponham em causa o relato apresentado no presente Relatório de Gestão, nem põe em causa o relato e/ou as demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022 constantes das Demonstrações Financeiras.

Handwritten signature

Cumprimento das Orientações legais

Para efeitos da demonstração do Cumprimento das Orientações Legais, foi seguida a estrutura constante do ofício (Ofício SAI_DGTF/2023/630, de 10.02.2023) relativo a "Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2022".

I. Objetivos de gestão (art.º 38.º do DL 133/2013 de 3 de outubro do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

a) Objetivos de gestão (art.º 38.º do RJSPE)

Os objetivos do Grupo AdP, designadamente da empresa Águas de Portugal Internacional são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

Por Deliberação Unânime Escrita de 14 de setembro de 2021, tomada pela acionista única da sociedade Águas de Portugal Internacional foram aprovadas as seguintes orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato 2020-2022:

Objetivos de Gestão de 2022- Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A.

Indicadores	Fórmula de Cálculo ⁽¹⁾	Modo de Avaliação ⁽¹⁾	Valor Atingido	Avaliação ^{(2),(3)}
1. Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSER+GP)/VN]$ <p>Varição face ao PAO proposto</p>	1. Var > +0,10 pp 2. -0,10 pp <= Var <= +0,10 pp 3. Var < -0,10 pp	-7,41 pp	Superado
2. Evolução da Dívida Vencida de Clientes	$EDVC = \text{Saldo da Dívida Vencida de Clientes (Ano } n) / \text{Saldo da Dívida Vencida de Clientes (Ano } n-1)$	1. EDVC > 105% 2. 95% <= EDVC <= 105% 3. EDVC < 95%	99,8%	Atingido
3. Limite do Endividamento	$\text{Endividamento} = 1 - \text{Stock Dívida (Ano } n) / \text{Stock Dívida (Ano } n-1)$	1. X > 2% 2. 1,50% <= X <= 2% 3. X < 1,50%	7,5%	Não Atingido
		* Investimentos materialmente relevantes são excluídos do cálculo, a percentagem adotada corresponde ao definido na legislação.		
4. Respeito Prazos de Pagamento	Varição do PMP face ano anterior	1. N.º Dias _n > N.º Dias _{n-1} + 1 2. N.º Dias _{n-1} - 1 <= N.º Dias _n <= N.º Dias _{n-1} + 1 3. N.º Dias _n < N.º Dias _{n-1} - 1	-29 dias	Superado
5. Rentabilidade ³	Varição do RL face ao PAO	1. Var < -5% 2. -5% <= Var <= 5% 3. Var > 5%	158,8%	Superado
6. Internacionalização	Aumento da atividade internacional do grupo AdP	1. Apresentação, às Tutelas, de projeto de uma nova operação internacional (plano de negócios), de longo prazo (>= 3 anos), até 30.06.2023 2. Apresentação, às Tutelas, de projeto de uma nova operação internacional (plano de negócios), de longo prazo (>= 3 anos), até 31.12.2022 3. Apresentação, às Tutelas, de projeto de uma nova operação internacional (plano de negócios), de longo prazo (>= 3 anos), até 30.06.2022	25/01/2022	Superado

NOTAS:

⁽¹⁾ Conforme estabelecidos na Deliberação Unânime Escrita datada de 14 de setembro de 2021.

⁽²⁾ Quando um indicador não for avaliado, a sua ponderação é repartida de forma proporcional pelos restantes indicadores

⁽³⁾ Métrica de avaliação ajustada por forma a possibilitar a avaliação do indicador, de acordo com a deliberação nesse sentido.

(4) Modo de Avaliação:

Não Atingido	1
Atingido	2
Superado	3

Avaliação dos gestores:

Desadequado	< 1,8
Adequado	1,8 ≤ Avaliação < 2,5
Superado	≥ 2,5

Avaliação Global de Desempenho: 2,7 (Superado)

Em 2022, o Conselho de Administração atuou em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos titulares da função acionista e pela Tutela Setorial e Financeira.

b) Execução do Plano de Atividades e Orçamento para 2022

O Plano de Atividades e Orçamento ('PAO') de 2022 ainda não foi aprovado nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro ('RJSPE').

Os principais indicadores de execução orçamental constam do quadro seguinte:

INDICADORES	Unid	PAO 2022	Executado 2022	Desvio	Observações/medidas
Resultado Líquido	€	376.564	974.589	598.025	i)
EBITDA	€	554.768	680.996	126.227	ii)
Resultado Operacional ¹ (EBIT)	€	392.027	440.724	48.697	iii)
Volume de Negócios ²	€	9.157.638	8.138.322	(1.019.317)	iv)
Endividamento	€	3.865.000	4.314.655	449.655	v)
Dívida Financeira Líquida ³ /EBITDA	%	349%	530%	182%	vi)

¹ Resultado Operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

² Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são considerados no cálculo do VN.

³ Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento reduzido das disponibilidades.

- O desvio positivo no Resultado Líquido face ao previsto em PAO deve-se, fundamentalmente, ao reconhecimento não previsto dos ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis gerados em anos anteriores e por utilizar em 31 de dezembro de 2022 (681 mil euros);
- Os FSE registados em 2022, foram inferiores em 35% ao previsto no PAO, nomeadamente nos projetos financiados pelo Fundo Ambiental em Cabo Verde (adiados para 2023), no projeto em GOA (com data prevista de arranque no princípio do ano mas só iniciou em dezembro) e no projeto no Líbano (suspensão em finais de julho a pedido do financiador) que em conjunto com a revisão não prevista das margens dos orçamentos dos projetos do Bengo e do Cunene em Angola, contribuíram para o EBITDA superior ao previsto no PAO 2022;
- A reversão em 2022 da imparidade registada em 2021 para a totalidade da dívida relativa às OT's Angolanas não foi prevista no PAO 2022;

- iv. O desvio negativo no volume de negócios, face ao previsto no PAO de 2022, deve-se em grande medida aos atrasos registados no arranque dos três novos projetos em Cabo Verde¹⁴, financiados pelo Fundo Ambiental, no projeto de GOA¹⁵ e na suspensão, a pedido do financiador USAID (U.S. Agency for International Development), do projeto no Líbano¹⁶;
- v. O projeto AT BEI¹⁷, com arranque em dezembro de 2021, sofreu durante o ano de 2022 inúmeras contrariedades, sobretudo administrativas, resultando num atraso da faturação dos serviços executados ao longo do ano. A Empresa, para fazer face aos compromissos assumidos na execução do projeto, teve de recorrer à linha de financiamento contratada com a AdP SGPS. Os serviços prestados e não faturados em 2022 vão ser integralmente faturados ao cliente durante o ano de 2023 e com isto reduzir o valor do financiamento utilizado;
- vi. O acréscimo deste indicador face ao PAO 2022, reflete a utilização não prevista da linha de financiamento contratada (Apoio de Tesouraria da AdP SGPS) para fazer face aos compromissos assumidos na execução do contrato do projeto AT BEI¹⁷. A faturação em 2023 dos serviços prestados e não faturados no ano de 2022 permitirá após o recebimento reduzir o montante do endividamento e melhorar o indicador.

¹⁴ Projeto Piloto de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água na ETAR de Santa Cruz - Reutilização de Água e Valorização de Recursos para Fins Agrícolas, Projeto Elaboração do Plano Sanitário da Cidade de S. Filipe e Projeto Apoio à Implementação do Plano Operacional Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos de S. Antão.

¹⁵ Assistência Técnica ao Departamento de Obras Públicas - PWD - Eficiência Operacional dos Sistemas de Água de Goa.

¹⁶ Assistência Técnica ao projeto de saneamento e conservação no Líbano (Water Sanitation and Conservation - WSC) – Ref. Contract 1004658-S21-FFP-37296-00.

¹⁷ Assistência Técnica para a Implementação de Projetos (PMC) BEI – Ref. Contrato 2018/S 107-243015.



c) Plano de Investimentos

No que concerne ao investimento apresenta-se de seguida o quadro dos investimentos não previstos no PAO 2022:

Un: EUR

Plano de Investimento	PAO 2022	Executado 2022					Desvio	Observações
		Total	Fontes de Financiamento					
			Autofinanciamento (Receitas próprias)	Orçamento do Estado	Endividamento	Fundos Comunitários		
Valor total do Investimento	-	116.426					- 116.426	
Investimento previsto no PAO	-							
Investimento não previsto no PAO	-	116.426						
Equipamento de Transporte	-	112.878	112.878				-112.878	Substituição de 2 veículos em fim de vida, em consequência de avaria e mau estado, necessários para o suporte à gestão local de 5 projetos em curso em Angola.
Equipamento Administrativo	-	3.548	3.548				-3.548	Aquisição de Equipamentos Informáticos previstos no âmbito do projeto "Plano De Ação para a Reutilização de Águas Residuais Tratadas" em Cabo Verde.

Não existem novos Investimentos com expressão material nos termos do n.º 2 do artigo 159.º do DLEO 2019, considerando-se "novos Investimentos com expressão material" os que não figurem no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 10.000.000 EUR ou 10% do orçamento anual da empresa

d) Perímetro de consolidação

A AdP Internacional não integra o perímetro de consolidação da Administração Pública, pelo que não inclui qualquer quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE.

2. Gestão do risco financeiro

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneiio e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneiio.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

Risco de Taxa de Juro

O risco da taxa de juro da Empresa advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da Empresa.

Un: €			
Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro ¹	31.12.2022	Impacto Taxa média +1%	Impacto Taxa média -1%
Juros (gastos) à taxa variável	(91.506)	(41.500)	20.956
Juros (rendimentos) à taxa variável	-	-	-
Impacto líquido	(91.506)	(41.500)	20.956

¹ Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de doze meses.

Risco de Taxa de Câmbio

A exposição ao risco de câmbio na AdP é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando swaps centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando tal se justifique.

Risco de Liquidez e de Capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AdP efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdP Internacional por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

Un: €			
2022	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Empréstimos do acionista	1.014.655	3.300.000	-
	1.014.655	3.300.000	-

S. P. F.

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2022 e a liquidar em 2023; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2022 acrescido do spread contratualmente formalizado.

Em setembro de 2017 o Grupo AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos, de 220 milhões de euros (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de euros aprovada em julho de 2017 pelo Conselho de Administração desta instituição financeira. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de euros (tranche B) que podem ser utilizados por contrapartida da cessão sem recurso de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro. Em 22 de novembro de 2022, foi celebrado um aditamento às duas tranches: (i) transferência de plafond no montante de 100.612 mil euros da tranche B para a tranche A; (ii) prorrogação da data final de disponibilidade do financiamento até 14 de setembro de 2023; (iii) waiver ao covenant "Net debt/EBITDA" relativo ao ano 2023. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo AdP tem utilizados 280 milhões de euros da tranche A e 49,3 milhões de euros da tranche B.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos a liquidar no curto prazo, a AdP (via empresas do Grupo) dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas

Risco de liquidez	Un: m€		
	Valor do plafond disponível	Valor do plafond usado	Valor do plafond não usado
Suprimentos (AdP SGPS)	4.000	(3.300)	700
Apoios de tesouraria (AdP SGPS)	3.000	(1.000)	2.000
	7.000	(4.300)	2.700

O objetivo da AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da Posição Financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas participadas. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	Unid	2022	2021
Suprimentos obtidos (Grupo)	€	3.300.000	3.600.000
Apoios de tesouraria obtidos (Grupo)	€	1.000.000	400.000
Disponibilidades	€	(704.676)	(649.728)
Endividamento líquido	€	3.595.324	3.350.272
Subsídios ao investimento	€		
Total do capital próprio	€	1.213.018	238.429
Capital	€	4.808.342	3.588.701

Dívida/total do capital	%	0,75	0,93
-------------------------	---	------	------

O modelo de financiamento da AdP assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento obrigacionista e no capital próprio.

Risco de Crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdP. A AdP está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados às subsidiárias e a suprimentos/apoios de tesouraria concedidos às subsidiárias.

O risco de crédito das subsidiárias é diminuto atendendo às respetivas situações financeiras e aos enquadramentos legais e regulatórios. Com efeito, nos sistemas de titularidade estatal, os rácios de autonomia financeira são elevados e nos sistemas multimunicipais ou em regime de parceria, os contratos de concessão ou parceria, dispõem de mecanismos de reposição do equilíbrio económico-financeiro de forma a assegurar o cumprimento de todas as responsabilidades com terceiros, nomeadamente as responsabilidades resultantes do serviço da dívida.

Acresce que, no caso dos sistemas multimunicipais e nas parcerias, foi consolidada a disposição regulatória e legislativa que assegura a recuperação das dívidas dos municípios a esses sistemas no âmbito do cômputo do Desvio de Recuperação de Gastos, que por sua vez tem um prazo de recuperação definido por Decreto-Lei.

Em 31 de dezembro de 2022 a exposição ao risco de crédito tem o seguinte detalhe:

Un: €

Segmento de negócio	Grandes clientes industriais e outras entidades	Empresas do Grupo	TOTAL (Nota 10)
Tipologia de clientes			
Risco	Médio	Baixo	
Exposição bruta	6.318.932	1.741.158	8.060.090
Imparidade	(1.461.900)	(763.070)	(2.224.970)
Exposição líquida	4.857.032	978.088	5.835.120

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdP Internacional ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2022 e 2021, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na Demonstração da Posição Financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da Demonstração da Posição Financeira.

Un: €

Ativos financeiros bancários	2022	2021
Depósitos à ordem (Nota 12)	702.723	647.494
Ativos financeiros ao custo amortizado (Nota 9)		334.191
Total	702.723	981.685

J. A. F.

Rating	Un: m€	
	2022	2021
A-	1.742	2.625
BBB+	311.471	207.394
BBB	79.626	256.985
BB	2.622	-
B3	-	334.191
não disponível	307.262	180.490
Total	702.723	981.685

Nota: notação de rating da Fitch obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2023.

O quadro seguinte ilustra a evolução da taxa média de financiamento da AdP Internacional, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos cinco anos.

Anos	Unid	2022	2021	2020	2019	2018
Encargos Financeiros	€	91.506	67.750	42.828	42.544	55.299
Taxa Média de Financiamento	%	2%	2%	1%	3%	2%

A AdP Internacional beneficia dos seguintes financiamentos:

- Suprimento: limite 4 milhões de euros, em 31/12/2022 com utilização de 3,3 milhões de euros – taxa - Euribor 1M + 1,7%;
- Apoio de Tesouraria: limite 3 milhões de euros, utilizado em 1,0 milhões de euros em 31/12/2022 – taxa - Euribor 3M + 1,6%.

3. Limite de crescimento do endividamento

Conforme e nos termos definidos no nº1 do artigo 65º da Lei nº 75/2020, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2021), apurado nos termos da fórmula disposta no nº4 do artigo 159º do decreto-Lei nº84/2019, de 28 junho (DLEO 2019).

O quadro seguinte ilustra a evolução do endividamento da AdP Internacional dos últimos 2 anos (período de 2021 a 2022).

Variação do Endividamento (execução)	2022	2021
	Valores (€)	
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	4.314.655	4.009.831
Capital Social / Capital Estatutário	175.000	175.000
Novos Investimento no ano 2022 (com expressão material)	-	-
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	0,07	-0,04

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - \text{Novos Investimentos}_t}{\text{Capital}_{t-1}}$$

J. P. F.

(FR_{t-1} + Capital_{t-1})

O projeto AT BEI¹⁸, com arranque em dezembro de 2021, sofreu durante o ano de 2022 inúmeras contrariedades, sobretudo administrativas, resultando no atraso da faturação dos serviços executados ao longo de todo o ano. A Empresa, para fazer face aos compromissos assumidos na execução do projeto, teve de recorrer à linha de financiamento de curto prazo contratada com a AdP SGPS (Apoio de Tesouraria).

4. Evolução do prazo médio de pagamentos (PMP)

Em conformidade com a RCM n.º 34/2008 de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definidos no decreto-lei n.º 65-A/2011 de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua redução.

A evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores foi a seguinte:

PMP	2022	2021	Variação 2022/2021	
			Valor	%
Prazo (dias)	85	150	-65	-43,3%

De acordo com o Despacho n.º 9870/2009, o PMP da AdP Internacional a 31 de dezembro de 2022 correspondeu a 85 dias, tendo-se verificado um decréscimo de 43,3 % face ao PMP do ano de 2021.

Mapa da posição a 31/12/2022 das Dívidas Vencidas, nos termos do DL 65-A/2011, de 17/maio

O quadro seguinte ilustra o mapa da posição das Dívidas Vencidas, nos termos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, a 31 de dezembro de 2022.

Dívidas Vencidas Total	Valor (€)	Dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL65-A/2011				
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	4.250	-	-	-	-	1.135.523
Aq. de Capital	-	-	-	-	-	-
Total	4.250	-	-	-	-	1.135.523

Dívidas Vencidas Sem Intragrupo	Valor (€)	Dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL65-A/2011				
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	-	-	-	-	-	-
Aq. de Capital	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

Para efeitos desta orientação, considera-se "Atraso no pagamento", o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

¹⁸ Assistência Técnica para a Implementação de Projetos (PMC) BEI – Ref. Contrato 2018/5 107-243015.

S. P. F

A AdP Internacional divulgou durante o exercício de 2022, nos termos do n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (DLEO 2019), no seu sítio na Internet o prazo médio de pagamentos, bem como uma lista das suas dívidas certas, líquidas e exigíveis, há mais de 30 dias, atualizada trimestralmente (consultar o link: <http://www.adpinternacional.com/pt/sobre/deveres-de-informacao/?id=28>).

5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Não foram emitidas recomendações pelos acionistas em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

6. Remunerações (Apêndice I)

No Apêndice I ao presente Relatório são indicadas as seguintes remunerações dos Órgãos Sociais:

- a) Órgãos sociais, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2022 (Mesa da AG, Conselho de Administração e Conselho Fiscal/ROC ou Fiscal Único).

Foi dado cumprimento integral a todas as orientações sobre a política remuneratória contantes da legislação em vigor aplicável ao Setor do Estado, relativas às remunerações vigentes em 2022 dos membros dos Órgãos Sociais da AdP Internacional.

Durante o ano de 2022, a AdP Internacional não atribuiu prémios de gestão aos órgãos sociais.

- b) Auditor Externo, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2022.

No exercício de 2022, não se encontrava designado pela sociedade ou pelo acionista qualquer Auditor Externo.

7. Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

No que se refere a:

- a) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

- b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

c) Ao valor de despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet:

Membro da CA	Gastos com comunicações (€)		
	Plafond mensal (definido)	Valor Anual	Observações
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	80	972	
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra *	n.a	-	
Ana Margarida Linares Luis **	80	126	
Total		1.098	

n.a. Não aplicável

* A gestora não auferir remuneração pela função da vogal não executiva da sociedade.

** Até 02/02/2022 a gestora auferiu remuneração de vogal executiva da AP Internacional. A partir de 03/02/2022 a vogal passou a auferir remuneração pela exercício de funções de vogal executiva na AdP Valor.

d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

Membro do CA	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	458	2.463	630	3.093	
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra *	n.a	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Ana Margarida Linares Luis **	366	-	-	-	
Total				3.093	

n.a. Não aplicável

* A gestora não auferir remuneração pela função da vogal não executiva da sociedade.

** Até 02/02/2022 a gestora auferiu remuneração de vogal executiva da AP Internacional. A partir de 03/02/2022 a vogal passou a auferir remuneração pela exercício de funções de vogal executiva na AdP Valor.

8. Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A AdP Internacional dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do EGP, não tendo realizado e/ou registado quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Elaboração (de três em três anos) e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, procedendo à elaboração e divulgação interna e externa, através de publicação no site da sociedade, a cada três anos, do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens na sociedade

10. **Elaboração e divulgação do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas e do relatório Anual** onde é indicado o grau de implementação das medidas elencadas no Plano, tendo em consideração as recomendações do Conselho de Previsão da Corrupção, designadamente a recomendação do referido Conselho, datado de 1 de julho de 2009.

A AdP Internacional adotou desde 2019 um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, disponível na intranet e internet (<http://www.adpinternacional.com/pt/sobre/deveres-de-informacao/?id=281>).

No decurso de 2022 foi efetuada a revisão do documento, aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2022, por forma a adaptá-lo às novas recomendações emanadas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

O **Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas** tem como principais objetivos, identificar as áreas que potencialmente poderão ser mais sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação. Pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e de boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais *stakeholders*.

Abrangendo toda a empresa, este plano dá cumprimento à recomendação do CPC, de 1 de julho de 2009, bem como ao definido no Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC) do Decreto-Lei (DL) n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

No sentido de observar o previsto no n.º 1 do artigo 46.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, no n.º 4 do artigo 6.º do RGPC do Decreto-Lei (DL) n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdP Internacional procede à avaliação anual do PPRCIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, nomeadamente:

"a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial".

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da AdP Internacional e remetido às entidades competentes.

Em 17 de dezembro de 2021, o Grupo AdP apresentou a sua Política de Integridade assente num modelo de governação, alinhado com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AdPI uma das empresas que subscreveu o Compromisso de Integridade, representando o seu comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, bem como de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

A Águas de Portugal Internacional e o Grupo AdP reforçam assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

No final de 2022, decorrido um ano após a aprovação da Política de Integridade, a Empresa efetuou a avaliação do nível de implementação alcançado, o que possibilitou identificar os constrangimentos e os elementos facilitadores, visando a definição dos próximos passos, com vista ao seu robustecimento e integral implementação.

Registe-se ainda que que em 2019, a empresa, subscreeveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao *Call to Action* Anticorrupção, lançada pelo *United Nations, Global Compact*, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual "*as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno*".

11. Contratação Pública, indicando designadamente:

- a) O modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2022, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, esse ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente.

O Grupo AdP assegurou, através da AdP Serviços, até 31 de julho de 2020 e através da AdP SGPS a partir de 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

O potencial de captação de valor decorrente de sinergias e economias de escala conseguidas através da centralização de compras de determinadas categorias como energia, comunicações, seguros, reagentes, viaturas, etc., leva à criação e a captação de valor, da qual resulta à obtenção de ganhos financeiros e à redução de custos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas tem levado a uma maior capacidade de planeamento transversal e à implementação de novos processos transversais associados ao planeamento e gestão da função compras, por categorias alicerçados pelo conhecimento mais profundo nas necessidades das empresas.

Na sequência da reorganização do centro corporativo, nos termos expressamente autorizados por despacho da Tutela Setorial, a partir de 1 de agosto de 2020 a Direção de Compras, Jurídica e Sistemas de Informação da AdP Serviços passaram a integrar a estrutura organizacional da AdP SGPS.

Assim, foi estabelecido um modelo relacional entre a AdP SGPS e as empresas participadas do Grupo AdP, em moldes similares ao existente até à data com a AdP Serviços, nos termos do qual a AdP SGPS assegura a disponibilidade de contratação de um conjunto diferenciado de bens e serviços às empresas, cuja contratação se mantém através da Direção de Compras.

A existência desta estrutura interna no Grupo, a 31 de dezembro de 2021, assegurada diretamente pela AdP SGPS, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

O Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, introduziu alterações à Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública, bem como ao Código dos Contratos Públicos e ao Decreto-Lei n.º 60/2018,

de 3 de agosto, que procede à simplificação de procedimentos administrativos necessários à prossecução de atividades de investigação e desenvolvimento.

Por conseguinte, no quadro da uniformização de práticas ao nível de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, mas igualmente para concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos, incorporando as inovações introduzidas pelo citado Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro, foram promovidas formações explicativas aos diversos intervenientes nos processos de contratação pública, avançando os esclarecimentos ou a clarificação de interpretações e entendimentos de índole jurídica.

- b) Os procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização.

O Grupo AdP, de molde a assegurar a uniformização de procedimentos ao nível das empresas que tutela, reviu recentemente os procedimentos internos para a contratação de bens e serviços, tendo em conta:

- Uniformização de práticas e de procedimentos ao nível das empresas do grupo AdP,
- Garantia de observância de requisitos legais e relativos à abertura de procedimentos de contratação pública,
- Reforço da fundamentação de facto e de direito subjacente à promoção de procedimentos de contratação,
- Análise e concertação periódica sobre questões de contratação pública em grupo de trabalho especializado,
- Assegurar a implementação das orientações internas em matéria de contratação,
- Coordenação interna da tramitação de procedimentos de contratação relativos a aquisições/locações de bens e serviços, bem como a respetiva monitorização e reporte,
- Preparação dos gestores e técnicos das empresas do grupo AdP para revisão do Código dos Contratos Públicos,
- Definição de unidade orgânica no âmbito da AdP SGPS responsável pelo acompanhamento dos termos de realização de procedimentos de contratação através de informação registada no ERP para controlo da legalidade dos procedimentos
- Realização de auditorias internas em áreas e matérias identificadas pela AdP SGPS.
- A última revisão periódica decorreu ao longo do segundo semestre de 2020.

- c) Os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 M€, independentemente da espécie do ato, ou contrato, em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)

No ano de 2022 não foram praticados atos ou celebrados contratos de valor superior a 5 Milhões de euros, não tendo consequentemente sido sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas em qualquer processo.

12. Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais previstas no artigo 144º do DLEO 2022, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos.

No quadro seguinte, resumem-se as medidas e os resultados constantes do plano de redução de gastos operacionais, em conformidade com o disposto no artigo 124º Decreto-Lei nº25/2017, de 3 de março, e com o modelo disponibilizado pela DGTF.

Eficiência Operacional	2022 Exec.		2022 Orç.		2021 Exec.		2020 Exec.		2019 Exec.		2022/2021		2022/2019	
	Exec.	Orç.	Exec.	Orç.	Exec.	Orç.	Exec.	Orç.	Exec.	Orç.	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	680.996	554.768	285.808	-	-78.859	17.674	-	-	17.674	-	395.188	138%	663.322	3753%
(1) CMVMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(2) FSE	4.469.970	6.872.061	3.054.380	-	2.151.299	2.110.606	-	-	2.110.606	-	1.415.590	46%	2.359.364	112%
(3) Gastos com o Pessoal	2.205.110	1.318.109	1.576.930	-	1.185.223	1.315.447	-	-	1.315.447	-	628.180	40%	889.663	68%
i. Relativas aos Órgãos Sociais ^{a)}	107.395	110.543	130.012	-	120.773	117.203	-	-	117.203	-	-22.617	-17%	-9.808	-8%
ii. Indemnizações pagas por rescisão ^{a)}	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
iii. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias ^{a)}	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
iv. Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais ^{a)}	15.827	17.875	3.512	-	9.325	2.507	-	-	2.507	-	12.315	351%	13.320	531%
(4) Gastos com o pessoal sem os impactos i, ii, iii e iv	2.081.888	1.189.691	1.443.406	-	1.055.126	1.195.737	-	-	1.195.737	-	638.482	44%	886.151	74%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais ^{b)}	15.827	17.875	39.025	-	34.597	2.507	-	-	2.507	-	-23.198	-59%	13.320	531%
(6) Gastos Operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(3)-(5)	6.659.252	8.172.295	4.592.285	-	3.301.926	3.423.546	-	-	3.423.546	-	2.066.967	45%	3.235.707	95%
(7) Volume de negócios (VN)	8.138.322	9.157.638	6.262.254	-	3.544.104	3.490.644	-	-	3.490.644	-	1.876.067	30%	4.647.677	133%
Subsídios à exploração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indemnizações Compensatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais ^{b)}	-	-	39.685	-	37.642	-	-	-	-	-	-39.685	-100%	-	-
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (7+(8))	8.138.322	9.157.638	6.301.939	-	3.581.746	3.490.644	-	-	3.490.644	-	1.836.383	29%	4.647.677	133%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	81,8%	89,2%	72,9%	-	92,2%	98,1%	-	-	98,1%	-	9,0%	12%	-16,3%	-17%
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	317.553	208.758	311.389	-	176.414	302.598	-	-	302.598	-	6.165	2%	14.956	5%
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	13.529	15.283	21.485	-	8.458	31.378	-	-	31.378	-	-7.957	-37%	-17.849	-57%
iii. Gastos associados à frota automóvel ^{c)}	353.077	273.805	235.063	-	166.207	158.984	-	-	158.984	-	118.014	50%	194.093	122%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	57.213	92.020	82.953	-	130.636	128.911	-	-	128.911	-	-25.740	-31%	-71.697	-56%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	741.372	589.865	650.890	-	481.715	621.870	-	-	621.870	-	169.175	35%	119.503	19%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	41	34	43	-	29	30	-	-	30	-	-2	-5%	11	37%
Nº Órgãos Sociais (O.S.) ¹⁾	2	2	3	-	2	4	-	-	4	-	-1	-33%	-2	-50%
Nº Cargos de Direção (CD)	3	2	2	-	2	2	-	-	2	-	1	50%	1	50%
Nº Trabalhadores (sem O.S. e sem CD):	36	30	38	-	25	24	-	-	24	-	-2	-5%	12	50%
Estrutura ²⁾	17	25	20	-	18	19	-	-	19	-	-3	-15%	-2	-11%
Projetos ³⁾	19	5	18	-	7	5	-	-	5	-	1	6%	14	280%
Nº de Trabalhadores/Nº CD	12	15	19	-	13	15	-	-	15	-	-7	-37%	-3	-17%
Nº de viaturas:	28	26	27	-	21	17	-	-	17	-	1	4%	11	65%
Estrutura	5	5	5	-	5	5	-	-	5	-	0	0%	0	0%
Projetos	23	21	22	-	16	12	-	-	12	-	1	5%	11	92%

^{a)} Conforme disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 144.º do DLEO 2022.

^{b)} Se aplicáveis, os impactos excecionais (designadamente da crise geopolítica e do COVID-19) e os impactos por imposições legais deverão ser devidamente justificados, nos termos do artigo 144.º do DLEO 2022, bem como quantificados e discriminados relativamente às diferentes rubricas de gastos/custos, vendas e serviços prestados.

^{c)} Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

NOTAS:

¹⁾ Inclui os Órgãos Sociais que contribuem para a massa salarial. A 31.12.2022 os OS são compostos por 2 Administradores Executivos, 1 Administrador não Executivo e o Fiscal Único.

²⁾ Inclui os trabalhadores da Sede e da AdP Angola. A 31.12.2022 a Empresa tem 5 contratos suspensos, 2 por motivo de baixa prolongada.

³⁾ RH temporário, tratando-se de contratos a termo certo, com duração do projeto, para cumprimento da legislação local.

A AdP Internacional apresenta um EBITDA positivo de 681 mil euros, superior em 138% face ao registado em 2021, resultado de as diferenças de câmbio serem mais favoráveis do que as registadas no ano anterior.

O arranque mais tarde do que o previsto em orçamento dos três novos contratos em Cabo Verde¹⁹, do contrato de GOA²⁰, assinado em setembro de 2018, que arrancou em dezembro de 2022 (após quase dois anos de suspensão devido à Pandemia de COVID 19) e à suspensão, a pedido do financiador USAID (U.S. Agency for International Development), do projeto no Líbano²¹, conduziram a que o volume de negócios ficasse aquém do orçamentado, mas superior em 30% face ao ano de 2021 e 133% face ano de 2019.

Os Gastos com Pessoal foram superiores aos verificados no período homólogo, resultado dos gastos suportados com as admissões registadas em 2021, para dar cumprimento à legislação de Angola, nomeadamente à política de atribuição de vistos de trabalho para permanências de longa duração e da regra da proporção mínima de trabalhadores angolanos, terem sido realizadas no último trimestre do ano.

Os projetos da AdP Internacional tem uma natureza transitória, que consistem na gestão de contratos, gestão comercial e inovação de curta duração (com termo fixado nos respetivos contratos), os/as trabalhadores/as e colaboradores/as afetos/as a estes contratos/projetos são "transitórios" na medida em que o vínculo contratual cessa com o terminus do contrato ou projeto. Acresce que o número de recursos afetos a cada projeto varia ao longo da vida do projeto.

Em 2022 o total dos Gastos com Pessoal incluem os custos com os trabalhadores da Estrutura da AdP Internacional (Sede da AdP Internacional e a Sucursal AdP Angola (11), e os Expatriados da Sede que estão afetos a Projetos (9)) e os custos com os consultores/peritos afetos aos Projetos (19), nomeadamente nos 4 dos 5 contratos em curso em Angola.

Contratos de Assistência Técnica - 2022	AT BEI	AT Bengo	AT Cunene	AT Huila
RH Projetos (Contrato a termo certo)*	6	4	4	5

* Não inclui os 9 Expatriados (Projetos) da Estrutura da AdP Internacional.

O Número Total de Recursos Humanos diminui face ao ano anterior, devido aos 2 trabalhadores da Estrutura que no final do ano se encontravam com contrato suspenso por motivo de baixa prolongada, não relevando para o rácio da Eficiência Operacional.

Em 2022 destaca-se ainda que um dos Administradores deixa de auferir remuneração pela função de Vogal Executivo da Sociedade, um dos colaboradores da Sucursal AdP Angola é temporariamente cedido a um dos projetos em curso em Angola, prevendo-se o seu regresso em 2024, um colaborador termina a sua cedência ocasional a um dos projetos em curso em Angola e dois colaboradores são ocasionalmente cedidos de empresas do Grupo para os projetos do Bengo e do BEI (Expatriados da Sede).

Foi também nomeado o Coordenador do Departamento Financeiro, na sequência da estrutura organizacional aprovada em 2022²². Esta nomeação não implicou qualquer aumento com gastos operacionais com pessoal.

Face à natureza transitória dos Projetos, o número total dos RH da Empresa não inclui os trabalhadores com contrato a termo certo, termo incerto, prestações de serviço ou estágios, afetos a esses projetos, sem prejuízo dos encargos com os

¹⁹ Projeto Piloto de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água na ETAR de Santa Cruz - Reutilização de Água e Valorização de Recursos para Fins Agrícolas, Projeto Elaboração do Plano Sanitário da Cidade de S. Filipe e o Projeto Apoio à Implementação do Plano Operacional Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos de S. Antão.

²⁰ Assistência Técnica ao Departamento de Obras Públicas - PWD - Eficiência Operacional dos Sistemas de Água de Goa.

²¹ Assistência Técnica ao projeto de saneamento e conservação no Líbano (Water Sanitation and Conservation - WSC) – Ref. Contract 1004658-S21-FFP-37296-00

²² Para mais detalhe consultar o capítulo "Quem Somos", pág. 15

mesmos serem incluídos na totalidade das demonstrações financeiras, tal como as restantes componentes de custo dos projetos.

Evolução dos RH (n.º)	2022 Exec.	2022 Orç	2021 Exec.	Var 2022 / 2022 Orç	
				n.º	%
Recursos Humanos ¹	22	29	25	-7	-24%
Orgãos Sociais ²	2	2	3	0	0%
Estrutura:	20	27	22	-7	-26%
AdPI e AdPA	11	15	13	-4	-27%
Expatriado (projeto)	9	12	9	-3	-25%
Projeto ³	19	5	18	14	280%
Total RH com Projeto	41	34	43	7	21%

¹ Não inclui os RH Projeto e os Contratos Suspensos. A 31.12.2022 a Empresa tem 5 contratos suspensos, 2 por motivo de baixa prolongada.

² Inclui os Órgãos Sociais que contribuem para a massa salarial. A 31.12.2022 os OS são compostos por 2 Administradores Executivos, 1 Administrador Não Executivo e o Fiscal Único.

³ RH temporário, tratando-se de contratos a termo certo, com duração do projeto, para cumprimento da legislação local.

O número de Recursos Humanos da AdP Internacional, composto pelos Orgãos Sociais e trabalhadores da Estrutura, foi inferior ao previsto em 7 trabalhadores e inferior em 3 trabalhadores face ao período homólogo.

De destacar a melhoria do PRC em 17% face a 2019 e uma degradação de 12% face ao período homólogo.

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos foram superiores aos registados no período homólogo, refletindo por um lado o incremento da atividade da Empresa (+30%) e por outro, o agravamento dos custos de manutenção das operações em Angola, nomeadamente nos gastos de suporte aos 5 projetos em curso.

Em 2022 os gastos associados à frota automóvel cresceram devido ao aumento da frota operacional em Angola em uma viatura e ao desgaste das viaturas, algumas delas com registo de acidentes, resultando em entradas em oficina seguido de reparações prolongadas.

Adicionalmente, a Empresa reviu as apólices de seguro para garantir que a frota operacional esteja totalmente coberta contra todos os riscos. Embora esta mudança vise a proteção dos veículos, resultou num aumento dos custos associados à cobertura de seguro.

Relativamente ao número de viaturas regista-se o abate de duas viaturas da frota operacional em Angola, por não apresentarem condições de circulação, em consequência de avaria, e a aquisição de duas viaturas para as substituir para garantir o suporte necessário aos cinco projetos em curso.

O aumento de mais uma viatura face ao período homólogo resulta de no âmbito do contrato de Assistência Técnica ao projeto do Banco Europeu de Investimentos em Angola, ocorreu a cedência ocasional de um trabalhador qualificado de uma empresa do grupo bem como do contrato de AOV da viatura que lhe estava atribuída.

Os encargos totais registados para esta viatura, assim como o pacote remuneratório do trabalhador, estão incluídos no orçamento do contrato de Assistência Técnica ao projeto do Banco Europeu de Investimentos em Angola, não implicando qualquer degradação da eficiência operacional da empresa, regressando no final da Assistência Técnica, à sua empresa de origem, o trabalhador e respetiva viatura.

14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 136.º da LOE 2022 e artigo 102.º do DLEO 2022).

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- Acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- Encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- Em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 420 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2024, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário.

Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneiio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

Foram constituídos no Grupo AdP depósitos a prazo no IGCP (CEDICs) em dezembro de 2022, no valor de 403,5 milhões de Euros, com vencimento em 2 de janeiro de 2023.

O Grupo AdP, para o biénio 2022-2023, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC n.º 131, de 17 de agosto de 2022, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring e utilização e descobertos bancários);
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública.

No quadro seguinte apresentam-se os saldos trimestrais da AdP Internacional durante o ano de 2022.

	Un: €			
IGCP	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Disponibilidades	127.604	135.010	72.892	310.189
Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Total	127.604	135.010	72.892	310.189

Un: €

Banca Comercial *	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
BCP	2.623	2.622	2.622	2.622
BPI	180.214	408.483	586.922	33.207
BNU/CGD	-	-	-	-
BBV	2.471	2.471	2.471	-
Fomento Angola	2.120	2.077	2.077	1.977
BPA Angola	113.901	246.781	273.519	262.136
OraBank	31.424	46.099	47.641	59.764
BCA Cabo Verde	13.279	1.611	16.097	16.591
BKI	9.136	7.612	5.109	1.742
CGD	2.335	4.643	1.397	1.282
BIS	15.130	15.120	14.007	13.211
Total	372.632	737.519	951.860	392.533
Juros auferidos**	4.317	52.529	57.533	61.902

* Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias

** Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da Banca Comercial.

15. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado.

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos três anos.

16. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade (anual), conforme determina o artigo 7º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3º e do n.º 3 do artigo 6º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

A AdP Internacional, reconhece a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais bem como na vida familiar e pessoal, e pretende dar o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade.

Assim, tendo por base o disposto no artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que veio regulamentar a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, as entidades do setor público empresarial têm de elaborar anualmente o Plano para a Igualdade de género, devendo publicá-lo no respetivo sítio na Internet e enviá-lo à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e para a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) até 15 de setembro do ano anterior a que diz respeito, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

Face à disponibilização pela CITE de um Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas, com o objetivo de facilitar a elaboração dos Planos anuais, servindo de guia e orientação com vista ao cumprimento dos requisitos e prazos em vigor, a AdP Internacional realizou, em 2021, o Diagnóstico de Igualdade de Género, que serviu de referência para a elaboração do Plano para a Igualdade de Género 2022, os quais foram enviados às autoridades competentes e que constam no referido despacho normativo, CITE e CIG.

O Plano para a Igualdade de Género 2022 da AdP Internacional foi inserido a 15 de setembro de 2021 na plataforma do CITE, tendo sido remetido ao SIOE a 30 de novembro de 2021.

O Plano para a Igualdade de Género para o ano de 2022 encontra-se publicitado no sítio de Internet da AdP Internacional, podendo ser acedido através do seguinte link: da AdP Internacional (<http://www.adpinternacional.com/pt/sobre/a-sustentabilidade/igualdade-de-genero/?id=285>).

17. **Elaboração e divulgação da demonstração não financeira prevista nos artigos 66º-B ou 508º-G do CSC, contendo no mínimo, a informação indicada nos n.ºs 2 dos mencionados artigos. Esta informação deverá ser preferencialmente apresentada em relatório separado do Relatório de Gesrtão. Em anexo ao RGS.**

A AdP Internacional à data de 31 de dezembro de 2022 não excede o número de 500 trabalhadores, pelo que não inclui qualquer quadro da demonstração não financeira.

Apesar de não ser aplicável à empresa, a elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º - B ou 508.º - G do CSA, contendo, no mínimo, a informação indicada no n.º 2 dos mencionados artigos, é apresentada nos capítulos relativos à Sustentabilidade e Capital Humano, do presente Relatório de Gestão e Contas, onde consta a informação mínima requerida.

18. Quadro de informação para divulgação no sítio da internet do SEE

A AdP Internacional S.A. não divulga informação no sítio da Internet do SEE em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	N.A.	--	vide nota
Caracterização da Empresa	N.A.	--	vide nota
Função de tutela e acionista	N.A.	--	vide nota
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais:	N.A.	--	vide nota
- Identificação dos órgãos sociais	N.A.	--	vide nota
- Estatuto Remuneratório Fixado	N.A.	--	vide nota
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N.A.	--	vide nota
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	N.A.	--	vide nota
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	N.A.	--	vide nota
Esforço Financeiro Público	N.A.	--	vide nota
Ficha Síntese	N.A.	--	vide nota
Informação Financeira histórica e atual	N.A.	--	vide nota
Princípios de Bom Governo:	N.A.	--	vide nota
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	N.A.	--	vide nota
- Transações relevantes com entidades relacionadas	N.A.	--	vide nota
- Outras transações	N.A.	--	vide nota
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	N.A.	--	vide nota
- Económico	N.A.	--	vide nota
- Social	N.A.	--	vide nota
- Ambiental	N.A.	--	vide nota
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	N.A.	--	vide nota
Código de ética	N.A.	--	vide nota

Nota: A AdP Internacional S.A. não divulga informação no sítio da Internet do SEE em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Apêndice I

I - Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela média dos últimos 3 anos (1)			N.º total de Mandatos	
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Data de autorização e Forma		Entidade Pagadora (O/D)
2020-2022	Presidente Executivo	Cláudio Miguel André Sousa Jesus	DUE	28.05.2020	Sim	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	DUE de Eleição	D	4
2020-2023	Vogal Não Executivo	Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra*	DUE	29.09.2021	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	2
2020-2022	Vogal Executiva	Ana Margarida Linares Luis**	DUE	08.10.2021	Sim	EPAL	DUE de 15/10/2021	D	1

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem ou Opção pela média dos últimos 3 anos - prevista nos n.ºs 8 e 9 do artigo 28.º do EGF, indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

* A gestora não auferiu remuneração pela função da Vogal Não Executiva da Sociedade.

** Até 02/02/2022 a gestora auferiu remuneração de Vogal Executiva da AP Internacional. A partir de 03/02/2022 a vogal passou a auferir remuneração pela exercício de funções de Vogal Executiva na AdP Valor.

Membro do CA (nome)	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Data de autorização e Forma
Cláudio Miguel André Sousa Jesus	na	na	na	na
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	Aguas do Tejo Atlântico, SA	Presidente Executiva	Publico	DUE
Ana Margarida Linares Luis	AdP Valor, S.A	Vogal Executiva	Publico	DUE

Membro do CA (nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento Mensal	Despesas Representação
Cláudio Miguel André Sousa Jesus	S	C	5.723	685
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra*	S	C	-	-
Ana Margarida Linares Luis**	S	C	5.723	216
Total			11.446	901

* A gestora não auferir remuneração pela função da vogal não executiva da sociedade.

** Até 02/02/2022 a gestora auferiu remuneração de vogal executiva da AP Internacional. A partir de 03/02/2022 a vogal passou a auferir remuneração pela exercício de funções de vogal executiva na AdP Valor.

Membro do CA (nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa ⁽¹⁾	Variável ⁽²⁾	Valor Bruto ^{(3) = (1) + (2)}	Reduções Remuneratórias ⁽⁴⁾	Valor Bruto Anual ^{(5) = (3) - (4)}
Cláudio Miguel André Sousa Jesus	88.342	-	88.342	4.417	83.925
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra*	-	-	-	-	-
Ana Margarida Linares Luis**	6.938	-	6.938	347	6.592
Total			95.280	4.764	90.516

⁽¹⁾ O valor da remuneração fixa correspondente ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

⁽²⁾ Redução prevista no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho

* A gestora não auferir remuneração pela função da vogal não executiva da sociedade.

** Até 02/02/2022 a gestora auferiu remuneração de vogal executiva da AP Internacional. A partir de 03/02/2022 a vogal passou a auferir remuneração pela exercício de funções de vogal executiva na AdP Valor.

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Cláudio Miguel André Sousa Jesus	7,14	1.100	Segurança Social	19.932	1.150	1.298	-	-
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra*	-	-	---	-	-	-	-	-
Ana Margarida Linares Luis**	7,14	150	Segurança Social	1.578	247	110	-	-
Total		1.250	-	21.511	1.397	1.408	-	-

* A gestora não auferir remuneração pela função da vogal não executiva da sociedade.

** Até 02/02/2022 a gestora auferiu remuneração de vogal executiva da AP Internacional. A partir de 03/02/2022 a vogal passou a auferir remuneração pela exercício de funções de vogal executiva na AdP Valor.

S. P. V.

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade ⁽¹⁾	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	(N.º)
Cláudio Miguel André Sousa Jesus	S	S	41.328	Rent-a-car	2021	2022	444	2.321	-
Cláudio Miguel André Sousa Jesus	S	N	26.177	Rent-a-car	2022	2022	506	999	-
Cláudio Miguel André Sousa Jesus	S	N	26.177	Rent-a-car	2022	2023	600	2.860	-
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra *	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ana Margarida Linares Luis**	S	S	26.419	AOV	2018	2022	299	314	-

⁽¹⁾ aquisição; ALD; Leasing ou outra

* A gestora não auferir remuneração pela função da vogal não executiva da sociedade.

** Até 02/02/2022 a gestora auferiu remuneração de vogal executiva da AP Internacional. A partir de 03/02/2022 a vogal passou a auferir remuneração pela exercício de funções de vogal executiva na AdP Valor.

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Cláudio Miguel André Sousa Jesus	53.558	6.262	7.721	Refeições	1.332	68.873
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra *	-	90	-	-	-	90
Ana Margarida Linares Luis **	267	671	-	-	-	938
Total						69.990

* A gestora não auferir remuneração pela função da vogal não executiva da sociedade.

** Até 02/02/2022 a gestora auferiu remuneração de vogal executiva da AP Internacional. A partir de 03/02/2022 a vogal passou a auferir remuneração pela exercício de funções de vogal executiva na AdP Valor.

S. P. T

2 – Fiscalização

A fiscalização da sociedade é assegurada por um Fiscal Único conforme mapas abaixo:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data	Data do Contrato	
2019-2021	Fiscal Único Efetivo	PricewaterhouseCoopers, SROC, rep José Alves Bizarro Duarte *	183	20161485	DUE	22.04.2019	23.04.2019	4
2019-2021	Fiscal Único Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	DUE	22.04.2019	23.04.2019	4

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

⁽¹⁾ Indicar AG/DUE/Despacho (D).

* ROC nº 1957, CMVM nº 202000003. Em 2022 não foi nomeado ROC, pelo que a PwC continuou em funções no referido ano.

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2022. (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2022. (€)			
	Valor ⁽¹⁾	Reduções ⁽²⁾	Valor Final ^{(3) = (1)-(2)}	Identificação do Serviço	Valor ⁽¹⁾	Reduções ⁽²⁾	Valor Final ^{(3) = (1)-(2)}
Pricewaterhousecoopers, SROC, Lda rep. por José Alves Bizarro Duarte (ROC nº 1957, CMVM nº 202000003)	6.779	-	6.779	n.a.			

A AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. não contratou, no exercício de 2022, serviços de Auditoria Externa Independente.

S. P. F.

Apêndice 2

A AdP Internacional deu integral cumprimento às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam:

Objetivos de Gestão:	Cumprimento		Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do relatório
	S.	N. / RA		
Eficiência de Gestão	X			Ver Ponto 1. a) COL
Evolução da Dívida Vencida de Clientes	X		-7,41pp 99,8%	
Limite ao endividamento	X		7,5%	
Respeito Prazos de Pagamento	X		-29 dias 158,8%	
Internacionalização	X		26/09/2022	
Metas a Attingir constantes no PAO 2022	X			Ver Ponto 1. b) COL
Investimento	X		0%	Ver Ponto 1. c) COL
Nível de endividamento	X		11,2%	Ver Ponto 1. b) COL
Grau de execução do orçamento carregado no SGO/SOE	X		2%	Ver Ponto 1. d) COL
Gestão do Risco Financeiro	X		0,07	Ver Ponto 2 COL
Limites de Crescimento de Endividamento	X		-65 dias	Ver Ponto 3 COL
Evolução do PMP a fornecedores	X		1.139.773€	Ver Ponto 4 COL
Divulgação dos Atrazos nos Pagamentos (Arrears)	X			Ver Ponto 5 COL
Recomendações do acionista na última aprovação de contas	X			
Reservas emitidas na última CIC	X			
Reservas	X			
Remunerações/honorários	X			Ver Ponto 6 do COL e ver Apêndice 1 do R&C 2022
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável)	X		4.764€	Ver Apêndice 1 do R&C 2022
Fiscalização (CF/ROCFU) - reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável)	X		0€	Ver Apêndice 1 do R&C 2022
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2022 (se aplicável)	X		0€	Ver Apêndice 1 do R&C 2022
EGP - artigo 32º e 33º do EGP	X			Ver ponto 7 do COL
Não utilização de cartões de crédito	X			Ver ponto 7 a) do COL
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X			Ver ponto 7 b) do COL
Valor máximo de despesas com comunicações	X			Ver ponto 7 c) do COL
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X		12€	Ver ponto 7 d) do COL
Despesas não documentadas ou confidenciais - nº 2 do artigo 16º do R&CPE e art.º 11º do EGP	X			Ver ponto 8 do COL
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X			
Promoção de igualdade salarial entre mulheres e homens - nº 2 da RCM nº 18/2014	X			Ver ponto 9 do COL e Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP
Elaboração e Divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	X			Ver ponto 9 do COL e Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	X			(http://www.adpinternacional.com/pt/sobre/a-sustentabilidade/estrategia-de-sustentabilidade/itc=142)
Contração Pública	X			Ver ponto 10 do COL e www.adpinternacional.com
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	X			Ver ponto 11 do COL
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	X			Ver ponto 11 a) do COL
Contratos submetidos a visto prévio do TC	X			Ver ponto 11 b) do COL
Adesão do Sistema Nacional de Compras Públicas	X			Ver ponto 12 do COL
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	X			Ver ponto 13 do COL
Princípio da Unidade de Resouraria (art 28º do DL 133/2013)	X			Ver ponto 14 do COL
Disponibilidades e aplicações centralizadas no GCFP	X		79%	
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	X		392.533€	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	X		0€	
Auditorias do Tribunal de Contas	X			Ver ponto 15 do COL
Elaboração do Plano para a Igualdade, conforme determina o artº7 da Lei 62/2017, de 1 de agosto	X			Ver ponto 16 do COL
Apresentação da demonstração não financeira	X			Ver ponto 17 do COL

Handwritten signature

Perspectivas futuras

Em 2023, a AdP Internacional continuará o esforço de consolidação dos resultados económicos e financeiros, prevendo-se que se mantenha a trajectória de crescimento sustentado.

Para isso, e de acordo com a estratégia definida pelo Conselho de Administração da AdP Internacional, as iniciativas prioritárias para 2023 serão:

- Monitorização dos gastos operacionais, com especial relevância o cumprimento dos orçamentos de gastos dos projetos em curso;
- Melhoria nos processos de gestão e controlo da produção, tendo em vista nomeadamente a redução do endividamento;
- Aumentar a competitividade, através da melhoria contínua da qualidade das propostas e o aumento da incorporação de recursos internos (do Grupo AdP) e melhorar os processos de gestão do conhecimento e da informação, de modo a maximizar a qualidade e a eficiência na montagem dos processos comerciais;
- Consolidação de parcerias estratégicas internacionais, particularmente em mercados da África Francófona;
- Reforçar o relacionamento com as empresas do Grupo AdP, sobretudo potenciando o aparecimento de novos colaboradores disponíveis para aceitarem desafios internacionais;
- Divulgar o trabalho desenvolvido pela AdP Internacional - comunicações técnicas em conferências e eventos internacionais.

Em consonância com a estratégia definida pelo Conselho de Administração, na abordagem a novos mercados e novos contratos, será seguido o princípio da sustentabilidade económica e financeira dos projetos em que a AdPI se venha a envolver, procurando optimizar os custos de forma a incrementar a margem operacional.

Sucursais da Sociedade

A AdP internacional constituiu, no final de 2010, a sua sucursal em Angola sob a designação de AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. – Sucursal de Angola.

No início de 2015, constituiu em Cabo Verde a sua sucursal denominada a AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. – Sucursal de Cabo Verde.

No início de 2016, constituiu em Guiné-Bissau a sua sucursal denominada a AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. – Sucursal da Guiné-Bissau.

No final de 2018, constituiu em São Tomé e Príncipe a sua sucursal denominada a AdP- Águas de Portugal Internacional- Serviços Ambientais, S.A. – Sucursal de São Tomé e Príncipe.

Considerações Finais

O Conselho de Administração expressa o seu apreço e reconhecimento a todos os que, direta ou indiretamente, colaboraram na prossecução dos objetivos da empresa, em especial:

- Ao acionista AdP SGPS, pelas orientações recebidas e pelo apoio demonstrado;
- À Comissão Executiva da AdP SGPS pela avaliação das oportunidades existentes no seio do Grupo AdP e pelo conhecimento do papel relevante da AdP Energias na melhoria das condições de eficiência produtiva das suas empresas;
- Aos Conselhos de Administração e colaboradores das empresas gestoras de sistemas multimunicipais que entenderam colaborar na avaliação das oportunidades existentes no aproveitamento dos recursos endógenos e no estabelecimento de formas de cooperação geradoras de mais-valias para ambas as partes;
- Aos Colaboradores da empresa, pela competência, dedicação e empenho evidenciados;
- Ao Fiscal Único, pela forma como acompanhou a atividade da Empresa;
- À Mesa da Assembleia-Geral pela colaboração prestada;
- Aos Fornecedores e Parceiros de negócio pela competência e dedicação demonstradas.

Proposta de aplicação de Resultados

As contas respeitantes ao exercício de 2022 refletem capitais próprios positivos de 1.213.018,31 euros, com um Resultado Líquido positivo de 974.589,33 euros.

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido apresentado tenha a seguinte aplicação:

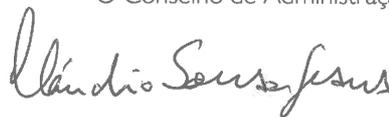
- 974.589,33 euros para resultados transitados.

Anexo ao Relatório

Na data de encerramento do exercício de 2022, o Capital da AdP - Águas de Portugal Internacional - Serviços Ambientais, S.A. era integralmente detido pelo acionista AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Lisboa, 24 de março de 2023

O Conselho de Administração



Eng^o Cláudio Miguel André de Sousa Jesus
(Presidente Executivo)



Eng^a Ana Margarida de Linares Luís
(Vogal Executivo)



Eng^a Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra
(Vogal não Executivo)

Relatório dos Administradores não Executivos

Relatório dos administradores não executivos sobre o desempenho dos administradores executivos

a) Introdução

Nos termos do nº 8 do artigo 407º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2022.

b) Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

c) Parecer

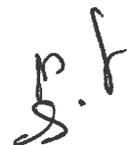
Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Sexta-feira, 24 de março de 2023

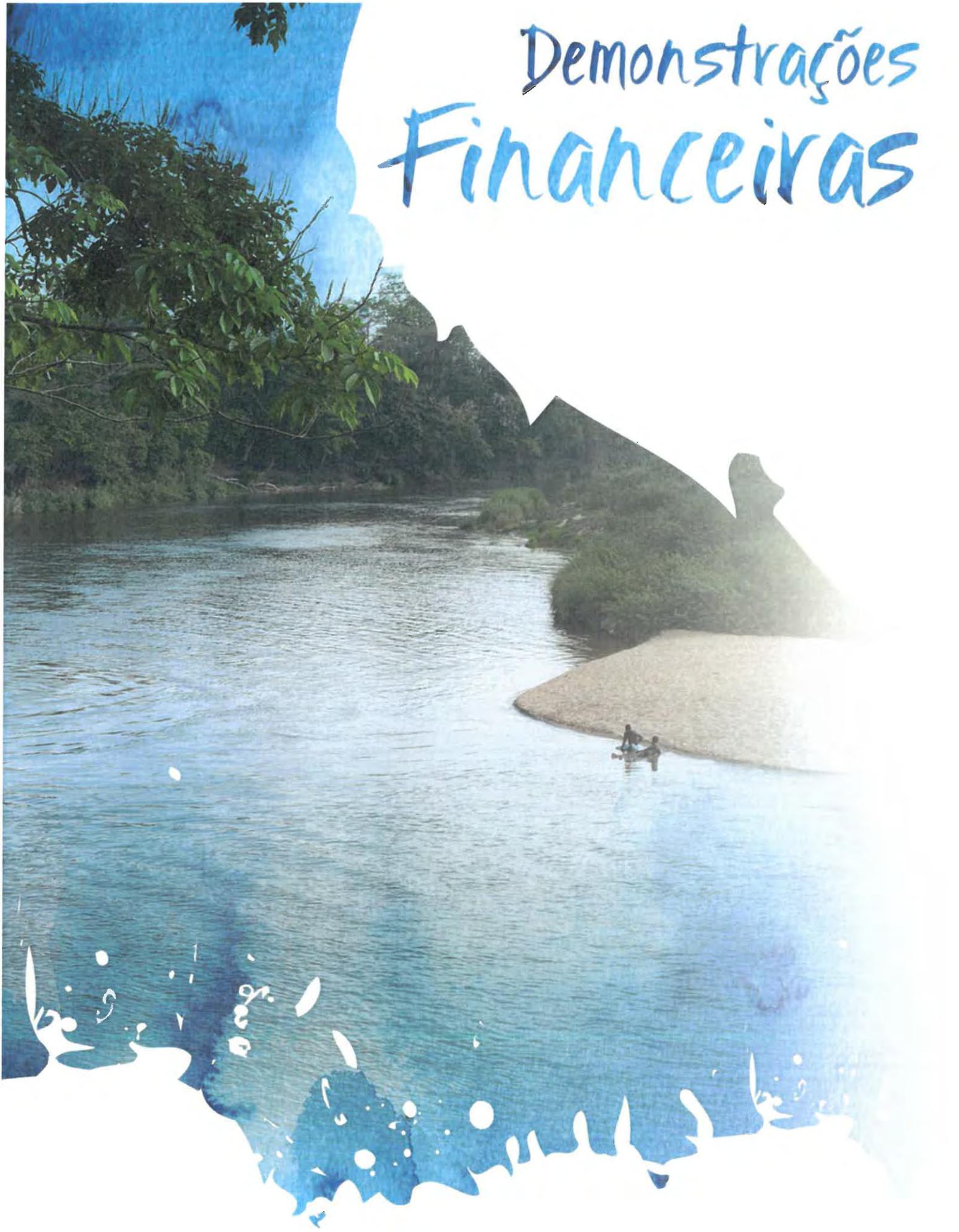
Os Administradores não Executivos,



Eng^a Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra
(Vogal não Executivo)



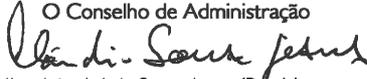
Demonstrações Financeiras

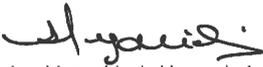


Índice	
Demonstração da posição financeira.....	131
Demonstração dos resultados e do rendimento integral.....	132
Demonstração das variações do capital próprio	133
Demonstração dos fluxos de caixa	134
Notas às demonstrações financeiras	135
1. Informação geral	135
2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas.....	135
3. Novas normas e alteração de políticas	138
4. Políticas de gestão do risco financeiro	140
5. Ativos fixos tangíveis.....	144
6. Locações.....	146
7. Investimentos financeiros em subsidiárias	151
8. Empréstimos a empresas do Grupo	152
9. Outros ativos financeiros.....	158
10. Clientes.....	158
11. Outros ativos correntes	160
12. Caixa e equivalentes de caixa	160
13. Capital próprio.....	161
14. Provisões, ativos e passivos contingentes.....	162
15. Empréstimos.....	164
16. Fornecedores	166
17. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9	167
18. Rédito de contratos com clientes	168
19. Fornecimentos e serviços externos.....	170
20. Gastos com pessoal	171
21. Amortizações, depreciações e reversões do exercício	172
22. Outros gastos operacionais.....	172
23. Outros rendimentos operacionais.....	172
24. Gastos financeiros.....	173
25. Rendimentos financeiros	173
26. Imposto sobre o rendimento	173
27. Saldos e transações com partes relacionadas.....	176
28. Informações exigidas por diploma legal	177

Demonstração da posição financeira

	Notas	2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativo fixo tangível	5	302 179	327 206
Ativos sob direito de uso	6	6 874	16 323
Investimentos financeiros em subsidiárias	7	5 002	5 002
Empréstimos a empresas do Grupo	8	521 175	821 175
Outros ativos financeiros	9	10 184	8 370
Impostos diferidos ativos	26	680 542	-
Total do Ativo não corrente		1 525 956	1 178 076
Ativo corrente			
Empréstimos a empresas do Grupo	8	100 742	50 932
Clientes	10	5 835 120	4 203 685
Imposto sobre o rendimento do exercício	26	5 072	37 023
Outros ativos correntes	11	318 126	459 531
Outros ativos financeiros	9	-	334 191
Caixa e equivalentes de caixa	12	704 676	649 728
Total do Ativo corrente		6 963 737	5 735 090
Total do Ativo		8 489 693	6 913 165
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	13	175 000	175 000
Reservas	13	175 087	175 087
Resultados transitados	13	(111 658)	(149 873)
Resultado líquido do exercício	13	974 589	38 215
Total do Capital próprio		1 213 018	238 429
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	14	223 091	105 318
Empréstimos	15	3 300 000	3 600 000
Passivos da locação	6	-	7 106
Total do Passivo não corrente		3 523 091	3 712 424
Passivo corrente			
Empréstimos	15	1 014 655	409 831
Passivos da locação	6	6 936	9 553
Fornecedores e outros passivos correntes	16	2 731 993	2 542 928
Total do Passivo corrente		3 753 584	2 962 312
Total do Passivo		7 276 675	6 674 736
Total do Passivo e do Capital Próprio		8 489 693	6 913 165

O Conselho de Administração

 Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (Presidente executivo)


 Ana Margarida de Linares Luís (Vogal Executivo)

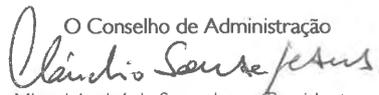

 Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Vogal não Executivo)

O Contabilista Certificado

 Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

Demonstração dos resultados e do rendimento integral

	Notas	2022	2021
Rédito de contratos com clientes	18	8 138 322	6 262 254
Fornecimentos e serviços externos	19	(4 469 970)	(3 054 380)
Gastos com pessoal	20	(2 205 110)	(1 576 930)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	21	(150 902)	(124 973)
Provisões e reversões do exercício	14	(117 773)	(78 318)
Perdas por imparidade e reversões do exercício	9	28 404	-
Outros gastos e perdas operacionais	22	(1 215 844)	(1 657 639)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	23	433 597	312 503
Resultados operacionais		440 724	82 517
Gastos financeiros	24	(143 654)	(100 060)
Rendimentos financeiros	25	61 902	75 575
Resultados antes de impostos		358 972	58 032
Imposto sobre o rendimento do exercício	26	(64 925)	(19 817)
Imposto diferido	26	680 542	-
Resultado líquido do exercício		974 589	38 215
Rendimento integral		974 589	38 215
Resultado por ação (básico e diluído)	13	27,85	1,09
Rendimento integral por ação (básico e diluído)	13	27,85	1,09

O Conselho de Administração

 Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (Presidente executivo)


 Ana Margarida de Linares Luís (Vogal Executivo)


 Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Vogal não Executivo)

O Contabilista Certificado

 Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

Demonstração das variações do capital próprio

	Capital social	Reserva legal	Reserva cambial	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Saldos 31 dezembro 2020	175 000	35 303	139 784	(168 711)	29 566	210 942
Aplicação do resultado de 2020	-	-	-	29 566	(29 566)	-
Outros	-	-	-	(10 728)	-	(10 728)
Resultado líquido do exercício de 2021	-	-	-	-	38 215	38 215
Saldos 31 dezembro 2021	175 000	35 303	139 784	(149 873)	38 215	238 429
Aplicação do resultado de 2021	-	-	-	38 215	(38 215)	-
Resultado líquido do exercício de 2022	-	-	-	-	974 589	974 589
Saldos 31 dezembro 2022	175 000	35 303	139 784	(111 658)	974 589	1 213 018

O Conselho de Administração


Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (Presidente executivo)

O Contabilista Certificado


 Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro



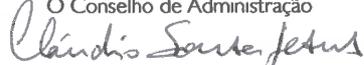
Ana Margarida de Linares Luís (Vogal Executivo)



Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Vogal não Executivo)

Demonstração dos fluxos de caixa

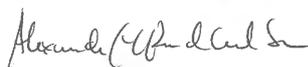
	Notas	2022	2021
Atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	10	5 918 511	4 092 459
Pagamentos a fornecedores		(4 495 824)	(2 720 726)
Pagamentos ao pessoal		(2 186 435)	(1 571 365)
Fluxo gerado pelas operações		(763 748)	(199 632)
Recebimentos do Imposto sobre o rendimento		125 009	172 224
Outros Recebimentos / (Pagamentos) relativos à atividade operacional		(176 231)	495 125
Fluxo gerado por outras atividades operacionais		(51 222)	667 349
Fluxo de atividades operacionais		(814 970)	467 717
Atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos financeiros		524 627	-
Empréstimos concedidos	8	250 000	-
Juros e rendimentos similares		63 660	53 701
Fluxo dos recebimentos de atividades de investimento		838 287	53 701
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(110 444)	(183 337)
Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento		(110 444)	(183 337)
Fluxo das atividades de investimento		727 843	(129 636)
Atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	15	2 710 000	2 800 000
Fluxo dos Recebimentos de atividades de financiamento		2 710 000	2 800 000
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	15	(2 410 000)	(3 000 000)
Capital de passivos da locação		(9 723)	(18 775)
Juros e gastos similares		(148 661)	(98 968)
Fluxo dos pagamentos de atividades de financiamento		(2 568 384)	(3 117 743)
Fluxo das atividades de financiamento		141 616	(317 743)
Varição de caixa e seus equivalentes		54 489	20 338
Caixa e seus equivalentes no início do período		649 728	629 395
Varição cambial		459	(5)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		704 676	649 728
Varição de caixa e seus equivalentes		54 489	20 338

O Conselho de Administração


Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (Presidente executivo)



Ana Margarida de Linares Luís (Vogal Executivo)



Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Vogal não Executivo)

O Contabilista Certificado


 Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

Notas às demonstrações financeiras

I. Informação geral

I.1. Identificação da Empresa

A AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. (adiante designada também por Empresa ou AdP Internacional), com sede na Rua Visconde Seabra, n.º 3, 5.º piso, em Lisboa, foi constituída em 25 de janeiro de 2001.

É acionista da AdP Internacional a AdP – Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A. com 100% do Capital Social.

I.2 Atividade económica

A Empresa foi constituída no decurso da aprovação do novo modelo organizativo do Grupo Águas de Portugal, com o propósito de realizar atividades no âmbito da gestão, manutenção e exploração de serviços públicos e outros, nomeadamente de sistemas de captação, tratamento, adução, reserva e distribuição de água para consumo público e outros afins, e de recolha, tratamento, rejeição e reciclagem de efluentes urbanos, industriais e outros, e a consultoria e prestação de serviços nas mesmas áreas, em áreas semelhantes, acessórias ou complementares, e noutros sectores das indústrias do ambiente, no mercado internacional.

A Empresa tem sucursais em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

I.3 Aprovação das Demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 24 de março de 2023. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa. É expectativa do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras serão aprovadas em Assembleia Geral sem alterações.

2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas

2.1 Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2022.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras da AdP Internacional foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2 Conversão cambial

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da AdP Internacional, estão mensuradas na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da AdP Internacional e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.2.2 Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em "Outras reservas", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da AdP Internacional de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

2.2.3 Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

País	Moeda	31.12.2022		31.12.2021	
		médio	final	médio	final
Cabo Verde	Escudo C.V.	110,27	110,27	110,27	110,27
Moçambique	Meticais	66,38	67,45	76,354	71,58
E.U.A.	USD	1,0589	1,0666	1,1304	1,1326
Angola	Kwanza	476,009	537,566	734,967	635,751
Guiné-Bissau	Franco CFA ocidental	655,957	655,957	655,957	655,957
São Tomé e Príncipe	Dobra São Tomense	24.500	24.500	24.500	24.500

Fonte: Banco de Portugal

2.3 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AdP Internacional são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 7.2 - Imparidade para investimentos financeiros em subsidiárias
- Nota 8.2 - Imparidade para ativos financeiros
- Nota 14.2 – Provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 26.2 – Impostos diferidos

2.4 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração da Posição Financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da Demonstração da Posição Financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da Demonstração da Posição Financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da Demonstração da Posição Financeira, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

3. Novas normas e alteração de políticas

3.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 apresentada nos comparativos.

3.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2022

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022
IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 após 30 de junho de 2021	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações, até 30 de junho de 2022	1 de abril de 2021
Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022

Da aplicação destas novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa.

3.3 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023 e que a Empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

- *Já endossadas pela UE*

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023

- *Ainda não endossadas pela UE*

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 - Passivos não correntes com "covenants"	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a "covenants".	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis.	1 de janeiro de 2024

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa após 1 de janeiro de 2023.

4. Políticas de gestão do risco financeiro

4.1 Fatores de risco

As atividades da AdP Internacional estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro e risco de taxa de câmbio). O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP Internacional e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

4.2 Risco de mercado

4.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AdP Internacional advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdP Internacional ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdP Internacional ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da AdP Internacional.

Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro

	31.12.2022	Impacto Taxa média +1%	Impacto Taxa média -1%
Juros (gastos) à taxa variável	(91 506)	(41 500)	20 956

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de doze meses.

4.2.2 Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio da AdP Internacional corresponde essencialmente à operação desenvolvida pela sucursal em Angola. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da AdP Internacional. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando swaps centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando entenda ser necessário. A AdP Internacional apresenta saldos denominados em moeda estrangeira, expostos ao risco de taxa de câmbio. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é gerida através da contratação de empréstimos na mesma moeda, sem que tal se justifique.

4.3 Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdP Internacional pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AdP Internacional efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito junto do acionista que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdP Internacional por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

2022	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Empréstimos do acionista	1 014 655	3 300 000	-

A AdP Internacional não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo.

Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas

Risco de liquidez (Milhares euros)	Valor do planfond disponível	Valor do planfond usado	Valor do planfond não usado
Suprimentos (AdP SGPS)	4 000	(3 300)	700
Apoios de tesouraria (AdP SGPS)	3 000	(1 000)	2 000
	7 000	(4 300)	2 700

O objetivo da AdP SGPS (empresa-mãe da AdP Internacional) em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da Posição Financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas participadas. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	2022	2021
Suprimentos obtidos (Grupo)	3 300 000	3 600 000
Apoios de tesouraria obtidos (Grupo)	1 000 000	400 000
Disponibilidades	(704 676)	(649 728)
Endividamento líquido	3 595 324	3 350 272
Total do capital próprio	1 213 018	238 429
Capital	4 808 342	3 588 701
Dívida/total do capital	0,75	0,93

O modelo de financiamento da AdP Internacional assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, nos empréstimos do acionista e no capital próprio.

4.4 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdP Internacional. A AdP Internacional está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

4.4.1 Contraparte de exploração

O risco de crédito das operações está essencialmente relacionado com créditos por serviços prestados a clientes e a suprimentos concedidos. Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado a empresas institucionais dos países onde opera a AdP Internacional (na maioria das vezes entidades governamentais ou para-governamentais). No entanto dada a situação económica e financeira, particularmente de Angola, e alguns atrasos efetivos em alguns valores a receber, podem ter implicações diretas no risco de crédito.

A composição da carteira de clientes da Empresa tem 2 naturezas: (i) grandes clientes industriais e outras entidades; e (ii) empresas do Grupo AdP.

i. Grandes Clientes Industriais e outras entidades:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se tratam de clientes institucionais dos países onde opera a AdP Internacional (na maioria das vezes entidades governamentais ou para-governamentais). Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de

n.f.
97

crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: i) o prazo médio de recebimento; ii) a condição financeira do cliente; e iii) a evolução macroeconómica.

ii. Empresas do Grupo AdP:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado baixo.

Em 31 de dezembro de 2022 a exposição ao risco de crédito tem o seguinte detalhe:

Segmento de negócio	Grandes clientes industriais e outras entidades	Empresas do Grupo	TOTAL (Nota 10)
Tipologia de clientes			
Risco	Médio	Baixo	
Exposição bruta	6 318 932	1 741 158	8 060 090
Imparidade	(1 461 900)	(763 070)	(2 224 970)
Exposição líquida	4 857 032	978 088	5 835 120

4.4.2 Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdP Internacional ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2022 e 2021, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Ativos financeiros	2022	2021
Depósitos à ordem (Nota 12)	702 723	647 494
Ativos financeiros ao custo amortizado (Nota 9)	-	334 191
	702 723	981 685

Rating	2022	2021
A-	1 742	2 625
BBB+ (a)	311 471	207 394
BBB	79 626	256 985
BB	2 622	-
B3 (b)	-	334 191
não disponível (c)	307 262	180 490
	702 723	981 685

Nota: notação de rating da Fitch obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2023.

- (a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 inclui depósitos à ordem junto da Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. no montante de 310.189 euros e 149.825 euros, respetivamente.
- (b) Correspondia a títulos de dívida pública Angolana (ver Nota 9).
- (c) Corresponde aos depósitos à ordem das sucursais em instituições financeiras nos respetivos países (Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde).

5. Ativos fixos tangíveis

5.1 Políticas contabilísticas

Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado de forma linear por duodécimos em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados na quantia escriturada do ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração ativo.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Depreciações

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são as seguintes:

Naturezas	Vida útil (anos)
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5-10

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela AdP Internacional. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospectiva.

Imparidade

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registrar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Desreconhecimento

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

5.2 Detalhe e movimento

O detalhe dos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	2022	2021
Equipamento de transporte	286 732	305 728
Equipamento administrativo	15 447	21 478
	302 179	327 206

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	2021			Aquisições	Depreciações do exercício (Nota 21)	Alienações e abates		2022		
	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido			Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Equipamento de transporte	541 764	(236 036)	305 728	112 878	(131 874)	(58 584)	58 584	596 058	(309 326)	286 732
Equipamento administrativo	130 248	(108 770)	21 478	3 548	(9 579)	-	-	133 796	(118 349)	15 447
	672 012	(344 806)	327 206	116 426	(141 453)	(58 584)	58 584	729 854	(427 675)	302 179

	2020			Aquisições	Depreciações do exercício (Nota 21)	2021		
	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido			Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Equipamento de transporte	358 427	(138 782)	219 645	183 337	(97 254)	541 764	(236 036)	305 728
Equipamento administrativo	130 248	(98 298)	31 950	-	(10 472)	130 248	(108 770)	21 478
	488 675	(237 080)	251 595	183 337	(107 726)	672 012	(344 806)	327 206

6. Locações

6.1 Políticas contábilísticas

As locações nas quais a AdP Internacional é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a AdP Internacional reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A AdP Internacional reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A AdP Internacional apenas tem locações enquanto locatário.

A) Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a AdP Internacional contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a AdP Internacional (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- i) Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- ii) Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação (“*commencement date*”) corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

B) Contabilização nos locatários

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação a AdP Internacional reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso (“Right-of-use asset”)

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expectável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Licenças de software	3
Equipamento de transporte	1 - 4

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a AdP Internacional mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;

- b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pela Empresa enquanto locatário

A Empresa utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a AdP Internacional é locatária e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

6.2 Ativos sob direito de uso

O detalhe dos ativos sob direito de uso em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e o respetivo movimento ocorrido nos exercícios findos naquelas datas é como segue:

Ativos sob direito de uso	2021			Amortizações do exercício (Nota 21)	Abates		2022		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Licenças de software	22 498	(8 124)	14 374	(7 500)	-	-	22 498	(15 624)	6 874
Equipamento de transporte	13 778	(11 829)	1 949	(1 949)	(13 778)	13 778	-	-	-
	36 276	(19 953)	16 323	(9 449)	(13 778)	13 778	22 498	(15 624)	6 874

Ativos sob direito de uso	2020			Amortizações do exercício (Nota 21)	Abates		2021		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Licenças de software	22 498	(625)	21 873	(7 499)	-	-	22 498	(8 124)	14 374
Equipamento de transporte	30 957	(17 837)	13 120	(9 748)	(17 179)	15 756	13 778	(11 829)	1 949
	53 455	(18 462)	34 993	(17 247)	(17 179)	15 756	36 276	(19 953)	16 323

6.3 Passivos da locação

O detalhe dos passivos da locação em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	2022	2021
Não corrente	-	7 106
Corrente	6 936	9 553
	6 936	16 659
Capital em dívida por natureza de ativo sob direito de uso	2022	2021
Licenças de software	6 936	14 443
Equipamento de transporte	-	2 216
	6 936	16 659
Futuros pagamentos mínimos	2022	2021
Até 1 ano	6 936	9 633
De 1 a 5 anos	-	7 106
Mais de 5 anos	-	-
	6 936	16 739
Juros	2022	2021
Até 1 ano	-	80
De 1 a 5 anos	-	-
Mais de 5 anos	-	-
	-	80
Valor presente dos pagamentos mínimos	2022	2021
Até 1 ano	6 936	9 553
De 1 a 5 anos	-	7 106
Mais de 5 anos	-	-
	6 936	16 659

6.4 Pagamentos da locação

Total de pagamentos da locação	2022	2021
Contabilizadas de acordo com o modelo único previsto no IFRS 16	11 895	22 436
Contabilizadas como despesa em resultados	493 382	117 779
	505 277	140 215

7. Investimentos financeiros em subsidiárias

7.1 Políticas contabilísticas

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a AdP Internacional tem controlo. A AdP Internacional controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o controlo é transferido para a AdP Internacional. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controlo cessa.

A AdP Internacional aplica o método da compra na contabilização das suas aquisições de negócios. A quantia transferida na aquisição da subsidiária é o justo valor dos ativos entregues, passivos assumidos ou incorridos para com os anteriores donos e dos instrumentos de capital emitidos pela AdP Internacional. A quantia transferida inclui o justo valor de qualquer ativo e passivo que resulte de quaisquer acordos contingentes. Os ativos e passivos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos numa aquisição de negócios são mensurados inicialmente pelo seu justo valor à data da aquisição independentemente da existência e interesses que não controlam. Os custos diretamente imputáveis à aquisição são reconhecidos em resultados quando incorridos.

As subsidiárias são reconhecidas na Demonstração da Posição Financeira da AdP Internacional na data da obtenção de controlo ou influência significativa, ou de negociação ou da contratação, que é a data em que a AdP Internacional se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Na transição as participações financeiras foram reconhecidas de acordo com o custo presumido ou custo considerado, ou seja pelo valor que foi transposto das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o anterior normativo naquela data, em alternativa ao custo de aquisição.

No momento inicial, as subsidiárias são reconhecidas pelo custo de aquisição acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis. Estes ativos são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da AdP Internacional ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) a AdP Internacional tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a AdP Internacional tenha transferido o controlo sobre os ativos.

O reconhecimento de dividendos é registado em resultados na data em que estes forem declarados.

A Empresa não apresenta demonstrações financeiras consolidadas por as suas demonstrações financeiras e das suas subsidiárias serem integradas nas demonstrações financeiras consolidadas da acionista da Empresa – AdP SGPS.

Imparidade para investimentos financeiros em subsidiárias

Os investimentos financeiros em subsidiárias são analisados à data de cada Demonstração da Posição Financeira de forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável da participação financeira é avaliado. Sempre que a quantia escriturada de uma participação financeira excede a quantia recuperável, é reduzida até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício. A quantia recuperável das participações financeiras em subsidiárias e associadas

corresponde ao maior entre o valor de uso e o valor de venda. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

7.2 Estimativas e julgamentos

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, nomeadamente a geração de resultados líquidos negativos consecutivos por parte das subsidiárias. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor das participações financeiras e subsidiárias e associadas implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. Face à intenção da AdP Internacional manter as participações financeiras e de não ter a intenção de venda, para as subsidiárias que consecutivamente geram resultados líquidos negativos a AdP Internacional assume que a quantia recuperável corresponde ao valor do capital próprio dessas subsidiárias.

7.3 Detalhe e movimento

O detalhe dos investimentos financeiros em subsidiárias em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	2022	2021
AdP Timor	5 002	5 002
Aquatec	-	-
	5 002	5 002

A informação financeira das subsidiárias em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Subsidiária	Sede	% de Capital detido	Moeda	Capital Social	Capital Próprio	Resultado Líquido
AdP Timor Leste, Unipessoal, Lda.	Timor-Leste	100%	USD	5 000	(496 932)	5 781
Aquatec, Lda.	Maputo - Moçambique	100%	MZN	2 476 580	(67 879 029)	(90 832)

8. Empréstimos a empresas do Grupo

8.1 Políticas contabilísticas

Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - i. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - ii. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - iii. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da AdP Internacional, a AdP Internacional apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado. Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito, títulos de dívida pública, Crédito a clientes e a empresas do Grupo (suprimentos).

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a AdP Internacional determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a AdP Internacional não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a AdP Internacional valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da AdP Internacional, a AdP Internacional apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

As receitas e as despesas de instrumentos financeiros pelo custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) As restantes alterações de valor são reconhecidas como receita ou despesa quando o instrumento for desreconhecido do balanço, quando for reclassificado e, no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos na sua recuperação.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdP Internacional recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela AdP Internacional no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo (*write-off*)

A AdP Internacional reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela AdP Internacional se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas "Clientes", "Empréstimos a empresas do Grupo" e "Outros ativos financeiros", a AdP Internacional aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas

pf
g

para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de default anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o default ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a AdP Internacional não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

Reclassificação entre carteiras de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre carteiras de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a AdP Internacional decidir alterar o modelo de negócio para a gestão de uma carteira de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores),

este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
 - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre
 - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

8.2 Estimativas e julgamentos

As perdas por imparidade para empréstimos a subsidiárias são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. Os empréstimos a empresas do Grupo, face à sua natureza, o risco de imparidade é reduzido, sendo o mesmo um reflexo da existência de capitais próprios negativos das subsidiárias. Neste sentido não foram efetuadas análises de sensibilidade.

8.3 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o detalhe de Empréstimos a Empresas do Grupo é como segue:

	2022			2021		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Suprimentos:						
· AdP Timor	1 888 003	100 000	1 988 003	2 188 003	50 000	2 238 003
· Aquatec	1 216 053	-	1 216 053	1 216 053	-	1 216 053
	3 104 056	100 000	3 204 056	3 404 056	50 000	3 454 056
Juros corridos	-	742	742	-	932	932
	3 104 056	100 742	3 204 798	3 404 056	50 932	3 454 988
Imparidade	(2 582 881)	-	(2 582 881)	(2 582 881)	-	(2 582 881)
	521 175	100 742	621 917	821 175	50 932	872 107

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o detalhe da alocação da imparidade por subsidiária é como segue:

	2022			2021		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
AdP Timor	1 988 003	(1 373 859)	614 144	2 238 003	(1 373 859)	864 144
Aquatec	1 216 053	(1 209 022)	7 031	1 216 053	(1 209 022)	7 031
	3 204 056	(2 582 881)	621 175	3 454 056	(2 582 881)	871 175

O movimento ocorrido nos Empréstimos a empresas do Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi como segue:

	2022			2021		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Saldo inicial	3 404 056	50 000	3 454 056	3 454 056	-	3 454 056
Reembolso de capital	(200 000)	(50 000)	(250 000)	-	-	-
Reclassificação de não corrente para corrente	(100 000)	100 000	-	(50 000)	50 000	-
Saldo final	3 104 056	100 000	3 204 056	3 404 056	50 000	3 454 056

Handwritten signature

9. Outros ativos financeiros

9.1 Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos financeiros, consultar divulgações na nota 8.1.

9.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o detalhe dos Outros ativos financeiros é como segue:

	2022			2021		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Títulos da Dívida Pública						
Angolana (a)	-	-	-	-	348 721	348 721
Outros ativos financeiros	10 184	-	10 184	8 370	-	8 370
	10 184	-	10 184	8 370	348 721	357 091
Juros corridos (a)	-	-	-	-	13 874	13 874
	10 184	-	10 184	8 370	362 595	370 965
Imparidade (a)	-	-	-	-	(28 404)	(28 404)
	10 184	-	10 184	8 370	334 191	342 561

- (a) Os títulos de dívida pública Angolana tinham valor nominal de 221,7 milhões de kwanzas, maturidade em 31 de março de 2022, com reembolso de capital na maturidade, e eram remunerados por juros semestrais à taxa de 16% ao ano. Para estes títulos tinha sido constituída imparidade no montante de 28.404 euros. Estes títulos foram recebidos como pagamento de faturas vencidas emitidas pela AdP Internacional em anos anteriores ao Estado Angolano e para as quais estava registada imparidade para a totalidade da dívida. Em 31 de março de 2022 os títulos foram reembolsados pelo emitente, tendo sido revertida a respetiva imparidade.

10. Clientes

10.1 Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos Clientes, consultar divulgações na nota 8.1.

10.2 Estimativas e julgamentos

As perdas por imparidade para clientes são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. O risco de crédito das operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado a empresas institucionais dos países onde opera a AdP Internacional (na maioria das vezes entidades governamentais ou para-governamentais). No entanto dada a situação económica e financeira, particularmente de Angola, e alguns atrasos efetivos em alguns valores a receber, podem ter implicações diretas no risco de crédito.

10.3 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o detalhe dos Clientes é como segue:

	2022	2021
Empresas do Grupo	1 740 351	1 623 635
Clientes nacionais	274 359	243 848
Clientes internacionais	1 930 468	1 951 668
	3 945 178	3 819 151
Ativos contratuais - Estimativa de serviços a faturar (a)	4 114 912	2 609 504
	8 060 090	6 428 655
Imparidade	(2 224 970)	(2 224 970)
	5 835 120	4 203 685

(a) Esta rubrica corresponde ao rédito por prestação de serviços no âmbito de contratos com clientes, que apesar de não ter sido faturado corresponde a *performance obligations* executadas (serviços prestados e ainda não faturados).

Em 31 de dezembro de 2022 a antiguidade da dívida de Clientes era a seguinte:

Tipologia de clientes	Grandes clientes industriais e outras entidades				Empresas do Grupo					
	Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição líquida total
Não vencida		4 378 630	-	0,0%	4 378 630	6 509	-	0,0%	6 509	4 385 139
Vencida até 180 dias		232 967	-	0,0%	232 967	48 417	-	0,0%	48 417	281 384
Vencida há mais de 180 dias		1 707 335	(1 461 900)	-85,6%	245 435	1 686 232	(763 070)	-45,3%	923 162	1 168 597
		6 318 932	(1 461 900)	-23,1%	4 857 032	1 741 158	(763 070)	-43,8%	978 088	5 835 120

O movimento ocorrido nos saldos de balanço relacionados com contratos com clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi como segue:

	Notas	Contratos com clientes - Saldos balanço				
		Clientes (sem Empresas do Grupo)	Ativos contratuais	Acréscimos de gastos (Nota 16)	Imparidade	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2 722 508	1 091 040	(307 286)	(2 375 639)	1 130 623
Rédito reconhecido	18	-	6 262 254	-	-	6 262 254
Faturação emitida		4 743 790	(4 743 790)	-	-	-
Recebimentos		(4 092 459)	-	-	-	(4 092 459)
Crédito abatido		(150 669)	-	-	150 669	-
Reconhecimento de imposto industrial Angolano	22	(525 897)	-	60 835	-	(465 062)
Reconhecimento de diferenças cambiais	22 e 23	(501 757)	-	62 241	-	(439 516)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		2 195 516	2 609 504	(184 210)	(2 224 970)	2 395 840
Rédito reconhecido	18	-	8 138 322	-	-	8 138 322
Faturação emitida		6 634 836	(6 634 836)	-	-	-
Recebimentos		(5 918 511)	-	-	-	(5 918 511)
Reconhecimento de imposto industrial Angolano	22	(458 671)	-	63 113	-	(395 558)
Reconhecimento de diferenças cambiais	22 e 23	(248 343)	-	65 880	-	(182 463)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		2 204 827	4 112 990	(55 217)	(2 224 970)	4 037 630

11. Outros ativos correntes

11.1 Políticas contábilísticas

Para as políticas contábilísticas relativas aos Outros ativos correntes, consultar divulgações na nota 8.1.

11.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o detalhe dos Outros ativos correntes é como segue:

		2022	2021
Outras contas a receber	i)	163 496	357 581
Encargos diferidos	ii)	58 917	42 298
Estado e outros entes públicos	iii)	95 713	59 652
		318 126	459 531

i) Outras contas a receber

	2022	2021
Despesas a redebitar a subsidiárias	37 788	114 431
Outras contas a receber	125 708	243 150
	163 496	357 581

ii) Encargos diferidos

	2022	2021
Seguros	25 985	26 503
Rendas	915	5 509
Pagamento antecipado de serviços	32 017	10 286
	58 917	42 298

iii) Estado e outros entes públicos

	2022	2021
Imposto sobre o Valor Acrescentado	92 009	56 631
Outras tributações	3 704	3 021
	95 713	59 652

12. Caixa e equivalentes de caixa

12.1 Políticas contábilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da Posição Financeira, no

passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

12.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	2022	2021
Numerário	1 953	2 234
Depósitos à ordem	702 723	647 494
	704 676	649 728

13. Capital próprio

13.1 Políticas contabilísticas

Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i) se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

13.2 Capital social

O Capital Social da AdP Internacional, está representado por 35.000 ações no montante de 5 Euros cada, e encontra-se integralmente subscrito e realizado pela AdP, SGPS, seu único acionista.

13.3 Resultado líquido e rendimento integral por ação

	2022	2021
Resultado líquido do exercício	974 589	38 215
Número de ações	35 000	35 000
Resultado por ação	27,85	1,09

	2022	2021
Rendimento integral	974 589	38 215
Número de ações	35 000	35 000
Rendimento integral por ação	27,85	1,09

A aplicação de resultados de 2021 foi aprovada conforme Deliberação Unânime do Acionista por escrito de 19 de abril de 2022.

14. Provisões, ativos e passivos contingentes

14.1 Políticas contábilísticas

Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AdP Internacional divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da Empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada

remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Ativos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da Empresa que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

14.2 Estimativas e julgamentos

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

14.3 Detalhe

Processos judiciais em curso

A Empresa faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

Em 2022 a Empresa registou uma provisão de 80.000 Euros para fazer face a processos judiciais em curso.

Outras provisões

Em 2022 e 2021 a Empresa registou uma provisão no montante de 37.773 Euros e 78.318 Euros, respetivamente, para fazer face ao disposto no n.º 9, artigo 115.º, do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, relativo aos rendimentos das OT's Angolanas (ver Notas 9 e 25).

Garantias

Os compromissos financeiros e as responsabilidades da Empresa que não figuram na Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2022 apresentam-se do seguinte modo:

Garantias técnicas	1 747 651
Garantias financeiras	50 000
	1 797 651

Em 31 de dezembro de 2022, existem garantias prestadas pela Empresa no montante de 1.124.170 Euros que estão avalizadas pela AdP SGPS.

15. Empréstimos

15.1 Políticas contabilísticas

Classificação

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros pelo custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros pelo custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos” e “Fornecedores e outros passivos correntes”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A AdP Internacional apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros pelo custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos do Grupo são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos financeiros” da demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a AdP Internacional liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Reclassificação entre carteiras de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre carteiras.

15.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o detalhe dos Empréstimos é como segue:

	2022			2021		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Empréstimos do acionista AdP SGPS:						
. Suprimentos	3 300 000	-	3 300 000	3 600 000	-	3 600 000
. Apoios de tesouraria	-	1 000 000	1 000 000	-	400 000	400 000
	3 300 000	1 000 000	4 300 000	3 600 000	400 000	4 000 000
Juros corridos	-	14 655	14 655	-	9 831	9 831
	3 300 000	1 014 655	4 314 655	3 600 000	409 831	4 009 831

Os suprimentos correspondem a empréstimos com maturidade superior a um ano, e os apoios de tesouraria correspondem a empréstimos reembolsáveis num prazo inferior a um ano. Os suprimentos e os apoios de tesouraria são remunerados com juros.

Movimento nos empréstimos obtidos

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa é como segue:

	2022			2021		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Saldo inicial	3 600 000	409 831	4 009 831	1 700 000	2 500 000	4 200 000
Obtenção de empréstimos	-	2 710 000	2 710 000	1 900 000	900 000	2 800 000
Reembolso de capital de empréstimos	(300 000)	(2 110 000)	(2 410 000)	-	(3 000 000)	(3 000 000)
Variação na especialização de juros	-	4 824	4 824	-	9 831	9 831
Saldo final	3 300 000	1 014 655	4 314 655	3 600 000	409 831	4 009 831

Empréstimos por maturidade

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os Empréstimos apresentam o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro e por maturidade de reembolso de capital:

Taxa de juro variável	2022	2021
Até 1 ano	1 000 000	400 000
De 1 a 2 anos	3 300 000	3 600 000
De 2 a 3 anos	-	-
De 3 a 4 anos	-	-
De 4 a 5 anos	-	-
Superior a 5 anos	-	-
	4 300 000	4 000 000

Justo valor

Os empréstimos obtidos correspondem a empréstimos concedidos pelo acionista em 2022 e 2021, remunerados a taxas de juro que correspondem a condições de mercado, pelo que se considera que o justo valor dos empréstimos obtidos corresponde aproximadamente ao custo amortizado contabilizado em 31 de dezembro de 2022.

16. Fornecedores

16.1 Políticas contabilísticas

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a AdP Internacional adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de "Fornecedores" serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica "Fornecedores" são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

16.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o detalhe dos Fornecedores e outros passivos correntes é como segue:

		2022	2021
Fornecedores gerais - Empresas do Grupo		1 139 772	1 136 100
Outras contas a pagar	i)	271 755	217 700
Acréscimos de gastos e diferimentos	ii)	1 263 463	1 158 960
Estado e outros entes públicos	iii)	57 003	30 168
		2 731 993	2 542 928

i) Outras contas a pagar

	2022	2021
Recebimentos de clientes não afetos/por identificar	259 215	259 215
Outros credores	12 540	(41 515)
	271 755	217 700

ii) Acréscimos de gastos

		2022	2021
Férias e subsídio de férias a pagar		172 860	75 742
Perdas cambiais relativas a faturas a clientes	Nota 10	25 375	91 255
Imposto Angolano relativas a faturas a clientes	Nota 10	29 842	92 955
Imposto sobre o Valor Acrescentado (Angola)	(a)	508 903	322 190
Serviços diversos prestados por fornecedores e não faturados		505 053	547 782
Formação		3 395	7 360
Outros acréscimos de gastos		18 035	21 676
		1 263 463	1 158 960

(a) Corresponde ao IVA aplicado em Angola às faturas a emitir à Empresa pela sucursal AdP Angola e que não é recuperável.

iii) Estado e outros entes públicos

	2022	2021
Segurança Social	19 672	20 608
Retenções de imposto efetuadas a terceiros	16 985	9 530
Outras tributações	20 346	30
	57 003	30 168

17. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9

Classificação de ativos e passivos financeiros (31.12.2022)	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Empréstimos a empresas do Grupo	621 917		621 917
Clientes	5 835 120		5 835 120
Outros ativos financeiros	10 184		10 184
Caixa e equivalentes de caixa	704 676		704 676
Total do ativo	7 171 898	-	7 171 898
Empréstimos		4 314 655	4 314 655
Fornecedores		1 139 772	1 139 772
Total do passivo	-	5 454 427	5 454 427

Classificação de ativos e passivos financeiros (31.12.2021)	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Empréstimos a empresas do Grupo	872 107		872 107
Clientes	4 203 685		4 203 685
Outros ativos financeiros	342 561		342 561
Caixa e equivalentes de caixa	649 728		649 728
Total do ativo	6 068 081	-	6 068 081
Empréstimos		4 009 831	4 009 831
Fornecedores		1 136 100	1 136 100
Total do passivo	-	5 145 931	5 145 931

B.f

18. Rédito de contratos com clientes

18.1 Políticas contabilísticas

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da AdP Internacional. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a AdP Internacional avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a AdP Internacional efetua a sua melhor estimativa.

Na prestação de serviços efetuadas pela AdP Internacional, existe apenas uma obrigação de desempenho (“*performance obligation*”), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a prestação do serviço ao cliente.

18.2 Detalhe

O Rédito de contratos com clientes reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 detalha-se da seguinte forma por geografia e projeto:

Mercado geográfico /Projeto	Cliente	Financiador	Valor do contrato	Divisa	Início	Fim	2022	2021
<i>Angola:</i>								
Gestão para capacitação, operação e manutenção da Empresa Pública de Águas e Saneamento do Bengo	Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola	Banco Africano de Desenvolvimento	7 369 184	USD	ago/19	jul/23	2 091 839	2 161 105
Capacitação para a gestão, operação e manutenção da Empresa Provincial de Água e Saneamento do Cúnene	Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola	Banco Africano de Desenvolvimento	8 253 214	USD	ago/19	ago/23	2 880 615	2 637 346
Serviços de gestão, operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água da Província da Huíla	Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola	Banco Mundial	5 609 920	USD	jun/21	mai/25	1 460 067	578 473
Consultoria em gestão de projetos do MINEA	Ministério da Energia e Águas de Angola	Banco Europeu de Investimentos	2 993 276	EUR	dez/21	dez/24	532 896	59 208
Concutoria na elaboração de um Masterplan para o saneamento	Ministério da Energia e Águas de Angola	Banco Mundial	94 560	EUR	mar/22	fev/23	27 433	-
							6 992 850	5 436 132

Mercado geográfico /Projeto	Cliente	Financiador	Valor do contrato	Divisa	Início	Fim	2022	2021
Guiné-Bissau:								
Melhoria dos serviços de água e energia à EAGB (Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau)	Ministério da Economia e Finanças da Guiné-Bissau	Banco Mundial	1 431 298	EUR	mai/19	jun/23	388 673	286 427
							388 673	286 427
Cabo Verde:								
Preparação do roteiro de economia circular no ciclo urbano da água em Cabo Verde - Plano de ação de reutilização	ANAS - Agência Nacional de Água e Saneamento de Cabo Verde	Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal	154 760	EUR	jan/20	ago/22 (a)	61 164	48 049
Preparação do roteiro de economia circular no ciclo urbano da água em Cabo Verde - Roadmap Resíduos Fase 5	ANAS - Agência Nacional de Água e Saneamento de Cabo Verde	Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal	113 741	EUR	out/21	jul/22 (a)	83 197	30 544
Elaboração do Plano Sanitário da Cidade de S. Filipe	ANAS - Agência Nacional de Água e Saneamento de Cabo Verde	Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal	318 70	EUR	out/22	mai/23	2 462	-
Apoio à implementação do Plano Operacional de Gestão de Resíduos Urbanos de S. Antão	ANAS - Agência Nacional de Água e Saneamento de Cabo Verde	Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal	149 000	EUR	out/22	mai/23	1 397	-
Projeto piloto de economia circular no Ciclo Urbano da Água na ETAR de Santa Cruz - Reutilização de águas e valorização de recursos para fins agrícolas	ANAS - Agência Nacional de Água e Saneamento de Cabo Verde	Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal	425 000	EUR	fev/22	fev/24	12 817	-
Outros							7 341	83 236
							168 378	161 829
Outras geografias:								
Malawi - Consultoria de preparação de uma estratégia de melhoria de saneamento e drenagem e plano diretor para a cidade de Lilongwe	Conselho de Água de Lilongwe e Conselho Municipal de Lilongwe	Banco Mundial	206 560	USD	jan/19	out/21 (b)	-	11 243
EUA - UOF ("Utilities of the Future") - apoio técnico	Banco Mundial	Banco Mundial	133 500	USD	jan/22	mai/23	60 754	93 802
Grenada - Climate-resilient Water Sector - Consultancy in water resource management and water utility management	GFA Consulting Group GmbH	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)	130 865	EUR	set/21	dez/23	34 131	35 128
Apoio técnico no projeto de saneamento e conservação no Líbano	DAI Global, LLC	USAID (United States Agency for International Development)	917 138	USD	set/21	dez/22 (b)	451 580	-
Assistência técnica ao Departamento de Obras Públicas - Eficiência operacional dos Sistemas de Águas de Goa	Governo de Goa - Departamento de Obras Públicas		500 000	EUR	dez/22	dez/24	41 956	-
Outros							-	237 693
							588 421	377 866
							8 138 322	6 262 254

J. F.

- (a) Projetos encerrados em 2022
- (b) Projetos que atrasaram devido à pandemia COVID-19

Na prestação de serviços efetuadas pela AdP Internacional, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a prestação do serviço ao cliente.

19. Fornecimentos e serviços externos

19.1 Políticas contabilísticas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

19.2 Detalhe

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os Fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

	2022	2021
Serviços especializados	1 908 380	1 426 975
Cedência de espaço	124 891	130 618
Materiais	591 283	281 900
Energia e fluídos	78 554	25 551
Deslocações, estadas e transportes	322 191	321 128
Despesas de representação	51 245	31 412
Conservação e reparação	727 003	562 309
Comunicação	40 820	24 620
Rendas e alugueres	493 382	117 779
Seguros	68 065	57 346
Serviços diversos	64 156	74 742
	4 469 970	3 054 380

A atividade da AdP Internacional não é, na maioria das situações, comparável entre anos, tendo em conta os projetos em curso em cada um dos exercícios, particularmente no que respeita à sua natureza e dimensão (e consequentemente dos recursos alocados). O aumento verificado nesta rubrica é justificado essencialmente por: i) novos projetos iniciados em 2022 (Líbano e Goa) e 2021 (Huila, PMC BEI) que implica um aumento generalizado nos gastos essencialmente em serviços especializados, materiais e conservação e reparação; e ii) aumento de gastos diversos decorrente de em 2021 uma parte significativa das tarefas ainda ter sido realizada por teletrabalho devido à pandemia COVID-19 (deslocações e estadas, comunicação).

20. Gastos com pessoal

20.1 Políticas contabilísticas

Os benefícios a curto prazo dos empregados e os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os benefícios a curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados e contribuições para a segurança social, licença anual paga e licença por doença paga, participação nos lucros e bónus (se pagáveis dentro de doze meses após o final do período) e benefícios não monetários (tais como cuidados médicos, habitação, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) relativos aos empregados correntes, e o seu pagamento é expectável que ocorra num prazo máximo de 12 meses.

A Empresa reconhece um passivo e um gasto relativo aos benefícios de cessação de emprego quando a Empresa já não pode retirar a oferta de tais benefícios.

20.2 Detalhe

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os Gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

	2022	2021
Remunerações dos Órgãos sociais	107 395	130 012
Remunerações do pessoal	1 783 416	1 192 335
Encargos sobre as remunerações	208 396	188 041
Seguros	66 156	51 307
Gastos de ação social	2 668	7 192
Outros gastos com o pessoal	37 079	8 043
	2 205 110	1 576 930

Remunerações dos Órgãos Sociais

	2022	2021
Conselho de Administração	100 616	123 233
Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único	6 779	6 779
	107 395	130 012

Número de pessoas ao serviço da empresa

Natureza	Número médio		Final do ano	
	2022	2021	2022	2021
Conselho de Administração	3	3	3	3
Trabalhadores efetivos	42	34	41	40
	45	37	44	43

21. Amortizações, depreciações e reversões do exercício

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as Amortizações, depreciações e reversões têm o seguinte detalhe:

		2022	2021
Ativos fixos tangíveis	Nota 5	141 453	107 726
Ativos sob direito de uso	Nota 6	9 449	17 247
		150 902	124 973

22. Outros gastos operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os Outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

		2022	2021
Impostos:			
. Imposto industrial retido em Angola	Nota 10	395 558	465 062
. Imposto sobre o Valor Acrescentado em Angola		391 557	467 440
. Outros impostos e taxas		8 020	5 399
Diferenças de câmbio desfavoráveis:			
. Em rédito de contratos com clientes	Nota 10	322 671	496 851
. Em imparidade para outros ativos financeiros		-	6 203
. Outras perdas cambiais		79 266	130 694
Multas e penalidades contratuais		489	-
Outros gastos e perdas		18 283	85 990
		1 215 844	1 657 639

23. Outros rendimentos operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os Outros rendimentos e ganhos operacionais têm o seguinte detalhe:

		2022	2021
Diferenças de câmbio favoráveis:			
. Em rédito de contratos com clientes	Nota 10	140 208	57 335
. Em outros ativos financeiros		175 906	71 051
. Outros ganhos cambiais		72 862	100 681
Outros rendimentos e ganhos		44 621	83 436
		433 597	312 503

24. Gastos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os Gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

	2022	2021
Juros suportados com empréstimos de empresas do Grupo	91 506	67 750
Juros suportados de passivos da locação	80	452
Diferenças de câmbio favoráveis	(1 892)	(20 010)
Comissões bancárias	51 540	49 653
Outros gastos e perdas de financiamento	2 420	2 215
	143 654	100 060

25. Rendimentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os Rendimentos financeiros têm o seguinte detalhe:

	2022	2021
Juros obtidos por títulos de dívida pública angolana	41 970	53 700
Juros obtidos por empréstimos concedidos a subsidiárias	19 932	21 875
	61 902	75 575

26. Imposto sobre o rendimento

26.1 Políticas contabilísticas

Imposto sobre o rendimento

A AdP Internacional encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e à taxa de imposto aplicável.

A AdP Internacional é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a Empresa cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A Empresa entende que das eventuais revisões das

declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da Demonstração da Posição Financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a AdP Internacional seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em "Outras reservas" consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

26.2 Estimativas e julgamentos

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas. A Lei do Orçamento de Estado de 2023 alterou o regime de dedutibilidade dos prejuízos fiscais reportáveis, tendo sido eliminada a limitação temporal. Neste sentido a Empresa em 2022 registou os ativos por impostos diferidos relativos aos prejuízos fiscais reportáveis por utilizar em 31 de dezembro de 2022.

26.3 Detalhe e movimento

O saldo de imposto sobre o rendimento a receber em 31 de dezembro de 2022 e 2021 tem a seguinte composição:

	2022	2021
Estimativa de imposto do exercício	(64 937)	(19 817)
Pagamentos por conta de imposto sobre o rendimento	22 748	-
Pagamentos especiais por conta	10 173	19 307
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	37 533	37 533
Outros	(445)	-
Imposto a receber	5 072	37 023

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a carga fiscal registada tem a seguinte composição:

	2022	2021
Estimativa de imposto do exercício	64 937	19 817
Excesso de imposto de anos anteriores	(12)	-
Imposto diferido	(680 542)	-
Carga fiscal	(615 617)	19 817
Resultado antes de impostos	358 972	58 032
Taxa efetiva de imposto	-171,49%	34,15%

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto é como segue:

	2022			2021		
	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos	358 972			58 032		
Taxa nominal de imposto (*)		22,50%	80 769		22,50%	13 057
Imposto esperado		22,50%	80 769		22,50%	13 057
Diferenças permanentes:						
. Multas e coimas	492	0,03%	111	-	0,00%	-
. Provisões e imparidades não aceites	89 369	5,60%	20 108	-	0,00%	-
. Amortizações	24 122	1,51%	5 427	12 224	4,74%	2 750
. Outros	(8 138)	-0,51%	(1 831)	(3 603)	-1,40%	(811)
Provisões e imparidade temporariamente não aceite, sem ativos por impostos diferidos constituídos		0,00%	-	84 521	32,77%	19 017
Poupança na taxa de Derrama Estadual		-0,01%	(24)		0,00%	
Registo de ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis gerados em anos anteriores		-189,58%	(680 542)		0,00%	
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis sem ativos por impostos diferidos registados		-19,03%	(68 328)		-38,29%	(22 223)
Acertos de imposto corrente de anos anteriores		0,00%	12		0,00%	-
Tributação autónoma		7,99%	28 681		13,83%	8 025
Imposto sobre o rendimento estimado no exercício		-171,49%	(615 617)		34,15%	19 817

(*) Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (21%) + Derrama Municipal (1,5%) + Derrama Estadual sobre 6.000.000 Euros (3%) + Derrama Estadual sobre 27.500.000 Euros (5%) + Derrama Estadual sobre lucro tributável superior a 35.000.000 Euros (9%)

Conforme indicado na Nota 26.1 a Empresa regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras, sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.

Em 31 de dezembro de 2022 a AdP Internacional tem prejuízos fiscais reportáveis para os quais tem ativos por impostos diferidos contabilizados, conforme segue:

Ano de geração do prejuízo fiscal reportável	Caducidade até 31.12.2022	Valor do prejuízo	Imposto
2015	2029	118 280	24 839
2016	2030	679 024	142 595
2017	2024	475 920	99 943
2019	2026	171 192	35 950
2020	2032	1 796 259	377 214
		3 240 675	680 542

A Lei do Orçamento de Estado de 2023 alterou o regime de dedutibilidade dos prejuízos fiscais reportáveis, tendo sido eliminada a limitação temporal. Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis em cada período de tributação fica limitada a 65% do lucro tributável (70% até 31 de dezembro de 2022). Neste sentido a Empresa registou os ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis gerados em anos anteriores e por utilizar em 31 de dezembro de 2022.

27. Saldos e transações com partes relacionadas

27.1 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 as partes relacionadas da AdP Internacional são as seguintes:

- . AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (empresa-mãe);
- . Entidades detidas pela AdP Internacional (AdP Timor e Aquatec);
- . Outras entidades do Grupo AdP:
- . Membros do Conselho de Administração da AdP Internacional;
- . Membros do Conselho de Administração da AdP SGPS.

27.2 Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 os saldos com partes relacionadas são os seguintes:

	Ativo				Passivo			Total líquido
	Empréstimos a empresas do Grupo	Clientes	Outros ativos correntes	Total	Empréstimos	Fornecedores e outros passivos correntes	Total	
Total de saldo da rubrica	621 917	5 835 120	163 496	6 620 534	4 314 655	2 674 990	6 989 645	(369 111)
AdP SGPS	-	2 009	-	2 009	4 314 655	42 674	4 357 329	(4 355 320)
Aquatec (*)	7 031	261 055	-	268 086	-	19 786	19 786	248 300
AdP Timor (*)	614 886	715 024	132 411	1 462 321	-	1 136 057	1 136 057	326 264
AdP Valor	-	-	-	-	-	77 327	77 327	(77 327)
Águas do Douro e Paiva	-	-	-	-	-	2 373	2 373	(2 373)
EPAL	-	-	-	-	-	1 877	1 877	(1 877)
Total de saldos intra-grupo	621 917	978 088	132 411	1 732 416	4 314 655	1 280 094	5 594 749	(3 862 333)
Total de saldos fora de grupo	-	4 857 032	31 085	4 888 117	-	1 394 896	1 394 896	3 493 221

(*) Saldos líquidos de imparidade

27.3 Transações com partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as transações com partes relacionadas foram as seguintes:

	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas operacionais	Outros rendimentos e ganhos operacionais	Gastos financeiros	Rendimentos financeiros	Total
Total de saldo da rubrica	(4 469 970)	(1 215 844)	433 597	(143 654)	61 902	(5 333 969)
AdP SGPS	(195 320)	(1 500)	-	(91 506)	-	(288 326)
AdP Timor	-	-	37 045	-	19 932	56 977
AdP Valor	(217 066)	-	-	-	-	(217 066)
AdP Energias	(23 780)	-	-	-	-	(23 780)
Águas do Centro Litoral	(85)	-	-	-	-	(85)
EPAL	(15 206)	-	-	-	-	(15 206)
Águas do Tejo Atlântico	(272)	-	-	-	-	(272)
Total de transações intra-grupo	(451 729)	(1 500)	37 045	(91 506)	19 932	(487 758)
Total de transações fora de grupo	(4 018 241)	(1 214 344)	396 552	(52 148)	41 970	(4 846 211)

28. Informações exigidas por diploma legal

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66º, 324º, 397º e 447º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei nº 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei nº 41 1/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- Em obediência ao disposto no nº 2 do artigo 324º do CSC informa-se que a Empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou, até ao momento, qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

- b) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2022, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e os membros dos seus órgãos sociais;
- c) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de setembro, informa-se que a Empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2022, da retenção na fonte de descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2023, nos prazos legais.

29. Eventos subsequentes

À data da emissão das presentes demonstrações financeiras não existe conhecimento de eventos subsequentes que afetem a apresentação das mesmas.

Lisboa, 24 de março de 2023

O Conselho de Administração

Cláudio Miguel André de Sousa Jesus

(Presidente executivo)

Ana Margarida de Linares Luís

(Vogal Executivo)

Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra

(Vogal não Executivo)

O Contabilista Certificado

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 8.489.693 euros e um total de capital próprio de 1.213.018 euros, incluindo um resultado líquido de 974.589 euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

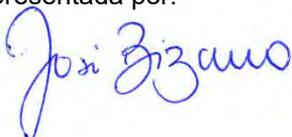
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

4 de maio de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957
Registado na CMVM com nº 20200003



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. (a Entidade) relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Entidade. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação, bem como a eficácia do sistema de controlo interno, do sistema de gestão de risco e do sistema de auditoria interna, se existentes, na medida em que sejam relevantes para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) a demonstração da posição financeira, a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas anexas permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Entidade, dos seus resultados, das variações do capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão de acordo com o normativo contabilístico aplicável;
- iii) o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis; e
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Entidade e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, é nosso parecer que as demonstrações financeiras, o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados estão de acordo com os estatutos da Entidade e com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis.

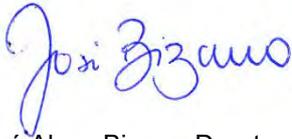
PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Expressamos ainda o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e aos colaboradores da Entidade o apoio prestado no exercício das nossas funções.

4 de maio de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957
Registado na CMVM com o nº 20200003